



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 695 - DE 13 A 26 DE AGOSTO DE 2023 - R\$ 5,00

18 meses de guerra na Ucrânia Não à paz do imperialismo!

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA PODE LUTAR PELO FIM DA GUERRA SOB A BANDEIRA DA PAZ SEM ANEXAÇÃO



GOLPE DE ESTADO NO NÍGER

Que o povo nigerino decida o destino de seu país!

Lula amplia pela direita o governo de frente ampla

POR UMA OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO GOVERNO BURGUEÊS DE LULA

Não à “paz” do imperialismo

A classe operária e os demais trabalhadores querem o fim da guerra. São 18 meses de enfrentamento. A Ucrânia se acha em ruína. O número de mortos ainda está por ser revelado. No entanto, se sabe que são milhares. As sanções econômicas impostas pela aliança imperialista à Rússia aprofundaram a crise econômica, atingindo principalmente a Europa, mas acabaram alastrando-se mundialmente. O que foi agravada como resultado da própria guerra, que atingiu as vendas de grãos da Ucrânia. O acordo de liberação das exportações da Ucrânia pelo Mar Negro, recentemente, foi interrompido pela Rússia. Um sinal de recrudescimento da guerra, nos marcos da contraofensiva das Forças Armadas ucranianas. O fato de atingir principalmente a África, obrigou Vladimir Putin a prometer o envio de alimentos para os países mais atingidos.

A cúpula de São Petersburgo, realizada no final de junho, evidenciou a disputa que o Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, trava com a Rússia para dividir as nações africanas em torno à guerra da Ucrânia. O fato da maioria do denominado ‘Sul Global’ não ter se alinhado a Joe Biden se tornou um grande problema para o imperialismo isolar a Rússia, e obrigar Putin a ceder às pressões políticas e militares. A quebra do acordo “Iniciativa Grãos do Mar Negro” poderia ter reflexos negativos para Putin na África. O choque aberto do Ocidente com a Rússia e a sua relação com a guerra comercial travada no Indo-Pacífico com a China puseram à luz do dia as disputas econômicas e militares que se desenvolvem no Continente africano, cujas expressões políticas mais contundentes emergem neste exato momento em torno ao golpe de Estado no Níger.

A cúpula Rússia-África de 2019 contou com a presença de 43 países, dos 54. Desta vez, acatarem o chamado do Kremlin apenas 17. Os motivos, sem dúvida, são a guerra da Ucrânia e ação da aliança ocidental junto aos governos africanos. Mas, a não presença apenas significou evitar um alinhamento a um dos polos dos choques que abalam a Europa por tanto tempo.

A participação da China, na figura de Xi Jinping, teve uma significativa projeção sobre as nações africanas, que vêm se abrindo à penetração dos capitais chineses. A guerra comercial toma forma explosiva na África, como se observa com as ameaças de intervenção militar no Níger, sob a orientação dos Estados Unidos e França. Se se avança nesse sentido, as nações africanas serão jogadas umas contra as outras. A maior presença militar no Continente é, de longe, a do Ocidente, mas não se pode desprezar a crescente influência da Rússia e da China. Está aí por que a África espelha em grande medida o que se passa na Ucrânia e no Indo-Pacífico.

Vladimir Putin e Xi Jinping aproveitaram a cúpula São Petersburgo para discutir a “restauração da paz na Europa”. Essa é uma bandeira que vem sendo trabalhada e popularizada. A China tomou a dianteira, apresentando uma proposta de 12 pontos para a discussão, em fevereiro. O que colocou os Estados Unidos e aliados em desvantagem, uma vez que se evidenciou o interesse do imperialismo em ir às últimas consequências com a guerra, responsabilizando a Rússia por todos os seus males. Biden e seu serviçal Zelensky responderam com a provocação de que a Rússia deveria capitular e se submeter ao julgamento de crime de guerra.

Na cúpula da OTAN, de julho, em Vilnius, as potências decidiram por aumentar o armamento das Forças Armadas Ucranianas, mantendo a linha de prolongar a guerra, mesmo estando claro que a contraofensiva estava fracassada e que o pleito de Zelensky de envolver diretamente a OTAN não poderia ser aceito. A União Europeia teme a extrapolação da guerra.

É sintomática a decisão da Polônia de militarizar sua fronteira com a Bielorrússia, em resposta à presença do mercenário Grupo Wagner. A Lituânia exortou a fortalecer a presença da OTAN em seu território pelo mesmo motivo. A Polónia se mostra propensa a aceitar o programa Nuclear Sharing, que facultaria ao imperialismo instalar ogivas nucleares nos Estados membros da OTAN. O que seria uma resposta à possibilidade de a Rússia implantar armas nucleares táticas na Bielorrússia. A escalada militar se tornou um fator impulsionador da crise mundial. A guerra na Ucrânia foi um estopim, que fez aparecer a ponta do iceberg.

É nos marcos do conjunto desses acontecimentos que se realizou a “cúpula pela paz”, em Jeddah, patrocinada pela Arábia Saudita, em 6 de agosto. O Oriente Médio, em certo grau, como a África, também está envolvido na questão do alinhamento com o Ocidente ou da manutenção diplomática no campo da “neutralidade”, como assim se declara a maioria dos países do Sul Global, entre eles, o Brasil. A aproximação da Arábia Saudita com a China, que serviu de intermediário a um acordo do país árabe com o Irã, levou os Estados Unidos a aumentarem as pressões na região contra o avanço dos capitais chineses e da influência política. A Rússia, evidentemente, não poderia ser chamada a participar da cúpula de Jeddah. Mas, a China, considerada aliada em certa medida da Rússia, esteve presente. Sua ausência não seria aceita por muitos países do Sul Global e do G-20.

Zelensky aproveitou para apresentar os 10 pontos, cuja essência é a mesma do repetido ultimato de Biden, para que a Rússia se renda e arque com todas as consequências da guerra. A China utiliza a pantomina para reapresentar os seus 11 pontos. Ao ex-chanceler brasileiro e assessor para Assuntos Internacionais do governo Lula, não foi preciso muito para prever o fracasso da cúpula, sabendo-se que “é impossível ignorar as preocupações de segurança da Rússia”. Mas, a função da cúpula não era de dar um passo à frente nas negociações sobre a paz. Segundo informação, apesar de não se aprovar uma declaração conjunta, avalia-se que “os países concordaram que o respeito pela soberania e integridade territorial a Ucrânia deve ser o cerne das futuras negociações de paz Rússia-Ucrânia.”

Os Estados Unidos, logicamente, elogiaram o resultado, mas “Washington aconselhou cautela”, diante da China e de seu plano de paz. A Rússia olhou para Jeddah como uma “encenação”. De fato, foi teatral, mas indicou a necessidade do imperialismo agir em torno à bandeira da paz, considerando que a guerra chegou a um impasse e que aumenta a inquietação das massas e povos com a longevidade da conflagração. Biden, em particular, em meio à disputa eleitoral nos Estados Unidos, cuja temperatura da crise política é elevada, tem de se valer desse tipo de encenação, como justificativa para sua política de guerra diante da Rússia, se vestindo de pacifista e de adepto do princípio da soberania dos países oprimidos, quando fez da Ucrânia um peão de sua estratégia internacional, de impulsionar a escada militar. As pressões para que os países da África Ocidental intervenham militarmente no Níger são mais uma prova de que o imperialismo é avesso à soberania nacional de qualquer semi-colônia e é anexador por natureza.

Há que se concluir que somente a classe operária, unida e em luta pode combater pelo fim imediato da guerra, sob a bandeira de paz sem anexação. E pode unir os povos africanos contra o imperialismo saqueador. O programa da classe operária internacional, já comprovado historicamente, responde à luta contra as guerras de dominação, as anexações e as violações do direito à autodeterminação das nações oprimidas.

O governo de frente ampla de Lula inclui as variadas gamas da direita

Organizar a Oposição Revolucionária

A ala esquerda do PT, de seus aliados de primeira hora e das correntes que se reivindicam do “socialismo” dizem que o governo está em “disputa”. Querem, com esse palavreado, dizer que Lula poderá ir para a direita ou esquerda, ou ficar no centro (centro-direita ou centro-esquerda). Se está em disputa, não se deve combatê-lo com o programa, a organização e os métodos de luta da classe operária. Deve-se apoiá-lo pela esquerda. Sendo assim, Lula poderia se escorar nos partidos supostamente voltados às “reformas democrático-populares” e neutralizar o peso dos aliados de direita.

No fundo, a aspiração dos arrivistas que se vestem de esquerda progressista é a de que Lula se mantenha na posição de centro-esquerda. Há os esquerdistas que pousam de revolucionários – e até mesmo se dizem trotskistas – que se esforçam por dar a ideia de que é possível lutar por um “governo dos trabalhadores”, com Lula à frente, desde que apoiado nas massas exploradas. A experiência já demonstrou que a bandeira “vote em Lula por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo” não passou de miragem da esquerda centrista em eleições passadas, e que continua servindo ao mais evidente embuste verbal.

Há o argumento de que a ultradireita ainda precisa ser derrotada. Combater o governo Lula com o programa, a organização e os métodos de luta do proletariado, resultaria em favorecimento do golpismo, ou seja, em fortalecimento das tendências antidemocráticas e fascistas. Quem assim raciocina oculta que somente a classe operária, na direção da maioria oprimida mobilizada, pode combater a reorganização da ultradireita burguesa, que conta com o fracasso do governo Lula para voltar ao poder, seja pela via eleitoral, seja pelo golpismo.

Os reformistas de esquerda inventaram a historietta do “governo em disputa”, para justificar sua submissão a um governo burguês que toma a forma cristalina de centro-direita. E aqueles que não se valem dessa figura de linguagem recorrem aos perigos que correu e que corre a “democracia”, com a potenciação da ultradireita fascizante. A suposição de que apoiar o governo Lula é garantir a vitória dada pelos trabalhadores, pelos pobres, miseráveis e famintos não faz senão ocultar a traição pela esquerda, e em nome da luta pelo socialismo, às necessidades e interesses mais elementares da maioria oprimida.

É bom assinalar que a oposição de ultradireita bolsonarista e a direita que se encontra no governo estão unidas na CPI do MST, para criminalizar o movimento dos sem-terra e proteger os latifundiários. Nenhuma resposta do próprio MST, que sempre esteve atado ao PT e ao lulismo, para acabar com a CPI antidemocrática, foi dada. Antes mesmo de ser instalada, esteve colocada a bandeira “Abaixo a CPI do MST”. Os sindicatos, as centrais e movimentos simplesmente apostam que essa investida “não vai dar em nada”. O que é absolutamente falso. A CPI do MST está mostrando como a ultradireita e a direita envolvem a governabilidade e ditam os seus limites.

O Congresso da UNE, montado burocraticamente pelo PT, PCdoB e consortes, se caracterizou precisamente pela traição às aspirações e necessidades mais urgentes da juventude oprimida. O Congresso da CUT em outubro está perfeitamente articulado para o objetivo de apoiar o “governo em disputa”. E o Congresso da Conlutas terá de responder se se colocará no terreno da oposição revolucionária ou do apoio mascarado ao governo Lula.

A forma mais matreira de ocultar a subserviência ao governo do PT e aliados se verifica no ocultamento de seu caráter de classe, que é burguês. Evidentemente, há governos e governos burgueses. Mas as particularidades que diferenciam um de ultradireita de um governo de esquerda estão condicionadas pelo seu conteúdo de classe. Como se processa a luta contra um determinado governo fascizante ou contra um democratizante, é de grande importância para os explorados realizarem a sua experiência com os governos burgueses, e marcharem sob sua estratégia própria de poder. O que exige a direção de um partido revolucionário e uma ampla vanguarda proletária com consciência de classe.

A renúncia à luta de classes contra um governo democratizante em nome do enfrentamento aos perigos de uma força antidemocrática e fascizante conclui em traição às necessidades mais elementares das massas e em rejeição à luta independente do proletariado, que se dirige contra o poder da burguesia, que se concentra no Estado capitalista. As correntes de esquerda que foram arrastadas pela polarização eleitoral e que se comprometeram com a eleição de Lula como se fosse a salvação da democracia, mesmo aquelas que assim o fizeram no segundo turno, não conseguem se libertar do governo de frente ampla, que serve aos interesses exclusivos do grande capital e das frações burguesas oligárquicas que controlam as políticas estaduais.

Lula se ergueu como político da burguesia sobre a base do Sindicato Metalúrgico do ABC e do movimento sindical. Os explorados o identificaram como sendo um dos seus pela sua origem operária, sem poderem compreender o seu carreirismo de político profissional que passou a expressar os interesses e o poder da classe capitalista.

O governo de Lula nasceu como de centro-direita, sequer é de centro-esquerda. Basta ver a composição ministerial, cujas posições fundamentais estão nas mãos da ala direita do PT, dos partidos aliados “históricos” e dos partidos de centro-direita da burguesia. A direita reforça sua influência com a “reforma ministerial”, que passa a incluir o PP e o Republicanos. Com União Brasil e PSD, assegurarão o controle do governo pelo Centrão. Esses partidos coligados com o MDB, também membro do governo de frente ampla, foram responsáveis pelo golpe de Estado em 2016, pela sustentação da ditadura civil de Temer e do governo Bolsonaro. Impulsionaram as contrarreformas

trabalhista e previdenciária, bem como implantaram a lei da terceirização.

O arcabouço fiscal, o marco temporal e a reforma tributária expressaram a hegemonia da política burguesa antioperária e antinacional. Lula não passa de uma peça para movimentar os interesses da burguesia e dar curso às negociações interburguesas. Para isso, vale-se de sua ascendência populista sobre a maioria oprimida, lugar esse na política burguesa que nenhum outro partido pode preencher pela ausência de um caudilho.

Lula se ergueu como político da burguesia sobre a base do Sindicato Metalúrgico do ABC e do movimento sindical. Os explorados o identificaram como sendo um dos seus pela sua origem operária, sem poderem compreender o seu carreirismo de político profissional que passou a expressar os interesses e o poder da classe capitalista. Teve de passar pelo purgatório e inferno da política burguesa preso por corrupção e reabilitado nas condições de divórcio de setores da burguesia com o governo Bolsonaro. Não foi retirado do confinamento pelas mãos das massas mobilizadas, mas pelas das próprias instituições do Estado burguês, que dele precisou quando o ciclo dos governos golpistas havia sido encerrado. Mas foram os explorados que o reconduziram à presidência da República, não por seus meios próprios de luta, mas pelos meios eleitorais da burguesia. Uma vez no poder, governa por cima da maioria oprimida, iludindo-a, de um lado, com o assistencialismo e, combinando com os partidos derrotados nas eleições, de outro, como melhor enganá-las. Sua força política não está nas massas mobilizadas, mas em sua passividade que serve a Lula como cheque caução aos capitalistas, que pressionam o governo a realizar as contrarreformas antioperárias, antipopulares e antinacionais.

Ou Lula se sujeita ao poder dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, ou não governa e cai. É assim que se viu obrigado a montar o tal do governo de frente ampla, a princípio com o PSB, PDT, PCdoB e PSOL, depois com o MDB, PSD e União Brasil e agora acrescido do PP e dos Republicanos. O PSOL, partido pequeno burguês socialdemocrata, desavergonhadamente reclamou, por meio de seu presidente, que “entende a necessidade de diálogo, de contemplar algumas lideranças partidárias que estiveram conosco na eleição, mas que queiram apoiar o governo agora.” Para os arrivistas da pequena-burguesia, o entendimento com o Centrão não é problemático, mas seria se houvesse “renúncia às promessas de campanha do presidente Lula”.

Os traidores do socialismo não podem ver a traição do governo que os arrasta pelo pescoço. A aprovação do marco temporal atingiu o ministério administrado pelo PSOL. A “renúncia” às promessas de campanha já ocorreu, não há que esperar que venha a ocorrer. Não há apenas “renúncia”

de promessas. O arcabouço fiscal e a reforma tributária foram negociados pelas forças burguesas, e o governo Lula esteve à frente. O presidente da Câmara já anunciou que está pronta reforma administrativa, que visa a atacar o funcionalismo público e não a casta da burocracia do Estado que maneja os poderes da República. Já fizeram as combinações iniciais nos bastidores, longe dos olhos dos trabalhadores.

Os sindicatos e centrais não têm tido outra atitude senão servir de escora ao governo burguês de frente ampla, comprometido em dar prosseguimento às contrarreformas. Temer e Bolsonaro impuseram as reformas trabalhista e previdenciária. Lula contribui agora com a reforma tributária. Está aí um conjunto de contrarreformas que interessa ao grande capital e ao imperialismo. Ficará completo com a reforma administrativa, que abrirá de vez caminho à terceirização na contratação do Estado. Esse grande feito não foi realizado sob um regime de ditadura, mas sob o regime democrático oligárquico.

O PT, Lula e as esquerdas aliadas foram produtos da democracia burguesa e a esse regime político têm de servir. A classe capitalista não poderia criar um regime mais perfeito para ocultar sua ditadura de classe, que garante seu poder econômico e social sobre a classe operária e a maioria oprimida. Lula e sua aliança à direita e à esquerda servem ao domínio da burguesia, protegendo a propriedade privada dos meios de produção, descarregando a crise do capitalismo sobre a maioria explorada e enganando as massas com as migalhas que são despejadas do alto da democracia.

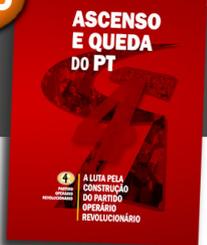
O Partido Operário Revolucionário (POR) se esforça ao máximo para abrir os olhos dos explorados para as traições montadas pelo PT em nome da democracia e da igualdade social. A ampliação do governo de frente ampla à direita e sua subordinação ao Centrão eram esperadas. Em pouco mais de seis meses de governo, Lula foi em busca do PP e dos Republicanos. É dever da vanguarda com consciência de classe organizar a luta dos explorados por seu programa de reivindicações, pela derrubada das contrarreformas, pelo enfrentamento às novas medidas, como as privatizações, à reforma administrativa em curso etc., pelo fim da ingerência do Estado na vida dos sindicatos, pelo direito irrestrito de greve e manifestações, pelo fim da terceirização, do trabalho informal e por pleno emprego a todos.

Está posta a luta política pelo fim do apoio dos sindicatos ao governo. O POR faz um chamado às correntes de esquerda que se reivindicam do socialismo que rompam com Lula, com o PT e com a política de colaboração de classes da burocracia sindical, e que se coloquem sob a bandeira de oposição revolucionária ao governo de frente ampla.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

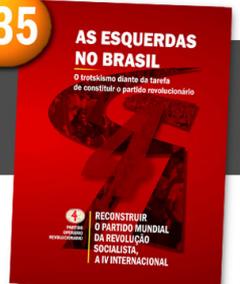


Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário



O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

Cúpula da Amazônia: politicagem burguesa em detrimento da proteção à natureza

A Cúpula, ocorrida nos dias 8 e 9 de agosto em Belém do Pará, reuniu representantes de oito países, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA): Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O governo brasileiro havia montado o palco da Cúpula da Amazônia com a intenção de projetar uma imagem de defensor do meio ambiente, ampliar sua influência regional e global, e angariar fundos dos países imperialistas. O evento foi precedido de outro, denominado de “Diálogos Amazônicos”, e foi divulgado como preparação para a COP-28, que será realizada em dezembro deste ano nos Emirados Árabes Unidos, e para a COP-30, prevista para ocorrer em 2025, também na capital paraense. Como resultado do encontro, foi assinado um documento batizado de “Declaração de Belém”, o qual não passou de uma “carta de intenções”, reunindo generalidades sobre a defesa da natureza e revelando, na verdade, a impotência e a hipocrisia da burguesia em relação à questão climática.

Durante o evento, houve manifestações na cidade-sede, com destaque para a participação de indígenas. Vale lembrar que continua tramitando no Congresso Nacional o Projeto sobre o Marco Temporal, voltado a legalizar a grilagem de centenas de terras indígenas, claramente com interesses predatórios ligados às madeiras, mineradoras etc. Concluídas as reuniões da Cúpula, a “Declaração de Belém” foi criticada pela ausência de medidas efetivas sobre dois pontos principais: a meta de desmatamento zero e a questão da exploração de petróleo. Muito se falou sobre a necessidade de evitar o chamado “ponto de não retorno”, que tem a ver com a capacidade de regeneração do bioma. O caráter inócuo do encontro, no entanto, tem raízes mais profundas: escancarou a incapacidade de coordenar esforços no sentido da preservação ambiental sob o capitalismo, devido aos interesses das multinacionais, dos grandes monopólios, do capital financeiro e dos países imperialistas, trazendo à tona o fenômeno da anarquia da produção.

A exploração irracional dos recursos, combinada com os débeis apelos, principalmente do ambientalismo pequeno-burguês, transparece o período de decadência do sistema capitalista de produção e distribuição. O choque entre o desenvolvimento das forças produtivas, altamente potenciado, e as relações de produção monopolistas se manifesta na forma do crescimento da barbárie, que não é social somente, mas ambiental também. Os saltos na técnica, ao invés de se converterem em mola propulsora do desenvolvimento da humanidade, acabam se voltando contra ela, destacando o traço destrutivo do capitalismo da época imperialista. O discurso em favor do “desenvolvimento sustentável” se mostra falacioso diante da anarquia da produção. Beira ao cinismo falar na “defesa das florestas”, quando as tendências bélicas do capitalismo, impulsionadas pela guerra na Ucrânia, ameaçam degenerar numa nova conflagração mundial, com o risco de destruição integral do planeta através dos artefatos nucleares. Salta aos olhos a desfaçatez de países como a França, que pressiona os governos sul-americanos em relação à questão amazônica, ao mesmo tempo em que prepara uma intervenção no Níger, devido, entre outros fatores, ao fato desse país ser um dos maiores produtores de urânio, material radioativo sabidamente nocivo ao meio ambiente e à saúde humana.

A Cúpula da Amazônia fez emergir também o problema da disparidade das economias regionais. O relativo fracasso do encontro se deveu principalmente à impossibilidade de os governos renunciarem à exploração dos recursos. O impacto de um compromisso em torno à meta de “desmatamento zero” e à extração petrolífera seria distinto, considerando as particularidades de cada país na região. A Bolívia, por exemplo, dado o caráter sensível do assunto dos hidrocarbonetos para a sua economia, teve de impor freios ao acordo, contribuindo para o esvaziamento da “Declaração de Belém”. Aliás, o presidente boliviano, Arce Catacora, assim como o colombiano Gustavo Petro usaram a tribuna para discursos verborágicos contra a influência das ONGs e outras “formas encobertas de dominar a Amazônia”, uma denúncia vazia – na verdade, um embuste –, uma vez que são governos impotentes e completamente subordinados ao poder das multinacionais.

Dentro do próprio Brasil, o problema dos desequilíbrios regionais esteve colocado durante a realização da Cúpula. Na véspera, Lula acabou referindo-se à questão ao defender que a região amazônica seja um “espaço para geração de riqueza para o povo, não um santuário”. Os governadores Zema e Tarcísio, de Minas e São Paulo, respectivamente, causaram polêmica, quase simultaneamente à reunião no Pará, por defenderem uma aliança sul-sudeste, dado o entendimento de que esse eixo não estaria recebendo a devida compensação, levando-se em conta a dimensão da sua produção de riquezas. O fato é que o Brasil não resolveu a tarefa democrática do desenvolvimento regional harmônico, o que implicaria superar o atraso do Norte e Nordeste, regiões historicamente subordinada ao Sudeste, exploradas e oprimidas nos marcos da federação. É a lei do desenvolvimento desigual e combinado que explica a questão. O Brasil semicolonial conserva em suas fronteiras bolsões que aplicam o mais elevado grau de desenvolvimento econômico e tecnológico, convivendo com zonas completamente imersas no pré-capitalismo.

Está aí um dos elementos constitutivos da realidade brasileira e que demonstra de forma límpida a necessidade da superação revolucionária do capitalismo. Não haverá proteção à natureza, nem desenvolvimento harmônico das forças produtivas sob esse sistema apodrecido. Esses e todos os outros problemas estruturais do país só serão resolvidos rompendo a camisa de força da propriedade privada dos meios de produção. A revolução proletária e a constituição de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado, são, assim, um ponto de partida para o salto qualitativo na economia nacional exigido historicamente, ponto de partida que deve ser complementado pelo avanço da revolução no continente - com a construção dos Estados Unidos Socialistas da América Latina - e no mundo. Essa obra grandiosa, contudo, deve partir da luta pelas reivindicações elementares das massas. O combate em defesa da Amazônia deve ser combinado com a luta contra o Marco Temporal, bem como com a luta em defesa da terra aos camponeses, o que passa pela defesa das condições de vida dos explorados, pela defesa dos empregos, salários e direitos etc. Em outras palavras, é preciso mobilizar toda a nacionalidade oprimida, numa poderosa frente única anti-imperialista, partindo das bandeiras imediatas e fazendo a ponte com a luta mais ampla, em defesa do socialismo.

Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, tenta capitanear o bolsonarismo

O governador Romeu Zema, reeleito ano passado, se apresentou inicialmente como gestor acima das diferenças ideológicas e dos partidos. Fundou o Partido NOVO e surfou na onda daqueles que “não são políticos”, mas sim técnicos. No entanto, sua política neoliberal logo ficou evidente na defesa das privatizações, do Estado mínimo, das negociações parlamentares etc. Em seguida, se alinhou com o bolsonarismo e, agora, tenta se afirmar como a opção para canalizar os setores mais reacionários da sociedade.

Depois que Bolsonaro teve seus direitos políticos cassados, a direita e a extrema direita procuram uma opção eleitoral, para retomar a presidência da República em 2026, e assim voltar a gerir os interesses do capital. Trata-se de uma disputa interburguesa representada por diferentes partidos e candidatos. No páreo, ainda estão os governadores Eduardo Leite (PSDB-RS), Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) e outros.

Em uma declaração recente, Zema afirmou que “vaquinhas que produzem muito, não podem ter o mesmo tratamento, das que produzem pouco”, se referindo ao Sul e Sudeste como protagonistas na economia e o Nordeste como aquele que produz pouco e recebe muito do governo central. Revelou assim sua forma de tentar canalizar os setores mais reacionários da sociedade, além do preconceito com o Nordeste, que votou majoritariamente em Lula na última eleição. Ataca ainda com a ideia de que a grande maioria dos nordestinos vive de receber auxílio. A declaração foi amplamente rejeitada por diversos setores, inclusive por aqueles que pretendem se projetar eleitoralmente em Minas, como o presidente do senado, Rodrigo Pacheco (PSD). Isso tudo se dá no contexto da Reforma Tributária, que é uma nova divisão do botim entre as diferentes frações oligárquicas da burguesia nacional, o que se expressa na oposição entre Sudeste e Nordeste, principalmente. Não se pode desconhecer que tais oposições têm suas raízes históricas no monopólio político de MG e SP no período da economia cafeeira.

A disputa pela vaga de caudilho da direita não vai ser re-

solvida com declarações mais ou menos reacionárias, ainda que esse tipo de manifestação pública sirva de termômetro e de arrebanhamento dos bolsonaristas órfãos de um candidato. Vai ser resolvida principalmente por aquele que expressar melhor os interesses econômicos da burguesia, em especial de suas frações mais retrógradas. Daí concluímos que sua fala reacionária é só um aceno para as bases, mas seu aceno para o mercado se deu, principalmente, quando conseguiu privatizar o Metrô de BH, com apoio de Bolsonaro no primeiro momento, e de Lula/Alckmin, na conclusão da negociação. O metrô, que era da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), órgão do Governo Federal, foi entregue ao grupo Comporte Participações S/A, de São Paulo, que arrematou o modal pelo valor de R\$ 25.755.111,00.

Os reformistas, que se orientam pelas disputas interburguesas, e não pela luta de classes, afirmam que “Zema quer dividir o Brasil” e se mostram indignados com as declarações, pedem até um pedido de desculpas. Mas se prostram diante das privatizações que esse governo tem feito.

É em momentos de crise que as discriminações regionais, religiosas e raciais ganham força na boca da burguesia. Mas elas expressam sempre interesses materiais, econômicos. As desigualdades regionais não podem ser resolvidas por meio dessa ou daquela fração da burguesia, o desenvolvimento desigual do país, só poderá ser superado pela ação revolucionária do proletariado, com a expropriação das oligarquias regionais e do capital financeiro, principal expressão da burguesia imperialista. Tais diferenças implicam, do ponto de vista da luta de classes, diferentes trabalhos políticos dos explorados em geral e de sua vanguarda em cada região, um trabalho mais ligado ao campesinato e setores extrativistas, num local, mais ligado a classe operária industrial, em outro etc., mas todos eles orientados pelo programa do proletariado. A construção do Partido Operário Revolucionário em MG é parte da tarefa de superar a crise de direção e desenvolver a luta de classes na região.

Tarcísio de Freitas usa uma lei estadual para proteger os grandes proprietários e grileiros de terras

É preciso organizar a aliança operária e camponesa

Aproveitando o funcionamento da CPI do MST, armada pelos ultradireitistas e direitistas no Congresso Nacional, para criminalizar o MST, Tarcísio arrancou da gaveta a lei estadual (17.517/22), aprovada pelo seu padrinho político, o ex-governador Rodrigo Garcia, que favorece os cofres do estado com a venda de terras invadidas por grileiros e em posse de grandes fazendeiros. Na realidade, penaliza os assentados, que deverão comprar as terras para obterem a titularidade. O bolsonarista Tarcísio implementa a lei para fragmentar ainda mais o movimento camponês, separando os assentados que podem adquirir as terras dos camponeses sem-terra, que necessitam ocupar para sua sobrevivência. O fundamental está em que é uma lei de proteção aos capitalistas do campo, e que oferece mais suportes legais ao governo em suas ações contra os camponeses

pobres. Mediante essa lei, Tarcísio pretende conceder 1,1 mil títulos de propriedade até o final do ano e atingir a meta de 5 mil até o término de seu mandato. Tarcísio não faz senão aplicar a política de Bolsonaro para acabar com os assentamentos, submetê-los à venda e coibir as ocupações.

Trata-se de um negócio de ouro para os grandes proprietários e grileiros, que poderão comprar a posse das terras com valores de “pai para filho”. Estima-se que as terras serão entregues ao custo de 30% ou 40% de seu valor real. E que as terras que não estiverem sob ações na Justiça poderão ser apossadas com desconto de 90%. No caso dos assentados, um camponês que vive da agricultura familiar, para ter o título terá de pagar 5% do valor de seu pedaço de terra. O discurso que a lei favorecerá 7 mil assentados é mais uma mentira do governador. O

fato é que Tarcísio viu nessa lei estadual também uma forma de arrecadar recursos por meio da venda de terras por valores subestimados aos grileiros. Para o governo, um santo remédio porque se livra de ações judiciais e deixa de arcar com os custos das benfeitorias aos proprietários quando da demarcação de áreas como propriedade pública. Segundo cálculos do governo, essas indenizações poderiam chegar a mais da metade do valor da terra.

Como se vê, os bolsonaristas agem em dois sentidos para criminalizar o movimento camponês, principalmente ao Movimento Sem Terra, por meio da farsa da CPI e no estado de São Paulo procura atingir a Frente Nacional de Luta (FNL), aplicando a lei estadual de proteção aos capitalistas do campo. Tarcísio espera que com a entrega de títulos aos assentados, mesmo que tenham de desembolsar um montante de dinheiro, haveria um deslocamento desse contingente do movimento dos sem-terra, portanto, dos métodos de ocupação de terras. Métodos que, certamente, beneficiaram, em um passado recente, a parcela de assentados. Ter a titularidade dá aos assentados o direito de vender seus assentamentos. Consequentemente, é instrumento seguro de que uma parte dessas áreas será transferida para as mãos dos capitalistas agrários.

Tarcísio pretende dar aparência de que está resolvendo o problema de milhares de camponeses assentados. Assim, iniciará em setembro a suposta entrega de títulos aos assentados na região que, por décadas, foi o local de muitos choques entre os camponeses pobres e latifundiários, o Pontal do Paranapanema. Segundo dados oficiais, dos 140 assentamentos que fazem parte do Plano Plurianual de regularização de terras, 117 estão nessa região do estado.

Lamentavelmente, as direções sindicais e camponesas são incapazes de enfrentar tamanha ofensiva dos governos e parlamentares direitistas. Limitam-se aos discursos e às ações no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a decisão de Tarcísio, como vem fazendo o PT. Com essa política de defesa da governabilidade de Lula e de desgaste à de Tarcísio, as direções das organizações operárias e camponesas favorecem também a governabilidade do bolsonarista no estado mais rico da federação.

A Lei estadual é mais uma das inúmeras leis que visam tão somente a concentração de terras nas mãos de uma minoria de latifundiários ou de empresas agroindustriais. Mais cedo ou mais tarde, o destino dos assentamentos está marcado pela ofensiva esmagadora dos capitalistas do campo. A política de assentamentos, amplamente defendida pelo governo Lula em seus mandatos anteriores, foi uma fórmula para se contrapor à reivindicação de reforma agrária dos camponeses. A experiência demonstrou que somente uma pequena parcela de assentados conseguiu, por meio das cooperativas, sobreviver nos

últimos anos. Outra parcela, sem recursos, não viu outra saída a não ser repassar seus lotes de terra. Bolsonaro se valeu da fraqueza do movimento sem-terra, profundamente corporativo e de caráter localizado, para implantar a lei que faculta a venda da propriedade obtida por meio dos assentamentos. Tarcísio, agora, por meio da titularidade, no estado de São Paulo, pretende que os assentados sem condições econômicas vendam legalmente seus lotes.

O Partido Operário Revolucionário, em 2001, aprovou as teses agrárias, como parte do programa. Entre as suas principais formulações se encontram a rejeição à política reformista do PT e do MST de reforma agrária, o combate aos assentamentos, a desapropriação com indenização, a distinção entre latifúndios produtivos e improdutivos e os critérios pequeno-burgueses da função social da terra amplamente propagandeados, que serviram para iludir os camponeses pobres e potenciar a candidatura de Lula à presidência da República, em 2002. Contrapôs a essas imposturas do petismo, expondo o conteúdo de classe da revolução agrária como parte da revolução proletária. Trata-se de uma resposta que implica a luta pelo fim do capitalismo e a edificação do socialismo.

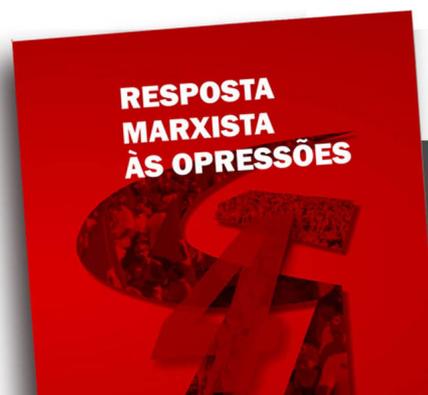
Reafirmamos que, nos marcos do capitalismo, não há possibilidade de resolver essa questão, que tem sua origem na exploração colonial a que foi submetido o Brasil. É uma tarefa democrática que a burguesia não pôde cumprir, e fará parte da revolução proletária, que terá de resolver as tarefas democráticas de um país semicolonial, combinando-as com as transformações socialistas. Está aí por que a tarefa fundamental da revolução agrária é acabar com o poder da burguesia latifundiária, expropriando sem indenização e nacionalizando as terras. A expropriação da propriedade latifundiária permitirá o acesso à terra aos camponeses pobres. Somente por essa via será possível realizar a aspiração dos camponeses de reforma agrária. Tarefa essa que será cumprida por meio da aliança operária e camponesa e seu governo saído da revolução social, o governo operário e camponês.

O ponto de partida é a defesa do método da ação direta, as ocupações e a resistência armada contra os capitalistas do campo, que utilizam a repressão policial e suas milícias e os jagunços para esmagar a luta dos sem-terra. O que implica a unidade de classe na luta operária e camponesa. Diante da medida de combate ao movimento camponês do governador Tarcísio e da CPI do MST, é vital que as direções organizem a luta direta para enfrentar mais esses ataques. A vanguarda com consciência de classe deve se colocar à frente dessa luta, que é de classe contra classe. As bandeiras de Abaixo a CPI do MST e a lei de Tarcísio contra o movimento camponês devem ser levantadas nas ruas, unificando os explorados em todo o país, seja no campo, seja na cidade.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Rio Grande do Norte - Importante luta contra a terceirização Trabalhadores terceirizados da UFRN paralisam suas atividades



Cerca de 200 trabalhadores terceirizados do Canteiro de obras da UFRN, setor responsável pela manutenção dos prédios da UFRN (pedreiros, pintores, eletricitistas etc.), seguem paralisados desde o dia 8 de agosto. Suas reivindicações: 1) pagamento imediato do salário atrasado; 2) pagamento do retroativo referente à data-base de 11 de novembro de 2022; 3) abono da falta descontada da paralisação de 22 de junho; 4) reconhecimento do SINTRAMEM como representante da categoria. No dia 10, após três dias de paralisação, o salário foi pago. No entanto, os trabalhadores seguem paralisados até que o restante da pauta de reivindicações seja atendida.

Antecedentes da luta atual

As empresas D&L e Criart, que são do mesmo Grupo Simões Pereira (GSP), iniciaram em setembro de 2022 contratos com a UFRN para o canteiro de obras e os motoristas (D&L) e para o setor da limpeza (Criart). Desde então, têm sido constantes os atrasos de salários.

Em dezembro de 2022, coincidiu que os salários dos trabalhadores do Canteiro de Obras, dos motoristas e da limpeza atrasaram. O que resultou na paralisação desses três setores. Os trabalhadores da limpeza, dirigidos pelo SINDLIMP, fizeram manifestações duas vezes na reitoria. Os motoristas, organizados pelo SINTRO (rodoviários) fecharam a garagem. Os trabalhadores do Canteiro, sob orientação do SINTRACOMP (sindicato dos trabalhadores da construção civil), paralisaram e foram para casa.

Ao longo dos meses, têm sido recorrentes as paralisações desses três setores em virtude do atraso de salários. Em abril, a empresa D&L atrasou novamente o salário dos trabalhadores do Canteiro. O SINTRACOMP convocou os trabalhadores a irem para a Reitoria. No entanto, nenhum dirigente do sindicato apareceu no dia, deixando os trabalhadores sozinhos, numa clara traição. Os trabalhadores, revoltados, decidiram ir direto para a Superintendência Regional do Trabalho (Ministério do Trabalho), porém o SINTRACOMP também não compareceu. Foi então que o SINTRAMEM (sindicato dos trabalhadores da montagem e manutenção do estado do RN), buscando representar esses trabalhadores, solicitou ao Ministério do Trabalho uma audiência com a empresa, que foi atendida pelo Superintendente do Trabalho.

Diante da lacuna deixada pela aberta traição da direção do SINTRACOMP, os trabalhadores acolheram politicamente o SINTRAMEM como seu representante. No dia 22 de junho, dia da audiência com a empresa, o SINTRAMEM realizou uma assembleia no Canteiro de Obras e aprovou a paralisação das atividades e marcha até o Ministério do Trabalho, o que contou com a adesão total dos trabalhadores. Na audiência, a empresa não compareceu, e mandou uma mensagem ao Superintendente de que apenas reconhecia o SINTRACOMP como representante da categoria. A empresa também descontou do salário o dia de paralisação.

Os trabalhadores do canteiro se viram então em um impasse, de um lado totalmente abandonados pela direção do SINTRACOMP, e de outro, sem que o SINTRAMEM, sindicato que passaram a referenciar, fosse reconhecido pela empresa para negociação. Neste momento, a Corrente Proletária na Educação atuou defendendo o legítimo direito desses trabalhadores ao reconhecimento do sindicato e enquadramento na sua convenção coletiva, e ao mesmo tempo sem cultivar ilusões de que este sindicato levará às últimas consequências a luta dos terceirizados por suas reivindicações mais sentidas, dentre elas a igualdade salarial e a efetivação.

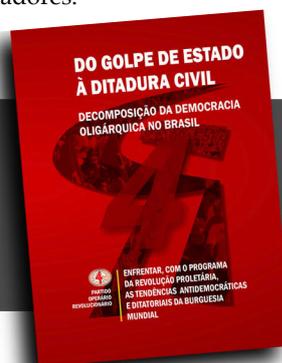
Uma nova etapa do conflito teve início em agosto. Pela convenção coletiva assinada pelo SINTRACOMP (que até então ainda é o sindicato ao qual os trabalhadores permanecem filiados contra sua vontade), os salários deveriam ter sido reajustados desde novembro de 2022. No entanto, até então os salários não tinham sido atualizados, muito menos foi pago o retroativo. Descobriram que a UFRN já tinha liberado a verba para o retroativo, porém a empresa não pagava aos trabalhadores. Crescia a insatisfação no Canteiro de Obras, e a situação havia amadurecido para uma nova paralisação dos trabalhadores, pelo pagamento imediato do retroativo.

Os trabalhadores chamam o SINTRACOMP

Em virtude do impasse de a empresa não reconhecer o SINTRAMEM, e de que continuam descontando a contribuição sindical para o SINTRACOMP, os trabalhadores resolveram convocar este último para que resolvesse a situação do retroativo, já que era a sua obrigação enquanto direção sindical. No entanto, a resposta do dirigente do SINTRACOMP foi debochar dos trabalhadores e não comparecer no dia 7. Neste mesmo dia, a Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) esteve presente no Canteiro de Obras e conversou com os trabalhadores sobre a traição do SINTRACOMP e que, independentemente disso, no dia seguinte (08/08) estaríamos novamente no canteiro, pois teria de ser tomada alguma ação pela categoria para conquistar o retroativo. Os trabalhadores então ficaram já na expectativa de que na terça-feira haveria luta.

Ao longo do dia, a Corrente Proletária atuou no sentido de convocar o SINTRAMEM e demais entidades (SINTEST, correntes políticas) a comparecerem ao Canteiro de Obras para construir a paralisação e conquistar o retroativo. A situação se agravou quando a empresa atrasou novamente o salário do mês, aumentando a revolta dos trabalhadores.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

1º e 2º dia de paralisações

No dia 8, às 06h30, estavam presentes no Canteiro de Obras o dirigente do SINTRAMEM, a Corrente Proletária (CPE/POR), um diretor do SINTEST, o representante do mandato do professor Robério (PSOL), e militantes da corrente Faísca (MRT), Correnteza (PCR), UJC (PCB), e anarquistas. Sob aclamação dos trabalhadores, foi aprovada a pauta de reivindicações e a paralisação até que fossem atendidas.

Aceitando a Corrente Proletária, os trabalhadores saíram em caminhada pelos setores da universidade, em direção à Reitoria. Apesar de estar no período de férias, a manifestação entusiasmou outros trabalhadores terceirizados dos setores da limpeza e capinação, que também são superexplorados. Chegando à Reitoria, os trabalhadores gritavam as palavras de ordem: “trabalhador unido, jamais será vencido”, “não vai ter arrego, você tira o meu salário e eu tiro o seu sossego”, “ô reitoria, que baixaria, terceirizados sem salário em dia”. O movimento conseguiu uma reunião com o setor de contratos e de finanças, que esclareceu que a UFRN já havia passado a verba dos salários do mês para a empresa, no entanto a empresa não havia repassado para os trabalhadores. Encaminhou-se realizar uma reunião com a empresa, UFRN e movimento, que foi agendada para o dia seguinte. Finalizada a reunião, o movimento aprovou a dispersão do ato, ida para casa e retorno para o Canteiro no dia seguinte, às 06h30, para dar continuidade à paralisação.

No dia 9, reunidos novamente no Canteiro de Obras, os trabalhadores aprovaram a paralisação, e aguardaram até as 10h, quando decidiram ir embora e se encontrar no dia seguinte, às 06h30, para deliberar sobre o resultado da reunião. No mesmo dia, às 15h, reuniu-se a empresa D&L, representantes da UFRN e o SINTRAMEM. A empresa rejeitou a participação de outras entidades, como o SINTEST (sindicato dos técnico-administrativos) e demais membros do Comitê em Defesa dos Terceirizados. Inicialmente, o dirigente do SINTRAMEM chegou a rejeitar a imposição da empresa. No entanto, os que estavam presentes avaliaram que, mesmo que sozinho, seria melhor o SINTRAMEM se reunir com a empresa, pois esta poderia alegar que o movimento estaria rejeitando negociar. Além disso, a empresa agora estava sendo obrigada a sentar com o sindicato que antes ela dizia não reconhecer. A reunião não chegou a um resultado. A empresa pediu prazo de 2 dias para pagar os salários, e não apresentou prazo para o retroativo, a não ser uma proposta vaga sobre parcelar em 6 vezes. Sobre o abono da falta de junho, disse que “iria ver com a empresa”.

3º e 4º dia de paralisações

Na quinta-feira, dia 10, às 06h30, reunidos no Canteiro de Obras, para demonstrar seu repúdio ao café da manhã oferecido pela empresa (pão com manteiga todos os dias), e para denunciar as condições precárias de descanso e local para refeição, os trabalhadores organizaram um café da manhã coletivo com frutas, sucos, bolos etc. Esse fato teve uma importância política, no sentido de aumentar a moral dos trabalhadores frente a empresa. A atividade contou com uma maior participação de apoiadores. O sindicato dos Bancários se somou ao movimento.

O representante da empresa também compareceu ao Canteiro, para tentar se explicar para os trabalhadores. Disse que compreendia a situação deles, que eles tinham razão em reivindicar salários e retroativo, pediu um prazo até o dia seguinte e a compreensão dos trabalhadores, e que ia ver com a administração da empresa uma proposta de pagar o retroativo. Puro cinismo! Enquanto estava presente, o representante da empresa tentava descobrir, junto com o supervisor e os encarregados, quem entre os terceirizados estava à frente da luta, para demiti-los.

Os trabalhadores deram uma lição de coesão política frente a empresa. Aprovaram por unanimidade só retornar ao trabalho quando não só o salário cair na conta, mas também o retroativo integral e o abono de faltas. Aprovou-se também ninguém comparecer à UFRN na sexta-feira, e segunda-feira (14/08), todos se encontrarem no Canteiro às 06h30 para dar continuidade à paralisação.

No final da tarde da quinta-feira, o salário caiu na conta, atualizado com o novo valor. Foi fruto da luta dos trabalhadores. No entanto, não caiu o retroativo nem a falta foi abonada. Os trabalhadores seguem paralisados até que estas duas últimas reivindicações sejam atendidas, dando assim uma enorme demonstração de força contra a empresa.

A luta continua

A categoria permanece coesa para conquistar tudo que a empresa deve aos trabalhadores. E já se apresenta a perspectiva da continuidade da luta para que se conquiste o enquadramento na Convenção Coletiva do SINTRAMEM-SINDUSCON, que implicaria o aumento salarial. Além disso, já há outro setor dos terceirizados, os trabalhadores cozinheiros e da lavanderia do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL/UFRN), empregados pela empresa Criart (mesmo grupo da D&L), que também estão paralisando suas atividades pelo pagamento do salário atrasado. Está colocada a possibilidade de unificar as duas categorias, o que certamente colocará em cheque a empresa.

Atuação da Corrente Proletária (CPE/POR)

A CPE/POR tem atuado, impulsionando a luta dos trabalhadores terceirizados pelas suas reivindicações. Esteve presente nas primeiras paralisações dos trabalhadores da limpeza, e também do Canteiro de Obras. No mês de maio, a CPE/POR trabalhou pela constituição do Comitê em Defesa dos Terceirizados (CPE/POR, Faísca, UJC, Correnteza, PSOL, SINTEST etc.), para combater a demissão arbitrária de motorista da D&L. Evidenciou-se que a empresa tem se utilizado de perseguições para demitir trabalhadores. O Comitê, apesar de sua debilidade para realizar um trabalho sistemático, tem servido como uma importante rede de apoio quando os terceirizados se põem em luta pelas reivindicações.

Como base do SINTEST, a Corrente Proletária tem levado ao sindicato a pauta dos terceirizados, no sentido de constituir a unidade entre efetivos e terceirizados. No interior do movimento dos terceirizados, a CPE/POR tem propagandeado a bandeira de fim da terceirização com efetivação imediata dos terceirizados. Frente ao sindicato SINTRAMEM, que ganhou a simpatia dos trabalhadores do canteiro de obras, a Corrente Proletária defende o direito democrático de que os trabalhadores tenham o seu sindicato reconhecido pela empresa e universidade, embora não cultive ilusões de que essa direção levará sua luta até as últimas consequências na resolução definitiva de seus problemas mais sentidos. Para que os trabalhadores do Canteiro concluam a experiência com a nova direção, a CPE busca constituir no seio do movimento uma fração revolucionária que assimile a política proletária e se organize no interior da categoria a fim de se constituir como uma direção clássica e revolucionária.





Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XIX - Agosto de 2023
 ☎ (11) 95446-2020
 nossa.classe@hotmail.com | www.pormassas.org
 @massas.por | anchor.fm/por-massas

Política Operária

O que é preciso para os sindicatos servirem à luta dos trabalhadores?

Tem crescido a desconfiança dos assalariados diante dos sindicatos que não organizam as lutas pelos salários, empregos e direitos trabalhistas. É o que explica a queda do número de filiados. Os trabalhadores precisam entender que a responsabilidade não é dos sindicatos, mas sim de suas direções corrompidas, carreiristas e vendidas ao patronato. Deixar de participar nas atividades sindicais e não se filiar ao sindicato não resolvem o problema. Ao contrário, favorecem a permanência da direção traidora dos interesses da classe operária. A resposta correta é a de constituir a oposição classista e revolucionária. O Boletim Nossa Classe trabalha nesse sentido. Entre os meses de julho e outubro se realizam os Congressos das centrais sindicais. Ocorreu, inclusive, o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Esses Congressos não servem à defesa do programa próprio de reivindicações dos trabalhadores, porque estão subordinados ao governo Lula. Sem independência política diante de qualquer governo burguês, as organizações operárias deixam de convocar as assembleias e organizar as greves, que são o único caminho capaz de impor ao patronato e o governo as reivindicações.

O Boletim Nossa Classe vem lutando no interior dos sindicatos para constituir novas direções classistas e combativas. Nos Congressos, seus delegados lutam por um programa de reivindicações, de independência dos sindicatos e de recuperação da democracia operária. Companheiro operário participe e apoie a luta do Boletim Nossa Classe!

Campanha salarial

Lutar por um salário, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias

A campanha salarial é o momento que nós trabalhadores devemos usar para exigir a reposição salarial. Os patrões, como temos visto, só concordam com o reajuste pelo índice da inflação. O que não tem passado de 6%. Mas, para a grande maioria dos trabalhadores, o que tem pesado é o custo de vida (preço dos produtos básicos: arroz, feijão, carne, ovos, leite, frutas e verduras; e o valor do aluguel, da água, da luz e do transporte coletivo e dos remédios). No passado, as direções sindicais defendiam o cálculo do Dieese, como salário mínimo necessário para manter uma família de 4 pessoas, hoje de R\$ 6.580,00. Agora, abandonaram essa reivindicação e se conformaram com o salário mínimo de R\$ 1.320,00, decretado por Lula.

O Boletim Nossa Classe luta por um salário mínimo vital, calculado pelos operários em suas assembleias, que sirva de base para toda campanha salarial, seja metalúrgico, químico, construção civil, têxtil. Juntamente com o salário mínimo, há outra reivindicação muito importante, que é o reajuste automático: subiu o custo de vida, automaticamente os salários são corrigidos. Isso damos o nome de escala móvel de reajuste. Para uma campanha salarial de verdade é preciso unificá-la. Chega de divisão! Chega de faz de conta!

A FEM-CUT - Federação Estadual dos Metalúrgicos - entregou no dia 6 de julho, a pauta da campanha salarial 2023, para as bancadas patronais.

O primeiro erro da direção sindical foi ter dividido os metalúrgicos do ABC em vários grupos e negociar de forma separada, com cada bancada patronal. A divisão só interessa aos patrões. A força da classe operária, está na sua luta unificada.

O segundo erro foi não ter apresentado na pauta um índice, um valor de piso salarial a ser reivindicado dos patrões. Na pauta econômica, a direção colocou apenas, de forma genérica, a proposta de reposição da inflação, aumento real e valorização dos pisos salariais.

E o terceiro erro foi levar a pauta de reivindicações para o patronato sem iniciar a organização da luta para conquistá-la. Isso não tem nada de novidade. Todo ano é a mesma história. A direção pelega não leva a reivindicação do índice para corrigir o piso e depois traz para as assembleias um reajuste muito abaixo do custo de vida. Não podemos esquecer que o piso médio dos metalúrgicos, na maioria dos grupos, é de R\$ 1900,00. Portanto, alguns trocados a mais do salário mínimo de fome decretado por Lula.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos convoquem assembleias gerais em todos os setores, aprovevem uma pauta única de reivindicações, unifique a classe operária para impor aos patrões, por meio da greve, da ação direta coletiva, um salário mínimo vital, a redução da jornada sem redução dos salários, para que haja emprego a todos. Nessa campanha, é fundamental que as assembleias aprovevem o combate pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização. Sem luta unitária, não era possível derrotar essas contrarreformas, que vêm golpeando a classe operária e demais trabalhadores.



Mercedes-Benz

Terceirizados revoltados com os baixos salários perguntam: cadê a direção do sindicato?

Durante a entrega do Boletim Nossa Classe na Mercedes, os terceirizados da empresa SeSe, contratados para fazer o trabalho de logística, informaram que estão sendo demitidos. Outros, denunciaram que ganham um salário de R\$ 1.900,00, trabalham 9hs:15min por dia, e dois sábados por mês, e perguntaram “cadê a direção do sindicato?”. Outros dizem “não conseguimos viver com esse salário de miséria, essa terceirização está nos matando”.

Em lugar de organizar a luta para reduzir a jornada de trabalho, sem redução dos salários, para gerar mais empregos, a direção dos metalúrgicos está negociando acordos, que permitem a Mercedes e demais montadoras aumentarem a jornada de trabalho e reduzir o piso salarial dos metalúrgicos. Quando os trabalhadores

terceirizados procuram o sindicato dos metalúrgicos para denunciar os problemas, esses traidores lavam as mãos, dizendo que tudo está no acordo, que eles nada podem fazer. O sindicato dos terceiros, por sua vez, é fantasma. Sua direção não aparece no chão de fábrica, só querem o dinheiro da mensalidade.

O Boletim Nossa Classe trabalha pela efetivação dos terceirizados. Denunciou o acordo do sindicato com a Mercedes, que causou demissões e impôs a terceirização. E defende que sem a organização de uma oposição sindical classista e de luta não será possível expulsar a burocracia que se apossou do sindicato, que não faz outra coisa senão acordos que favorecem os capitalistas e penalizam ainda mais os operários.

Sem luta, as montadoras já demitiram 7 mil metalúrgicos

Em dois anos e meio (março de 2020 a julho de 2023), o setor automotivo eliminou 7 mil postos de trabalho. Além de fechar fábricas inteiras - como a Ford da Bahia e de Taubaté, a Caoa Chery e a Mercedes no interior de São Paulo - as montadoras impuseram a terceirização e os acordos de demissão. Aproveitaram a pandemia e a prostração das direções sindicais para reduzir seus custos e manter a lucratividade. Utilizaram e utilizam a política de juros altos e a queda das vendas de carros e ônibus para pressionar o governo por mais subsídios. Os burocratas, por sua vez, acabam

tomando esses pleitos dos capitalistas como se fossem reivindicações dos operários.

O Boletim Nossa Classe luta pelos empregos. Defende que as direções sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, por empregos, salários e direitos trabalhistas. Ergue a bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, para que haja emprego a todos aptos ao trabalho.

Volks demite mais um operário por justa-causa Lutemos contra a perseguição política

Volkswagen demite Eduardo Marques, trabalhador da ala 13, lesionado pela empresa, com doença ocupacional e estabilidade no emprego, segundo a convenção coletiva. O companheiro Eduardo enviou ao Boletim Nossa Classe o relato de como foi demitido. “Meu nome é Eduardo Marques, trabalhador, agora, ex-trabalhador da ala 13, pintura. Estava a mais de 1 ano e 3 meses sem posto de trabalho, a empresa não queria me alocar em um posto compatível, me deixava jogado pra lá e pra cá. Quando abriu o lay-off me colocaram. Eu estava em casa a dois meses e segunda-feira me ligaram do RH, mandando eu retornar na terça-feira, no meu setor de origem, que o médico iria me alocar na fábrica. Achei estranho, mas fui. Chegando lá terça-feira de manhã, o encarregado me levou até a sala do supervisor Gilmar, extremamente arrogante, só falou “me acompanhe até o RH”. Chegando lá, o Diego do RH me levou para uma sala e falou para mim “desliga seu telefone”. Eu me recusei a desligar e ele falou “então está bem, não desliga. E falou, você está aqui porque está sendo mandado embora por justa-causa. Eu falei, porque, o que eu fiz? Estou de lay-off. Ele falou, o motivo é você ter compartilhado uma foto que estava rodando na fábrica, em um grupo de rede social. Eu falei mas, desde quando compartilhar uma foto é crime? E a foto que se referia rodou a fábrica inteira. Era uma foto montagem, zueira de peão. Eu perguntei pra ele, você recebeu a foto? Ele falou “recebi”. E quem mandou a foto pra você não está aqui porquê? Ele ficou nervoso, não soube responder, e falou “assina aqui pra mim”. Eu falei não vou assinar, não concordo. Ele falou estão tá bom e mandou um cara que estava com ele assinar minha demissão, pediu minha carteirinha e falou pode ir pra casa. E aqui estou. Em casa, mandado embora por justa-causa. Uma esposa grávida de seis meses, filho menor, preciso do convênio, tomaram todos os meus direitos, uma injustiça do caramba. Não estou tendo apoio de ninguém. O sindicato se faz de cego, surdo e mudo. Estou aqui, de mãos amarradas. É isso aí”.

Companheiros, como se vê, o caso do Eduardo não é um fato isolado. A Volks vem demitindo por justa-causa, usando para isso qualquer motivo. Em abril, também demitiu por justa-causa, o companheiro José Parane, que também tinha doença adquirida do trabalho, era um forte crítico dos acordos de demissão e retirada de direitos e apoiou a formação de uma chapa de oposição. A Volks superexplora o operário, e quando adoecem acha um meio para demitir.

A direção do sindicato, por outro lado, não faz nada para combater essa ofensiva patronal. Primeiro, criticava a demissão por justa-causa, mas agora toma como natural. O pior é que sequer convoca os operários para a luta contra essas bárbaras demissões. Trata-se de uma direção incapaz de fortalecer a solidariedade de classe, diante da demissão de um companheiro de fábrica.

O Boletim Nossa Classe faz a campanha pela readmissão de Eduardo Marques, José Parane e tantas outros companheiros vítimas da truculência patronal e de seus capachos do RH, que implementam as demissões.

ADQUIRA ▶

**COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS**



R\$5

Uma lição a seguir

Trabalhadores terceirizados entram em greve exigindo o pagamento do salário atrasado e do reajuste

A empresa D&L, que presta serviço para a UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - atrasou novamente o salário dos trabalhadores terceirizados do setor de manutenção. Além disso, a empresa não pagou o retroativo do reajuste salarial com data-base em novembro de 2022. Outra reivindicação dos trabalhadores é que a empresa reconheça o Sindicato da Manutenção (SINTRAMEM-RN) como representante da categoria. No dia 8 de agosto, os trabalhadores, em assembleia organizada pelo SINTRAMEM, aprovaram a greve e paralisaram suas atividades.

Ceará

Boletim Nossa Classe – Eletricitários – agosto

O Boletim Nossa Classe distribuído entre os eletricitários da terceirizada SIRTEC este mês de agosto denuncia a superexploração e o descumprimento dos direitos dos trabalhadores do setor. Diz: “A SIRTEC tem dado advertências indevidas aos eletricitários, nos casos em que o tempo de hora extra ultrapassa 30 minutos. Os trabalhadores não podem largar o atendimento de rua (casas, poste etc.) pela metade, eles precisam concluir, mas a empresa pressiona para que não ultrapasse os 30 minutos.”

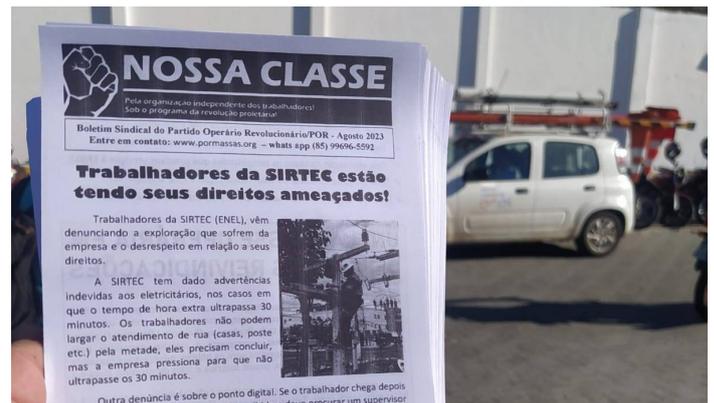
Outra denúncia feita pelos eletricitários ao Boletim é sobre o ponto eletrônico. Diz: “Se o trabalhador chega após 30 minutos de atrasado, o ponto é recolhido e ele deve procurar um supervisor para receber uma advertência, que fica na sua ficha. A empresa, ao invés de apenas contabilizar o atraso e negociar os descontos, submete o trabalhador a constrangimentos inaceitáveis”.

O Boletim relata também o problema das férias: “a empresa está dificultando a concessão das férias de 30 dias dos trabalhadores. Há casos em que oferece apenas 20 dias com os 10 dias restantes a serem negociados depois”.

O Boletim critica a omissão da direção colaboracionista do SIN-DELETRO que não tem defendido os eletricitários da exploração

A greve é uma grande demonstração de força dos trabalhadores terceirizados da UFRN, que resolveram tomar para si a solução dos seus problemas, pelo método da ação direta. O mesmo deve fazer os trabalhadores terceirizados em todos os setores e fábricas do país. Todo apoio à greve dos trabalhadores do Canteiro de Obras da UFRN! Que a empresa atenda imediatamente as suas reivindicações! Pela EFETIVAÇÃO imediata de todos os trabalhadores terceirizados no quadro de funcionários da universidade!

sofrida pelos patrões. Defende que a categoria precisa construir uma oposição combativa para conquistar o sindicato para a luta. Finaliza defendendo as bandeiras de estatização da ENEL sem indenização, sob controle operário! Efetivação de todos os terceirizados que prestam serviços à ENEL, reajuste imediato do vale-alimentação e vale-transporte e luta por um salário-mínimo vital.



São Paulo

Greve salarial dos servidores do Centro Paula Souza e contra a entrega do prédio da FATEC-SP para a iniciativa privada

No dia 8 de agosto, o SINTEPS iniciou uma greve dos servidores, reivindicando aumento salarial e bônus resultado, além de outras reivindicações menores. No mesmo dia, organizou um ato, que foi da FATEC Tiradentes até a superintendência, onde se reuniram com a superintendente Laura Laganá, que não tinha absolutamente nada novo para apresentar. Ela abriu a reunião dizendo que não tinha novidades além do que havia conversado no encontro com os secretários de governo no dia 3/8. Ou seja, não havia perspectiva de reajuste (além dos míseros 6%), nem de mexer no valor do bônus resultado (até um salário, no máximo) ou no período de pagamento (indicado para outubro). O sindicato ainda defende que haja apenas 20 alunos por turma e o fim do vestibulinho das ETECs.

A FATEC/ETEC onde se realizou a manifestação ainda atravessa desde o ano passado um outro problema, a entrega de um dos prédios para a iniciativa privada. O sindicato tem divulgado esse problema, mas pouco tem feito de concreto. Já os estudantes

que fizeram algumas reuniões e um ato no semestre passado, seguem em grande letargia. O DCE da FATEC não está fazendo uma campanha geral contra este ataque privatista do governo Tarcísio. As entidades estudantis, UNE e UBES, têm ignorado o problema.

No momento que se coloca uma greve dos servidores por questões salariais, é importante vincular os problemas e fazer a defesa conjunta, já que ambos os problemas são expressões da política burguesa dos governantes. Soma-se a isso, os ataques mais gerais contra os explorados, como as privatizações do Metrô, CPTM, SABESP e Porto de Santos. Trata-se assim, de um governo profundamente vinculado aos interesses do capital, que não poderá ser derrotado de maneira corporativista.

No momento há movimento grevista em mais de 100 unidades do CPS, entre FATECs e ETECs e há denúncias de vários gestores perseguindo os grevistas, impedindo reuniões e colocando os não grevistas para substituí-los. É preciso responder a essas perseguições políticas e defender o direito de greve.

Intervenção da Corrente Proletária nas manifestações de 10 de agosto

Por um verdadeiro Dia Nacional de luta dos servidores públicos federais

Por uma greve unificada do funcionalismo e atos massivos de rua

Publicamos trechos do manifesto:

“O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais (FONASEFE) convoca para o dia 10 de agosto um dia nacional de luta, com mobilizações e paralisações para pressionar o governo a atender as reivindicações levantadas na campanha salarial 2023. A data foi escolhida por ser o dia da 3ª reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que tratará da recomposição salarial e reestruturação da carreira. A Plenária do Fonasefe ocorrerá no formato de Live no dia 08 de agosto.”

Listamos as medidas de continuidade do governo Lula/Alckmin em relação a Temer e Bolsonaro e os cortes de orçamento, sobretudo na saúde e educação E acrescentamos: “Na mesa de negociação, o governo se recusa a revogar até mesmo normativas que atingem direitos dos servidores. A Reforma Administrativa (PEC 32) não foi derrubada, e o governo e Congresso Nacional sinalizam a possibilidade de retomar sua tramitação. Por trás da falta de compromisso do governo com os trabalhadores, está o forte compromisso do governo com os interesses do grande capital (...)”.

O Manifesto conclui com a seguinte plataforma de lutas defendida pela CPE:

Reposição integral e imediata das perdas salariais desde 2010 (nada de parcelamento!);

Que nenhum trabalhador, inclusive os do funcionalismo público, ganhe menos do que um salário mínimo vital (o DIEESE calcula o mínimo necessário em R\$ 6.528,93); Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados; Por reajustes mensais automáticos de acordo com a inflação (escala móvel de salários); Abaixo o Teto dos Gastos e o Arcabouço Fiscal! Não ao pagamento da dívida pública! Pela imediata revogação das reformas trabalhista, previdenciária, do ensino médio e lei da terceirização! Abaixo o Plano Nacional de Desestatizações, pela reestatização das empresas públicas privatizadas! Convocação de um primeiro dia nacional de greve unificada do funcionalismo federal, com plenárias unificadas e manifestações nos estados! Exigir das centrais sindicais que convoquem um dia nacional de lutas com bloqueios, greves e paralisações em torno de um programa próprio de reivindicações.

São Paulo - ABC

Assembleia dos trabalhadores da UFABC aprova adesão ao Dia Nacional de Paralisação dos Servidores Federais

Convocada com pauta única sobre o Dia Nacional de Lutas e Paralisações dos Servidores Públicos Federais em 10 de agosto, a Assembleia do SinTUFABC teve informes sobre a eleição do Conselho de Representantes Sindicais; sobre o GT-Carreira; e sobre o plano de privatização do governo Tarcísio, em particular sobre a Linha 10 – Turquesa da CPTM, amplamente utilizada pela comunidade da UFABC.

Abertas às intervenções, debateu-se principalmente sobre a adesão ao Dia de Lutas como parte da campanha salarial; e o Congresso da CSP-Conlutas. A Corrente Proletária interveio com seu Boletim local e nacional e defendeu a paralisação e a convocação de uma assembleia para a próxima semana com a pauta de eleição de delegados para o Congresso da CSP-Conlutas; avaliação da proposta de reposição salarial a ser apresentada pelo governo na Mesa Nacional de Negociação Permanente do dia 10; e discussão sobre o GT-Carreira.

Diversos trabalhadores concordaram com a proposta de reivindicar a reposição sem parcelamento, entendendo que o parcelamento se trata de uma questão política para blindar o governo. O coordenador ligado ao Coletivo Travessia (Resistência/PSOL) reduziu a importância da discussão, levantando a necessidade da unidade e de que não se tratava de item de pauta.

Em relação ao Congresso da CSP-Conlutas, a direção majoritária, que tem boicotado a convocação da assembleia de eleição de delegados, deu o informe vergonhoso de que pediram à Conlutas o documento de filiação do SinTUFABC à Central, já que não acharam, sendo que se trata de uma decisão da categoria no momento de fundação do sindicato, constando na ata, no estatuto e até mesmo em vídeo. A Corrente Proletária tem exigido a realização da assembleia, porque entende que a decisão da categoria deve ser cumprida.

A paralisação do dia 10 foi aprovada praticamente por unanimidade, com quatro abstenções. No entanto, a mesa não encaminhou a proposta de convocação da assembleia, nem a forma de paralisação.

No dia anterior à paralisação, a Superintendência de Gestão de Pessoas (SuGePe) enviou um comunicado à comunidade informando que a paralisação deveria ser compensada e as atividades acadêmicas mantidas. Essa política antissindical contou com a participação da direção majoritária do sindicato (com membros do Resistência/PSOL e PT) que não só não encaminhou as propostas à efetivação da paralisação na assembleia, como combinou a compensação com a direção da SuGePe/Reitoria, ao consultá-la sobre a melhor forma de registro da ausência/paralisação no sistema eletrônico de frequência. Até onde temos conhecimento, trata-se da primeira vez que ocorrerá uma paralisação com a exigência de compensação na UFABC. Esse retrocesso ficará marcado na conta dos governistas, os mesmos que tiveram concordância com a exigência da reitoria em flexibilizar a liberação sindical.

Balanco das eleições na APEOESP (2023)

A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa !!

LANÇAMENTO!
Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas **R\$ 5,00**



Pernambuco **Greve dos metroviários exige de Lula retirada da CBTU do plano de privatização**

Os metroviários entraram em greve por tempo indeterminado a partir das 22h do dia 2 de agosto. A greve foi precedida por uma paralisação de 24 horas no dia 13 de julho e outra de 48h, nos dias 26 e 27 de julho, junto com os dois primeiros dias da greve dos rodoviários.

Na assembleia de 02 de agosto, onde foi aprovada a greve, o POR atuou por meio do Boletim Nossa Classe e uma fala que expressou seu conteúdo, publicamos trechos abaixo:

“O caminho para defender os empregos é salários é aprovar a greve por tempo indeterminado até o governo Lula/Alckmin retirar a CBTU do Plano Nacional de Desestatização. (...) Temos a missão de debater e aprovar os meios para defender o emprego, salário e direitos dos 2.587 profissionais da CBTU, dos quais 1.564 são da STU-REC. Mas essa luta vai muito além. Apesar de as decisões estarem nas mãos da categoria, as decisões são de interesse de toda a classe operária e maioria oprimida do país. Não podemos admitir a destruição de postos de trabalho. Pelo contrário, nossa luta é por emprego para todos. Não podemos admitir a quebra da estabilidade. Nossa luta é para que todo trabalhador tenha estabilidade, pois vive do seu salário.

Estamos diante de uma oportunidade histórica de organizar o combate contra a privatização. Não desperdicemos essa oportunidade em troca de uma promessa vaga de cláusulas do ACT ou leis que poderiam proteger os atuais metroferroviários em caso de privatização. O Boletim Nossa Classe defende que é hora de erguer uma poderosa greve, buscar os aliados entre a maioria explorada que sabe a importância da defesa dos empregos, dos salários e de um serviço público que possa atender suas necessidades”.

Negociações com o governo: em greve temos mais força!

A categoria está indignada com os rumos do governo federal. Foi chamada, no ano passado, a votar em Lula/Alckmin, com a promessa de ser um governo que impediria a privatização e defenderia os salários e direitos dos trabalhadores. Mas em poucos meses a máscara caiu, e o governo deu continuidade ao PND, mantendo dezenas de empresas estatais, dentre elas a CBTU, na mira da privatização e concluiu a privatização do Metrô de BH, deixando os 1.600 trabalhadores nas mãos da empresa concessionária, que definirá seus destinos. A revolta com tamanha frustração leva os trabalhadores a denunciarem, na assembleia, a traição do governo. (...) Certamente, se o sindicato sentasse à mesa de negociação, com a categoria em greve por tempo indeterminado, teria muito mais poder, pois o poder do sindicato vem da força coletiva da categoria (...).”

Greve ativa para ganhar a população para a causa

(...) não basta ficar em casa, é preciso organizar os comitês de luta unificados, nos locais de estudo, trabalho e moradia. No momento, petroleiros e trabalhadores dos Correios preparam sua campanha salarial. Por que não unificar as lutas dos trabalhadores das estatais? Por que não somar forças com o funcionalismo federal, também preparando sua campanha salarial? Por que não se unir com os trabalhadores do setor privado, com os precarizados, com a juventude, em defesa dos empregos, salários, direitos e contra as privatizações? Não temos dúvidas de que juntos somos mais fortes. (...) O Boletim Nossa Classe defende a greve ativa e a criação dos comitês e assembleias populares!”

No tópico: “As cláusulas 53 e 54 do ACT são incapazes de garantir a estabilidade e os direitos” tratamos de uma movimentação, sobretudo dos setores de trabalhadores administrativos, de trocar a greve contra a privatização pelas negociações de cláusulas

no Acordo Coletivo de Trabalho para viabilizar, programas de transferência e desligamento incentivado, após a privatização e estabilidade de 10 anos aos trabalhadores após a privatização. “O Boletim Nossa Classe alerta que a garantia real da estabilidade depende da manutenção da empresa com o seu caráter público. Sem isso, o que sobra são promessas e ilusões, quebradas pelas empresas e governos a cada experiência prática”.

Por fim, reafirmamos nossa campanha “Pelo direito irrestrito de greve! Abaixo as multas e penalidades dos governos e judiciário!” e também a de “Construir a oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin”. Onde após descrever o compromisso do governo Lula com a manutenção das contrarreformas e privatizações de Temer e Bolsonaro, mostramos os novos ataques, como os cortes na saúde, educação; arcabouço fiscal; criminalização do MST e Marco temporal. “Não podemos cair na conversa mole de aguardar a ‘reconstrução do Brasil’, reconstrução para valer vai ter que ser feita por um governo dos próprios trabalhadores, por meio de uma revolução proletária. Mas até termos condições de dar esse passo, é preciso que a classe operária e demais explorados se coloquem em movimento. Por isso, o Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a exigirem das centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares que convoquem um dia nacional de lutas com bloqueios e paralisações em defesa dos empregos, salários e direitos. Nenhum trabalhador deve ganhar menos que o salário mínimo do DIEESE. Abaixo o salário de fome. Por emprego e educação pública a toda a juventude. Por terra para os camponeses e indígenas. Unidade total em defesa do direito de greve e dos métodos dos explorados. Abaixo a criminalização, lutar não é crime!”

Estas bandeiras dão o conteúdo da oposição revolucionária ao governo burguês de Lula. Pois todas elas não cabem nos acordos com o capital. Ao mesmo tempo, mostram a necessidade da luta revolucionária”.

Judicialização da greve e suspensão da paralisação por 3 dias

A assembleia dos metroviários não aprovou um comando de greve da base ou ações que projetassem o movimento para as ruas. O chamado principal do sindicato é para os trabalhadores ficarem em casa. Ao mesmo tempo, junto com a aprovação da greve por tempo indeterminado, a direção imediatamente encaminhou a proposta de judicializar a greve. Com isso, o movimento foi subordinado aos trâmites burocráticos. A audiência de conciliação entre os Sindicatos e a CBTU foi marcada para quinta-feira (10) às 9h, no Ministério Público do Trabalho. Justificando o pedido do Ministério Público do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho, o sindicato levou a categoria a suspender, na assembleia do dia 7 a greve por 48h e, no dia 9, por mais 24 horas.

Trata-se de um erro brutal. Em greve, a categoria tem muito mais poder de negociação. Mais uma vez os trabalhadores, arrebanhados pelas direções conciliadoras, caem nas armadilhas do terreno burguês. Não é por acaso, a direção sindical, do PCdoB segue tentando proteger a governabilidade, e, no máximo, faz apelos ao governo Lula. Foi feita uma campanha de outdoors com os dizeres: “Presidente Lula: não venda o nosso metrô! A passagem vai aumentar e piorar os serviços”. Mas a categoria precisa abrir o olho, e saber que não serão os apelos ou a “boa-fé” que vão garantir os empregos, mas sim a luta com os métodos da ação direta, para tirar a CBTU da mira da privatização, garantir as reivindicações da campanha salarial e garantir o controle operário dos metrôs. Na mãos do Estado, o metrô virou sucata. Nas mãos dos capitalistas, só servirá ao lucro. Quem deve controlar a rede metroferroviária são os próprios trabalhadores.

Greve dos metroviários é retomada com paralisação de 100% da frota - Atualização do dia 11 de agosto

A CBTU respondeu ao sinal de docilidade do sindicato, de suspender a greve até a reunião de negociação, com uma proposta indecente de 3,45% de reajuste e o governo federal não deu nenhum sinal de que vai retirar a estatal da mira da privatização. A categoria está revoltada. Chamar o governo de traidor virou coisa comum. Os metroviários reclamam que brigaram com familiares na época das eleições para defender que Lula seria diferente, mas agora veem que a política é a mesma. Um maquinista disse na assembleia: “O presidente Lula precisa saber que quem o elegeu não foram os empresários privatistas e sim a classe trabalhadora. Retiramos o inominável do poder e colocamos Lula no lugar dele, após ele nos prometer a retirada da CBTU do Programa Nacional de Desestatização. Oito meses se passaram e nada foi feito. Iremos para cima fortes, unidos e sem medo”. E outro metroviário completou: “A nossa decepção tem nome e sobrenome: Luiz Inácio Lula da Silva. Nós votamos nele para que ele mudasse a política do governo anterior. Nós não somos gados para apanhar calados, gados são os bolsonaristas. A gente questiona, se posiciona e vamos à luta”. O próprio sindicato, que ajudou a enganar a categoria, chamando a confiar na candidatura de Lula e Alckmin, agora reconhece em seu informativo que “O Governo Lula é uma decepção para os trabalhadores metroviários, pois na campanha se comprometeu em

retirar a CBTU da privatização, mas mantém o posicionamento de Bolsonaro.”.

Na noite do dia 10 de agosto, os metroviários suspenderam a trégua e retomaram a greve por tempo indeterminado. O metrô está 100% parado, nem mesmo os cargos comissionados estão colocando os trens para funcionar, como acontecia nas outras paralisações, provavelmente por divisões políticas no interior da estatal. Porém, a greve não tem sido ativa. Além disso, manifesta-se uma divisão na categoria. Os setores mais proletarizados, sobretudo da manutenção, mostram maior afinco à defesa da não privatização. Enquanto os setores administrativos consideram que “o barco está afundando e é hora de pular e buscar uma boia”, no caso as cláusulas e acordos de estabilidade para alguns.

Um ato marcado para o dia 11 de agosto, quando o vice-presidente e Ministro da Indústria Geraldo Alckmin estava na FIEPE foi extremamente esvaziado, sem nem ao menos ter um carro de som. De segunda a sábado (14 a 19 de agosto) uma caravana irá a Brasília. Quem ficar deve manter a iniciativa para projetar a greve para as ruas. É urgente criar o comando de greve, eleito na assembleia de base, para colocar a categoria em movimento e ganhar o apoio dos setores oprimidos e explorados da população.

Paraná

Privatização da COPEL entra em fase decisiva

Na terça-feira dia 8 de agosto, a COPEL (Companhia Paranaense de Energia) concluiu sua operação de privatização, movimentando cerca de R\$ 4,53 bilhões na Bolsa de Valores de São Paulo. Com a oferta, o governo do Paraná deixa o controle societário da companhia. A Copel informou que o Banco BTG Pactual, o Banco Itaú BBA, o Banco Bradesco BBI, o Banco Morgan Stanley e o UBS Brasil atuam como coordenadores da oferta no mercado de capitais.

A privatização da COPEL é um objetivo almejado há décadas pelas oligarquias que controlam o estado. No início do século, nos anos 2000 e 2001, o governo de Jaime Lerner (PFL), já havia tentado realizar a privatização, mas as greves e ocupações de prédios públicos por parte do movimento contra a privatização conseguiram barrar a entrega desta empresa altamente lucrativa. Mais recentemente, o governo de Beto Richa (PSDB) também tentou avançar nesta direção. Agora, Ratinho Jr. (PSD), aproveitando-se do retrocesso do movimento sindical, popular e estudantil aprofundado durante a pandemia pela política de “distanciamento social”, conseguiu avanços decisivos para privatizar a companhia. Um passo fundamental foi a aprovação de um conjunto de 22 projetos aprovados pela Assembleia Legislativa do Paraná, no final de 2022, dentre os quais o de venda da Copel. Com a privatização da Copel, fica reduzido o controle estatal sobre a companhia, pois este controle passa para o mercado. A participação acionária do Estado na empresa será de 15%, atualmente é de 31,07%.

O argumento do governo Ratinho Jr. é o mesmo de todos os governos burgueses, a privatização terá como objetivo superar a suposta “ineficiência” da estatal. Contudo, a Copel vem tendo margens de lucros enormes, dados do ABED-PR demonstram que desde o início do governo atual “o Lucro Líquido da companhia apresentou crescimento de 249,63%, saltando de R\$ 1,4 bilhão em 2018 para R\$ 5,0 bilhões em 2021”. Inclusive os lucros dos capitalistas acionistas “cresceu 715%” no período de 2019 a 2021. Não há dúvidas que, a Copel estando sob controle total do mercado

capitalista, por um lado vai haver a concentração de riquezas nas mãos de um punhado de burgueses e, por outro, a ampliação da precarização, do desemprego das massas explorada e oprimida.

As privatizações não decorrem da necessidade de eficiência, mas da crise capitalista, que reduz a taxa geral de lucros devido à superprodução de valores combinada com a maior composição orgânica do capital, impulsionando os monopólios e o capital financeiro a se apropriarem de todos os serviços, outrora prestados pelos estados, como espaços de valorização do capital.

No caso dos países atrasados e semicoloniais, como o Brasil, este ataque implica o desmonte das estruturas constituídas décadas atrás durante o ciclo nacional-desenvolvimentista e o retrocesso à condição de semicolônia, cada vez mais atrasadas, desindustrializadas e limitadas a fornecer produtos primários.

A privatização da COPEL não será barrada por manobras jurídicas ou parlamentares, pois o judiciário e o legislativo também respondem aos interesses gerais da burguesia e do imperialismo. O enfrentamento da onda privatizadora coloca a necessidade de erguer a Frente Única Anti-Imperialista, instrumento mediante o qual o proletariado pode encabeçar a luta pela independência nacional em aliança com outras classes, mas, como parte da revolução proletária.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Pernambuco

Greve heroica dos rodoviários conclui com acordo rebaixado da direção (PSOL) e descumprimento por parte da patronal

A greve dos rodoviários do Recife e região metropolitana durou 6 dias, de 26 a 31 de julho. Confrontou a recusa da patronal em negociar as reivindicações e a repressão policial e judiciária do governo, a serviço dos capitalistas. O sindicato reivindicou 10% de reajuste (contando a inflação e ganho real), Ticket de R\$600 e adicional de R\$500 para a dupla função (motorista e cobrador). Já, de partida, foi uma pauta rebaixada, não ergueu a bandeira histórica dos trabalhadores brasileiros de que nenhum trabalhador ganhe menos que o salário calculado pelo DIEESE, hoje mais de R\$6.500 e abandonou a luta contra a dupla função, resultante da demissão dos cobradores. A canalização da luta pelos empregos para o terreno jurídico-parlamentar, nos anos anteriores, levou à derrota. Nota-se, porém, que o grande apoio da população à greve se devia justamente pela solidariedade em relação à demissão dos mais de 3 mil cobradores na pandemia, que ampliou a superexploração dos rodoviários e aumentou os riscos e precariedade do transporte coletivo. A patronal ofereceu um reajuste de 3% no salário, R\$7 de aumento no ticket e R\$11 numa gratificação, caracterizados pelo sindicato como esmola e motivo para a continuidade da greve. Como parte da repressão judicial à greve, o Tribunal Regional do Trabalho determinou o percentual de 60% da frota circulando no horário de pico e 40% nos horários normais.

A adesão dos trabalhadores à paralisação seguiu forte, ainda que não houvesse um comando de greve eleito na assembleia para envolver os trabalhadores em ações coletivas. A recomendação do sindicato era para ficar em casa, mas houve atos pontuais na cidade. No dia 28 de julho, na madrugada, o sindicato realizava um piquete em uma das garagens e o presidente do sindicato chegou a ser preso pela polícia, a serviço da governadora Raquel Lyra (PSDB), que é filha de um dos donos das empresas de transporte. A prisão gerou muita solidariedade e revolta da categoria que lotou a sede do sindicato, na assembleia no mesmo dia e depois saiu em marcha pelas ruas do Recife. Por mais que tenha tido o nome de assembleia, o que houve, porém, foi mais um ato público em que só tinham direito a falar políticos próximos à direção (PSOL). Das centrais sindicais, nem mesmo a CSP-Conlutas pôde se expressar e só falaram os rodoviários da diretoria e um representante da oposição à direita, que na última eleição montou chapa ligada à CUT. Não foi permitido ao Boletim Nossa Classe/POR falar e não se abriu o microfone para a categoria.

A falta de democracia leva a greve a ficar sob o controle burocrático da direção, sem que a categoria debata os métodos capazes de levar à vitória. A direção, por sua vez, jogou todo o peso da greve para o dia do julgamento do dissídio, 31 de julho. Estava claro que independente do resultado, a greve seria encerrada ali.

De forma surpreendente, antes do julgamento, a patronal ofereceu 4% de reajuste e o sindicato aceitou. Negociou-se que dos seis dias de greve, quatro seriam abonados e dois seriam pagos com horas extra, no prazo de 90 dias, sem desconto de salário. O sindicato encenou uma assembleia em frente ao tribunal, mas parte dos trabalhadores saiu revoltada com o acordo miserável e inclusive se recusando a voltar imediatamente ao trabalho. Expressaram que, com a força da categoria, e com o apoio popular era possível ter arrancado mais da patronal.

Passada uma semana, a patronal volta a descumprir os acordos e está cortando salários dos grevistas. O sindicato, fez um ato de algumas horas paralisando os ônibus na Avenida Guararapes, no centro do Recife. É urgente convocar uma nova assembleia e retomar o movimento de greve. Há motivos de sobra para não confiar no terreno jurídico e parlamentar. Antes mesmo do início da greve, o Tribunal Superior do Trabalho, atendendo aos capitalistas, determinou o corte de salários em retaliação às mobilizações de 2020, um ataque direto ao direito de greve dos trabalhadores que lutaram pelo emprego dos cobradores demitidos e contra a dupla função, que faz que o rodoviário trabalhe por dois. Nas redes sociais do sindicato, os trabalhadores expressam sua revolta, de que a greve não adiantou, pois somando o reajuste miserável e os cortes, fica só o prejuízo. Insistem que era possível ter lutado mais. A greve, portanto, foi abortada pela direção, quando ainda pulsava e poderia se desenvolver. É necessário forjar uma oposição classista no interior do sindicato que possa expressar o instinto de luta dos rodoviários.

Boletim Nossa Classe/POR defendeu linha classista na greve

Na campanha salarial dos rodoviários, o método da ação direta, das paralisações, greves e piquetes, esteve o tempo todo subordinado aos métodos de ação indireta, via parlamentares e judiciário. A fala restrita aos parlamentares do PSOL era para exaltar a lei da dupla função, que serviu de encenação no período que antecedeu as eleições municipais de 2020 e depois foi derrubada, sem nenhum efeito prático. Mesmo no ato de rua ou piquete em garagem, somente com muito esforço o POR conseguia falar, com grande hostilidade dos militantes do PSOL que são funcionários do sindicato. Tentavam bloquear a expressão de nossa linha de apoio à greve da categoria, apontando para o caminho classista de confiar nas próprias forças, ganhar as ruas e formar os comitês junto com a população. De exigir das centrais e sindicatos a luta unificada pelos salários e pelo direito irrestrito de greve.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - [@massas.por](https://t.me/massas.por) - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Rio de Janeiro

PM mata menino de 13 anos na Cidade de Deus Mais um crime de classe da burguesia

Na noite de 6 de agosto, na Cidade de Deus, favela localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, Thiago Menezes Flauzino foi brutalmente assassinado por policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Familiares e moradores da região acusam policiais de terem executado Thiago, mesmo quando este já se encontrava no chão. Seu corpo foi encontrado com mais de 5 tiros. Há registros filmados e relatos de familiares que os policiais buscaram adulterar o local da ação, dando tiros a esmo, tentando justificar uma troca de tiros, alterando câmeras de segurança e forjando uma pistola.

Vale ressaltar que nenhum dos policiais envolvidos na operação utilizava câmera nas fardas, o que descumpra decisão do STF, que determina o uso das câmeras pela PM do RJ. O governo de Cláudio Castro (PL), que se reelegeu por meio do discurso reacionário de promover ainda mais chacinas e violência nas favelas e periferias do estado, fortalecendo o “combate às drogas”, foi um dos que recorreu a esta decisão do STF, sendo negado. No entanto, até agora as câmeras não estão sendo utilizadas regularmente.

No dia seguinte ao assassinato, os moradores organizaram um ato na região, com cartazes e palavras de ordem pedindo “Justiça para Thiago” e que a polícia pare de assassinar a juventude preta e pobre. Logo no início do ato, equipes do Batalhão de Rondas Especiais e Controle de Multidões (Recom) e do Batalhão de Choque já estavam no local e reprimiram os manifestantes com gás de pimenta e bombas de efeito moral, dispersando e espalhando o terror na região.

Há poucos dias, uma chacina promovida pela mesma Polícia Militar deixou 10 mortos e 4 feridos, no Complexo do Alemão, zona norte. Além disso, na madrugada do último dia 5 de agosto, o frentista Guilherme Lucas Martins Matias, 26 anos, foi morto por um policial no Morro do Santo Amaro, zona sul.

Todos esses casos evidenciam a violência do Estado burguês. A Polícia Militar, enquanto braço armado da burguesia, serve a este fim promovendo hecatombes praticamente diárias nas favelas e periferias de várias regiões do Brasil. Este aparato foi criado para isso: reprimir trabalhadores e tudo que possa ser uma ameaça ao sistema capitalista e proteger a propriedade privada.

Por isso, é importante evidenciar que, mesmo no governo de ultradireita bolsonarista em São Paulo, de Tarcísio de Freitas, com a recente chacina no Guarujá, ou na Bahia, do petista Jerônimo Rodrigues, onde também houve chacinas recentemente, a repressão estatal segue aniquilando a juventude negra e pobre. A tendência



geral nos estados e no governo federal, com o decreto de Dino/Lula contra quem “atentar contra o Estado democrático de direito”, é de fortalecimento do Estado Policial, com aval para matar e encarcerar em massa.

Com a deterioração das condições de vida e trabalho, que se expressam nas contrarreformas que dão continuidade no governo Lula-Alckmin, como as trabalhista, previdenciária e, mais recentemente, o Arcabouço Fiscal, substituindo o Teto de Gastos, em conjunto com a coerção violenta do Estado, são caminhos que a burguesia, alinhada ao imperialismo, segue diante da crise estrutural do capitalismo. Para conter a luta de classes, o Estado fortalece seu aparato policial e legislativo, enquanto a conciliação de classes e o peleguismo seguem de maneira hegemônica no movimento social, sindical e estudantil, contendo a revolta instintiva da classe operária e dos demais trabalhadores.

Nesse sentido, o Partido Operário Revolucionário defende que os movimentos sociais, sindicatos e movimento estudantil organizem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com os métodos de ação direta da classe operária, para defender as reivindicações mais elementares das massas trabalhadoras, e o fim das polícias e a constituição de um Tribunal Popular, para julgar os crimes da burguesia, dos seus governos e de suas polícias. Não há como reformar o Estado policial, assim como não há de ter confiança na justiça burguesa. A ditadura de classe da burguesia seguirá matando a juventude pobre e trabalhadora. Somente a independência de classe, com seus métodos próprios, é capaz de combater a repressão do Estado e avançar na destruição do capitalismo.

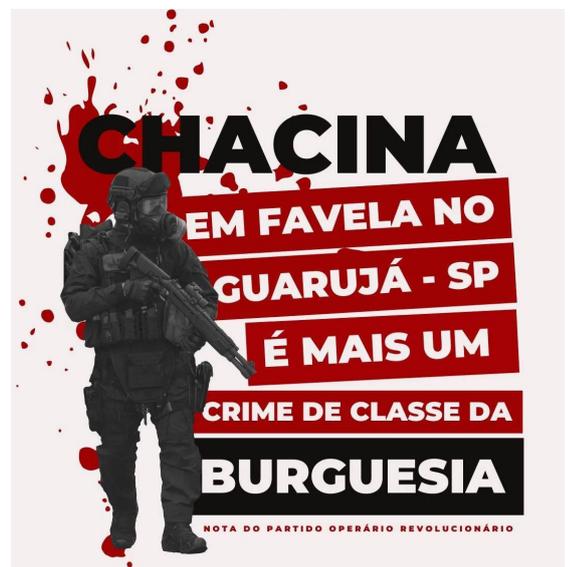
São Paulo

Ato em repúdio à Chacina no Guarujá

No dia 3 de agosto ocorreu o Ato em Repúdio à Chacina no Guarujá, em frente a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, na capital. O prédio foi cercado por um grande efetivo policial, de modo a impedir que a manifestação pudesse ser realizada naquele local e sem que fosse ouvida ou recebida qualquer denúncia da chamada “Operação Escudo”, que na verdade se trata de uma chacina de dezenas de pessoas por vingança do assassinato de um policial. Os manifestantes mantiveram o protesto em frente ao bloqueio policial. Outro elemento que se destacou foi a ausência dos trabalhadores organizados contra esse massacre, fruto da política imobilista das direções dos sindicatos e centrais sindicais.

O ato denunciou o terrorismo de Estado promovido pelas polícias por meio da “Operação Escudo” na Baixada Santista. Trata-se da promoção de clima de terror com diversas ameaças e dezenas de assassinatos, chacina promovida por policiais, que atuam como “justiceiros”, com o aval e apoio do governador Tarcísio. Foi denunciada a violência estatal, que decreta à revelia a sentença de morte ao pobre e favelado.

CONTINUA →



A direção do ato priorizou primeiro as falas de parlamentares, em seguida as falas das organizações do movimento negro e as dos familiares das vítimas da chacina de Paraisópolis, ocorrida há 3 anos e até hoje sem conclusão na justiça burguesa. O ato foi encerrado logo em seguida, sem que nenhuma das organizações que se inscreveram, inclusive o POR, tivessem direito à fala.

A escolha da ordem das falas, em especial a fala dos parlamentares, deu o tom de conciliação de classes para o ato. Enquanto a polícia fazia um cerco em torno ao prédio, para impedir qualquer reivindicação do movimento, as intervenções no carro de som reivindicaram uma polícia melhor treinada, desmilitarização, defesa dos direitos humanos, políticas públicas e o Fora Tarcísio e Fora Derrite. As falas não denunciaram a chacina como mais um crime de classe da burguesia, pelo contrário, serviram para alimentar a ilusão nas instituições do Estado burguês assassino.

Os familiares das vítimas da chacina de Paraisópolis denunciaram a corrupção do Estado e da Polícia que, dentre outras coisas, possibilita o tráfico de drogas e armas. Assim que as intervenções começaram a expor as chacinas que ocorrem em outros estados, como na Bahia governada pelo PT, e cobrar medidas dos ministérios e do próprio governo federal, a direção encerrou o ato.

Apesar do POR não ter podido falar, interveio com sua bandeira e distribuição do Manifesto. Apontou que não devemos ter nenhuma confiança na justiça burguesa e que somente um tribunal popular erguido da luta dos explorados é que pode julgar os crimes da burguesia. Defendeu que “as centrais, sindicatos e movimentos organizem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para defender um programa próprio de reivindicações dos trabalhadores, que inclua o fim das chacinas e matanças pela polícia, e o fim das polícias!

Manifesto distribuído no ato

Chacina em favela no Guarujá/SP é mais um crime de classe da burguesia

Desde o dia 28 de julho, a polícia de SP executou ao menos uma dezena de moradores na Vila Baiana, no Guarujá/SP, como resposta ao assassinato de um policial da ROTA. Os moradores relatam mais mortes e apontam uma série de abusos da polícia na região. Estão vivendo em um verdadeiro clima de terror, com diversas ameaças anônimas ou dos próprios PMs, que chegaram a dizer que matariam mais 60 pessoas nas comunidades da região.

Nas denúncias que recebemos, relatos dos próprios moradores mostram a violência da polícia, que torturou e executou o vende-

dor ambulante Felipe Vieira, alegando que ele era chefe do PCC. Essa falsificação está sendo desmentida por todos os moradores do bairro. Parentes e moradores próximos ao local da execução relatam que ouviram os policiais gritarem: “joga a arma no chão, solta”; ao que Felipe respondeu: “não tenho arma, senhor, não tô armado” - e logo vieram os tiros.

Mesmo com o uso das câmeras no uniforme, as mortes por PMs aumentaram 26% no primeiro semestre deste ano, com 155 pessoas assassinadas por policiais em serviço. A polícia é o braço armado do Estado, como um cão de guarda, cumpre as ordens dos seus mandantes. Suas ações de vingança - a exemplo das levadas a cabo por grupo de extermínio, ou milícias - contam com a aprovação e proteção dos governos, e da burguesia. Não é novidade que as muitas chacinas nos morros e favelas recebem o acobertamento e a proteção do Estado. Mesmo quando admitem, buscam minimizar o efeito político, tratando o caso como se fosse isolado. O governador bolsonarista Tarcísio não demorou a aparecer na TV para legitimar a ação da PM e justificar as mortes como “consequência do confronto”. Tarcísio está a serviço do fortalecimento do Estado Policial. Os moradores dos bairros pobres pedem por Justiça, diante dos cadáveres de seus filhos e familiares. O problema está na ilusão na Justiça burguesa. Afinal, quem fará justiça, o próprio Estado que mata pobre e favelado todo dia? É preciso responder do ponto de vista de classe.

É preciso barrar as ações do governo ultradireitista de Tarcísio, que, com um braço, avança na repressão policial sobre os pobres e miseráveis; e com outro, avança na opressão econômica, com planos de privatização em diversos setores, a exemplo da Sabesp, Metrô, CPTM e do Porto de Santos, que, como sabemos, significará aumento no custo de vida, precarização do trabalho para os funcionários públicos e piores serviços prestados à população. E significará, sobretudo, a entrega dos recursos públicos aos capitalistas. É por isso que a tarefa da vanguarda com consciência de classe está em organizar a classe operária e demais trabalhadores para a luta de conjunto por um programa próprio dos explorados, que vincule o combate à violência e matança policial com a defesa de emprego a todos, aumento geral dos salários, fim das privatizações e revogação das contrarreformas.

O Partido Operário Revolucionário defende que as centrais, sindicatos e movimentos organizem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para defender um programa próprio de reivindicações dos trabalhadores, que inclua o fim das chacinas e matanças pela polícia, e o fim das polícias!

Nenhuma confiança na Justiça burguesa! Só com constituição de um Tribunal Popular é que os crimes da burguesia, seus governos e polícias serão punidos!

Rondônia

17º CECUT um retrato da impotência da burocracia

O CECUT em Rondônia aconteceu nos dias 26 a 28 de julho, no município de Ji Paraná. Como de costume, foi um Congresso Estadual que reuniu as burocracias dos sindicatos. Contou com cerca de 80 delegados, majoritariamente direções dos sindicatos filiados à CUT e apenas dois delegados que eram da base filiada de sindicatos, um da Corrente Proletária/POR da Regional Norte do Sintero de Porto Velho e um de outra regional. Compareceram dois convidados: uma militante da Corrente Proletária da Regional da Mata também do Sintero, e uma segunda pessoa de outra Regional. A maior delegação presente com 21 delegados foi a do Sintero, por ser o maior sindicato em número de filiados no estado.

No primeiro momento, A Corrente Proletária divulgou uma declaração ao Congresso e as Resoluções para os delegados, que estavam em choque com os documentos da direção do Congresso, que eram abertamente de elogios e apoio à governabilidade de Lula. Na plenária sobre a conjuntura, a Corrente Proletária ex-

pôs as posições do POR contidas nos documentos. Um dos pontos enfatizados foi a defesa da independência política e organizativa dos sindicatos diante do governo Lula e demais governantes, e a democracia operária.

Nos grupos de discussão, a Corrente Proletária interveio em dois. No entanto, pela ausência de democracia sindical, as propostas sequer foram votadas. Dessa forma, na plenária do Congresso só existiram as posições dos burocratas, expresso no caderno de texto. Não faltaram nos discursos das direções sindicais os velhos argumentos de que é preciso se preparar para as eleições municipais de 2024. Ou seja, subordinar os sindicatos às disputas interburguesas em torno às candidaturas.

Por fim, a farsa do CECUT encerrou com a eleição da direção local. Como não poderia deixar de ser, uma chapa única foi inscrita, para referendar a continuidade da mesma presidente e da maioria dos que ocupavam postos na CUT estadual. **CONTINUA** →

A Corrente Proletária aproveitou seu voto de abstenção para poder fazer uma declaração na plenária, criticando o Congresso que não serviu para organizar a luta dos explorados, expressando tão somente a que ponto chegou a estatização dos sindicatos e a burocratização dos organismos dos trabalhadores.

O CECUT em Rondônia e, certamente, na maioria dos estados, foi o retrato da impotência e prostração das direções sindicais. Enquanto milhões passam fome, milhares de indígenas, ribeirinhos e quilombolas vivem sob intensa repressão dos latifundiários, grileiros, mineradores e madeireiros na Região Norte, da qual faz parte o estado de Rondônia, e outros milhões sobrevivem com o salário mínimo de fome de R\$ 1.320,00, os burocratas fazem um Congres-

so apenas para cumprir seus estatutos e referendar a política da conciliação de classes com os governantes e capitalistas.

Está aí por que a Corrente Proletária chama a vanguarda com consciência de classe a se organizar para expulsar a burocracia e recuperar os sindicatos para a luta de classes. Chama a vanguarda a defender a democracia operária em todas as instâncias do sindicato (assembleias, congressos, plenárias etc.). Chama os explorados em geral a se colocarem por um programa de reivindicações, em defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, moradia, saúde e educação públicas. E chama todos os oprimidos a se unirem, para enfrentar a repressão desfechada pelos capitalistas contra os indígenas e camponeses pobres.

Rio Grande do Sul

Pela Reconstrução do Movimento Estudantil na UFRGS!

Desde que tomou posse, o governo Lula/Alckmin vem desferindo golpe atrás de golpe sobre os explorados. A aprovação de um salário mínimo de fome, a negativa de revogar a reforma trabalhista, a lei da terceirização, a reforma previdenciária e o Novo Ensino Médio, a aprovação do Marco Temporal, o Arcabouço Fiscal e a Reforma Tributária, a tramitação da CPI do MST e ainda o retorno da discussão sobre a reforma administrativa indicam que se trata de um governo de continuidade com as contrarreformas.

O anúncio dos cortes bilionários que atingem fundamentalmente a saúde e a educação foi a mais recente facada nas costas dos trabalhadores e da juventude oprimida, que depositaram suas ilusões nesse “novo” governo, que rapidamente mostra ser um governo a serviço dos capitalistas e do imperialismo, dando continuidade à política econômica dos governos anteriores de Temer e Bolsonaro.

Na contramão do que exige esta realidade, as direções sindicais, dos movimentos sociais e populares e das entidades estudantis se mantêm subordinadas ao governo que ajudaram a eleger, fazendo das organizações de luta dos trabalhadores e da juventude palco eleitoral e, agora, mantendo-as a serviço da governabilidade de Lula e sua frente ampla. Esse cenário catastrófico impõe aos trabalhadores e à juventude a necessidade de derrubar as direções traidoras e constituir novas direções, que tenham independência política e organizativa diante do governo e organizem a luta contra os ataques brutais, que vêm sendo despejados sobre nossas cabeças.

Isso se manifesta escancaradamente no movimento estudantil. Não há precedentes de tamanha passividade e desmobilização do movimento estudantil na UFRGS como a que estamos vivenciando neste ano. Centenas de cotistas expulsos da universidade; cortes desenfreios de bolsas; ampliação da terceirização em diversos setores; penetração de multinacionais condicionando as pesquisas; privatização de prédios; invasão do MBL nos espaços de organização política dos estudantes para defender o fim da universidade pública; avanço do EAD; enorme evasão dos cursos de licenciatura causada pela reforma do ensino médio; e perseguição aos alunos que se colocam por defender os interesses dos estudantes, como o processo judicial contra uma militante da UJC que participou da ocupação do Litoral Norte em defesa de uma casa de estudantes para os alunos daquele campus e o processo disciplinar contra dois militantes do JUNTOS, que participaram da ocupação da reitoria no ano passado. Mas, nada disso consegue tirar o DCE, os Centros Acadêmicos e as correntes de esquerda do imobilismo. Na prática, todos estão comprometidos com a governabilidade do Lula/Alckmin e se colocam contra qualquer movimento que expresse o descontentamento geral.

Diante dessa maré de medidas violentas, as direções estudantis e as correntes políticas de esquerda abdicam de mobilizar a comunidade acadêmica e organizar o combate, rejeitando os métodos de luta históricos dos explorados, como as greves, ocupações,

manifestações, bloqueios, e buscando desviar o movimento estudantil para a disputa eleitoral em torno à reitoria, defendendo que a solução está na substituição do reitor interventor nomeado por Bolsonaro por outro alinhado ao atual governo, como se o governo de Lula não estivesse demonstrando todos os dias ser a continuação da política privatista, de subordinação ao capital financeiro em detrimento das necessidades dos explorados.

As respostas dadas pelas direções e pelos coletivos dos partidos de esquerda têm sido não só insuficiente, como se transformaram em um enorme obstáculo. A assembleia geral que o CEB deliberou para discutir os expurgos de cotistas não ocorreu; as assembleias dos cursos do IFCH para resolver as invasões do MBL apenas serviram para escolher quem vai ficar com a chave dos cadeados, que trancarão as portas dos diretórios acadêmicos. A perseguição aos próprios militantes da esquerda não provocou mais do que inócuos pronunciamentos de solidariedade nas redes sociais. E assim o governo vai aprovando medidas destruidoras, com o aval dos “representantes” dos estudantes.

A reconstrução do movimento estudantil passa pela constituição de uma oposição revolucionária ao governo de Lula/Alckmin, que deve se manifestar no movimento estudantil da UFRGS através de uma oposição classista e combativa às atuais direções do DCE e centros acadêmicos. É preciso romper com a passividade e desvio da luta para fins eleitorais da reitoria. É preciso defender a independência política e organizativa do movimento estudantil em relação ao governo e à burocracia universitária. É preciso rechaçar o divisionismo no movimento estudantil, que separa as pautas a fim de enfraquecer a iniciativa de luta.

A Corrente Proletária Estudantil chama os estudantes a se organizarem em defesa consequente das nossas reivindicações: Abaixo os cortes orçamentários na educação e saúde; pela revogação do Novo Ensino Médio e de todas as contrarreformas; rejeição ao Arcabouço Fiscal, o Marco Temporal e a Reforma Tributária; fim da CPI do MST; efetivação dos terceirização; reintegração dos cotistas, pelo fim das matrículas provisórias e os desligamentos arbitrários; não à perseguição aos estudantes que luta; abaixo o reitorado, por um governo tripartite eleito e subordinado à assembleia geral universitária.

LANÇAMENTO!

Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas

R\$ 5,00

Teses da Corrente Proletária Estudantil para o 59º Congresso da UNE e outros textos



POR MASSAS



Lei de cotas é atualizada Seguem as ilusões reformistas na democratização do Estado burguês

A lei de cotas, aprovada em 2012, com a indicação de revisão após 10 anos, passou essa semana por uma atualização. Um substitutivo do PT foi aprovado na Câmara dos Deputados, aprofundando a lei e, em certa medida, se adequando às condições de miserabilidade da população. Agora, a lei de cotas vai ser destinada a quem ganha até 1 salário mínimo (R\$1.320,00), antes era 1,5 salário mínimo. Tornou ainda a lei de cotas para negros e indígenas permanente, entre outras mudanças. O projeto agora vai para o Senado.

Como era de se esperar, essa mudança tem sido aplaudida pela maioria dos partidos de esquerda, já que há muito tempo abandonaram a luta pelo acesso universal ao ensino superior. Na base desse abandono está a ilusão de que o Estado burguês, opressor da maioria, pode ser democratizado. Para eles, não se trata de acabar com o funil da falta de vagas do ensino superior e do vestibular, mas sim alargar um pouco mais seu bocal.

O fato é que a imensa maioria da juventude está excluída do ensino superior, sobretudo do público. A principal barreira se encontra na brutal exploração do trabalho e na separação entre o trabalho manual e intelectual, fruto da divisão do trabalho. Uma parte está destinada aos trabalhos braçais ou mecânicos e sem necessidade de formação, enquanto outra parte segue uma formação propedêutica e vai para os estudos superiores.

O desemprego, a precariedade e a miséria sacrificam a imensa maioria da juventude impedindo que possa realizar seus estudos. A opressão sobre mulheres, negros, homossexuais, dentre outros, torna a inserção desse contingente ainda mais difícil, ou restrita a determinados cursos e universidades privadas. A grande maioria daqueles que conseguem se formar não atua na área de formação ou recebe salários rebaixados, permanecendo na condição de pobreza. É sobre essa base que a lei de cotas deve ser avaliada nesses 10 anos.

A reivindicação de acesso de toda a juventude ao ensino superior público e de fim do vestibular foi abandonada, enquanto as direções se adaptaram ao privatismo e ao corporativismo. O

discurso democratizante encobriu o PROUNI e o FIES, que não passam de sistemas de transferência de recursos públicos para os capitalistas da educação. É bom lembrar que a Kroton, Estácio, UNIP e as redes que dessas derivaram, ganharam rios de dinheiro dos governos brasileiros, seja sob as gestões de FHC, Lula, Dilma, Temer ou Bolsonaro.

A Corrente Proletária da Educação defende que se aplique as cotas e rechaça os ataques direitistas, meritocráticos e racistas a elas. É preciso, porém, aprender com a experiência recente. As cotas não foram e não serão capazes de eliminar o racismo ou de acabar com a exclusão da juventude do ensino superior, assim como as demais ações afirmativas não modificam a condição de miséria e opressão que assola a maioria preta e pobre do país. Pelo contrário, nesses últimos 10 anos, apesar das cotas, a maioria preta passou por um aprofundamento da opressão e exploração. Segue sendo os mais perseguidos, mais mortos pelas políticas, mais encarcerados, além de ser a maioria desempregada ou nos trabalhos informais e com os menores salários. A realidade mostra claramente que a lei de cotas não resolve o problema da opressão e exploração. Mas a realidade não parece ser suficiente para que os reformistas e centristas abandonem as ilusões democráticas. O Estado burguês com sua parafernália legislativa jamais será capaz de resolver a opressão que ele mesmo cria e alimenta. Trata-se de um problema de classe, que só pode ser resolvido através da luta.

O caminho para resolver o problema do acesso da maioria oprimida à todos os níveis de ensino só pode ser trilhado se fizer parte da luta da classe operária e demais oprimidos por um programa próprio de reivindicações, que vincule as defesas de emprego à todos, salário mínimo vital e direitos, às reivindicações próprias da educação: expropriação de toda rede privada de ensino, e constituição um sistema único público, gratuito, laico, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham; e com a defesa do fim do vestibular. Tal programa só poderá ser conquistado na luta de classes, com os métodos próprios dos explorados, as greves, ocupações, bloqueios e manifestações massivas e organizadas, sob a direção do proletariado.

Pernambuco

POR realiza formação política sobre juventude e luta revolucionária

No dia 5 de agosto, foi realizada a formação política ‘Marxismo Teoria e Prática’. A primeira parte foi dedicada à leitura e discussão dos textos ‘A Quarta Internacional e a juventude’, escrito por Trotsky em 1º de setembro de 1938 para a Conferência Internacional da juventude da IV Internacional e a ‘Resolução Sobre a Juventude’ aprovada na Conferência Mundial de Juventude da Quarta Internacional, em 11 de setembro de 1938. Os documentos mostravam que o capitalismo não tinha mais nada de progressivo a oferecer à juventude, a não ser a miséria, o desemprego, a exploração e a guerra. E traziam a compreensão de que dar um futuro à juventude significa dar um futuro à humanidade. Mas esse futuro está indissolúvelmente ligado ao destino da classe operária e à necessidade de superar a crise de direção revolucionária, por meio da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista. Os textos trazem o chamado à defesa do direito às questões mais básicas como o pão, mas também ao pleno desenvolvimento das potencialidades dos jovens, o direito à alegria.

O estudo suscitou várias discussões a respeito da organização juvenil ligada ao partido, assim como das organizações paralelas, em geral. Trotsky ressalta a grande importância de garantir a independência dessas organizações, cuja relação com o partido deve ser de convencimento e não de imposição burocrática de posições. Até mesmo os erros devem ser aproveitados, mediante a crítica e autocrítica, para forjar novos militantes e dirigentes. O estudo não teve como objetivo copiar as experiências apresentadas, mas sim aprender com princípios e método de construção.

A segunda parte da formação foi dedicada ao balanço das lutas em curso no país e no estado de Pernambuco. Expusemos um breve balanço do Congresso da UNE, assim como das greves de rodoviários e metroviários no Recife e região metropolitana. Por meio da unidade entre a teoria e a prática revolucionárias, no estudo das experiências para melhor intervir em nossa realidade, o curso de formação política do POR Pernambuco é um passo importante na construção do partido no estado.



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



Nº 31/2023 | APEOESP, SINPEEM | 4 de agosto

O Boletim está sendo distribuído nas escolas. Faz parte da campanha do POR de denúncia ao governador e prefeito pelas chacinhas, pela retomada do plano de Bolsonaro da “Escola sem Partido” e pela imposição do EaD, por meio das plataformas digitais. Eis:

Enfrentar os direitistas Tarcísio e Nunes com a política própria dos trabalhadores

O governador bolsonarista Tarcísio de Freitas e o prefeito direitista Ricardo Nunes escancararam sua política orientada a fortalecer a ação criminosa das polícias, a avançar no desmonte da educação pública - por meio da privatização e terceirização -, a rebaixar as condições salariais da maioria dos servidores, e a manter a farsa do Novo Ensino Médio, das Escolas-Militares e da expansão das creches conveniadas.

A chacina desfechada pela polícia no bairro pobre de Guarujá, que assassinou mais de uma dezena de jovens e pais de família, e que foi elogiada por Tarcísio como sendo uma medida justa, diante da morte de um policial, que comandava a ROTA, arrancou seu verniz de governador tecnocrata não afeito à política. Moradores choram por seus filhos e parentes e continuam vivendo o terror policial, apesar da Justiça pedir a suspensão da operação desfechada por Tarcísio.

A repressão aos 52 mil moradores de rua, orientada por Ricardo Nunes, é parte da mesma política de Tarcísio, de utilizar a força do Estado policial contra a população pobre, que está nos bairros miseráveis, como a Vila Baiana no Guarujá, e os milhares de indigentes que ocupam o centro da capital. Ambos usam o mesmo argumento falacioso e audacioso, que é o do combate às drogas. Mas se encolhem diante dos verdadeiros carteis da droga, comandados pela burguesia narcotraficante.

Na educação pública, governador e prefeito implementaram

e ampliam a terceirização nas escolas; concederam o vergonhoso reajuste de 6% e 5%, respectivamente, e elevaram seus próprios salários em 50%; expandem a privatização, fazendo uso do ensino a distância (EaD), da substituição do livro didático pelas plataformas digitais, para beneficiar os negócios das empresas fornecedoras, da instituição do suposto ensino profissionalizante e do fechamento de escolas, e da ampliação das redes conveniadas de educação infantil.

Como se vê, há uma política centralizada tanto no estado, quanto na capital. Política esta voltada à privatização da Sabesp, Metrô, CPTM, porto de Santos, rodovias, parques etc. O desmonte da educação pública constitui uma face dessa mesma política. Está aí por que a Corrente Proletária insiste que a luta dos trabalhadores da educação deve se somar com a luta mais geral dos demais explorados para derrotar essa ofensiva criminosa dos governantes, que recai inteiramente sobre a população pobre e a grande maioria dos servidores públicos.

É um dever das direções sindicais convocarem as assembleias e aprovarem a luta coletiva, nas ruas, em defesa de um programa de reivindicações, para enfrentar os governantes ultradireitistas que governam o estado mais rico da federação. Que imediatamente convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, fim das reformas trabalhista e previdenciária, da terceirização e que seja uma resposta às chacinhas do povo pobre.

Tarcísio retoma o projeto bolsonarista da “Escola sem Partido”

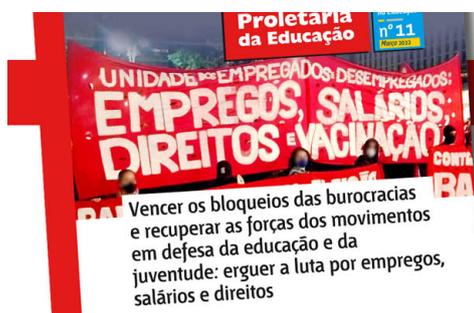
Com o disfarce da melhoria dos índices de aprendizagem, o bolsonarista Tarcísio decretou que os diretores de escolas sejam os olheiros do que se ensina em sala de aula. Criou uma portaria obrigando os diretores a assistirem semanalmente ao menos duas aulas dos professores. Para que cumpra a decisão, instituiu a obrigatoriedade de produzirem um relatório sobre o conteúdo das aulas. Uma parte dos diretores recebeu a incumbência e manifestou indignação, mas até o momento não há nenhum movimento de rejeição às ordens de Tarcísio.

Por trás dessa ação de Tarcísio está o retorno do controle político-ideológico do conteúdo das aulas, a “Escola sem Partido”.

Bolsonaro pretendia fazer dos alunos os “olheiros”. Tarcísio quer que os diretores sejam, agora, os “olheiros”, diante da recusa dos alunos de cumprirem esse papel sujo de polícias ideológicas dos professores.

A direção da APEOESP não pode ficar só emitindo notas de denúncias. A direção do sindicato dos diretores de escolas também não pode ficar só com o discurso da indignação. O combate das medidas de ataque à educação do governador não virá por esse caminho. Essa portaria de Tarcísio não é uma ação isolada. Com dissemos acima, faz parte de uma orientação ultradireitista, policialesca, e que servirá para justificar sua política privatizante da educação pública.

CONTINUA →



Revista Proletária na Educação

nº 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

Não às plataformas digitais de Tarcísio/Feder Convocar a assembleia imediatamente

O Secretário da Educação, Renato Feder, determinou que a partir do próximo ano os alunos não terão mais os livros gratuitos indicados pelos professores. Alegando que o estado não precisaria mais pagar pelos livros, o governador resolveu adquirir as plataformas digitais. A decisão de Tarcísio é comprar aulas organizadas em Power Point, com slides, para que os professores utilizem em sala de aula. A função do professor se resumiria em passar os slides e os alunos a responderem as questões propostas. Feder chegou a dizer que o livro é um recurso tradicional, portanto, deve dar lugar aos supostos métodos mais modernos, como o das plataformas digitais.

Esse é um passo ousado do governador para deixar de contratar professores. O uso de Power Point não precisa de professor qualificado, basta um tutor capaz de manejar os equipamentos. Essa é uma orientação que está no centro da reforma do ensino médio, ou seja, para assumir uma sala de aula não é necessário ser professor graduado, basta ter o “notório saber”.

Como estamos vendo, não é possível ficar assistindo essa avalanche de ataques à educação e aos professores. Chega de discursos! É preciso que a APEOESP saia do imobilismo e convoque imediatamente uma assembleia. A hora é agora!

São Paulo - Nota do Boletim da Corrente Proletária - Municipais Mais uma eleição manipulada pela burocracia no SINPEEM

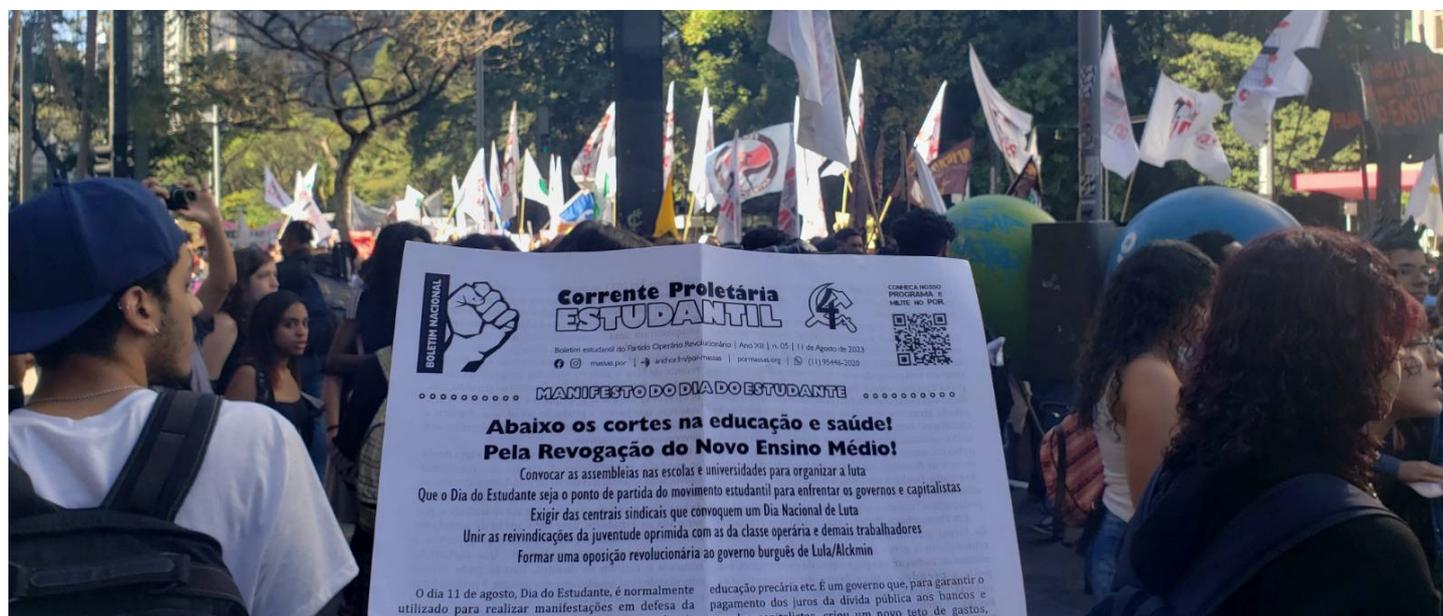
Ocorreu, no dia 1o de agosto, a eleição virtual para a Diretoria do SINPEEM. O total de votantes foi de 11.111 filiados. A distribuição foi a seguinte: a Chapa 1 obteve 56,4%, o que lhe garantiu 21 cadeiras na Diretoria; a Chapa 2 recebeu 41,02% dos votos, conseguindo 16 cadeiras; 2,19% votaram na Chapa 3; houve 0,39% de votos brancos. A nova gestão terá a duração de 4 anos, o que significa que a velha burocracia sindical permanecerá no controle da entidade e o caudilho Cláudio Fonseca completará 40 anos à frente do sindicato. A Corrente Proletária na Educação combateu o formato virtual, integrou a Chapa 2, da Oposição Unificada, e batalhou pela derrota da burocracia, em favor da democracia e independência do SINPEEM.

O processo como um todo foi cheio de desvios. A Corrente Proletária denunciou que a direção estava montando uma farsa para continuar reinando no sindicato. A burocracia tinha maioria na Comissão Eleitoral, conduzindo o processo de acordo com seus interesses. De início, contratou uma empresa, sem sequer revelar o seu nome, para realizar a votação on-line, que estava marcada para 5 de maio. Neste dia, a burocracia se viu forçada a adiar a eleição, alegando “problemas técnicos”. Desse modo, ganhou tempo para reforçar a sua campanha nas escolas, e acabou estabelecendo um critério de votação que lhe favoreceu. As pessoas tiveram de utilizar um código para acessar o sistema e votar, código que su-

postamente foi enviado à casa dos associados, pelos Correios. Resultado: muitos não receberam e ficaram impedidos de participar. A resposta da burocracia foi de que bastava ligar para um “0800” para receber a tal senha – o que não funcionou como devia, dado o congestionamento da rede. O “detalhe” é que os códigos estavam nas mãos da própria Diretoria. Por que não foi enviado por e-mail, ou outro meio seguro, para todos? Ficou evidente a manobra para favorecer a chapa situacionista.

Ainda assim, a conquista das 16 cadeiras resultou de uma campanha massiva da oposição nas escolas, e deverá servir para impulsionar o combate em defesa da democracia e independência do sindicato. A experiência demonstrou a necessidade do retorno às eleições presenciais, com um amplo debate dos programas das chapas nas escolas.

A Corrente Proletária trabalha pela constituição de uma fração revolucionária no interior do sindicato, com um programa classista, calcado na defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, para todos e em todos os níveis, laico e vinculado à produção social, sob controle de quem estuda e trabalha. A tarefa que cabe agora à vanguarda é fortalecer a oposição, ampliando o trabalho de base, com sistematicidade, e continuar lutando pelas reivindicações dos trabalhadores, com seus métodos de luta.





Corrente Proletária ESTUDANTIL



CONHEÇA NOSSO
PROGRAMA E
MILITE NO POR



Boletim estudantil do Partido Operário Revolucionário | Ano XII | n. 05 | 11 de Agosto de 2023

[f](#) [@](#) [massas.por](#) | [anchor.fm/por-massas](#) | [pormassas.org](#) | [☎](#) (11) 95446-2020

MANIFESTO DO DIA DO ESTUDANTE

Abaixo os cortes na educação e saúde! Pela Revogação do Novo Ensino Médio!

Convocar as assembleias nas escolas e universidades para organizar a luta

Que o Dia do Estudante seja o ponto de partida do movimento estudantil para enfrentar os governos e capitalistas

Exigir das centrais sindicais que convoquem um Dia Nacional de Luta

Unir as reivindicações da juventude oprimida com as da classe operária e demais trabalhadores

Formar uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin

O dia 11 de agosto, Dia do Estudante, é normalmente utilizado para realizar manifestações em defesa da educação pública no país. As entidades estudantis oficiais, UNE, UBES, ANPG etc., chamaram para as manifestações deste ano com a plataforma de “Reconstruir a educação: assegurar o orçamento da educação e revogar o novo ensino médio”. É curioso observar que em nenhuma chamada dessas entidades nas redes sociais encontramos o nome de Lula ou referência direta ao seu governo. Isso indica que as direções, em especial a recém-eleita direção da UNE (PCdoB e PT), estão pressionadas pelas bases a combater um corte do governo que elas apoiam. No Congresso da UNE, no mês passado, o governo foi convidado para participar e teve amplo espaço no palanque. Em troca, esse mesmo governo, no dia 28 de julho, anunciou corte de R\$1,5 bilhão, que recaiu principalmente nas áreas de educação e saúde.

Trata-se do segundo contingenciamento do ano, que já totaliza R\$3,2 bilhões. Em maio, houve o bloqueio de R\$1,7 bilhão dos Ministérios das Cidades, Transporte e Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. É bom lembrar que até ano passado os cortes realizados pelo governo Bolsonaro geraram mobilização com o Tsunami da Educação. Não podemos deixar que o Tsunami vire agora uma “marolinha”.

A Corrente Proletária Estudantil do POR participa dessas manifestações com uma linha política oposta dessas direções, denunciando o governo de frente ampla, que ataca a educação. Mostra a raiz dessas medidas antipopulares de Lula/Alckmin, que correspondem à defesa dos interesses dos capitalistas.

O governo Lula ainda conta com o apoio de grande parcela da população, mas que, dia após dia, tem percebido que não é um governo que vai defender seus interesses e resolver seus problemas, principalmente a fome, a miséria, o desemprego, a informalidade, a

educação precária etc. É um governo que, para garantir o pagamento dos juros da dívida pública aos bancos e grandes capitalistas, criou um novo teto de gastos, chamado de arcabouço fiscal, e por isso está cortando verbas da saúde e educação. É um governo que manteve o salário mínimo de miséria de R\$1.320,00, quando o necessário para uma família se sustentar é R\$ 6.528,93, segundo o DIEESE. É um governo que se nega a revogar as contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro, como a trabalhista, previdenciária e ensino médio, bem como a lei da terceirização. Portanto, é um governo que não faz uma ruptura com os governos anteriores, mas dá continuidade naquilo que é mais importante, sua diretriz econômica, que afeta a vida da maioria oprimida do país.

Enfrentar os ataques dos governos estaduais aos trabalhadores e à juventude

Nos estados, a situação não é muito diferente, os governos defendem os ricos e atacam os direitos e as condições de vida dos pobres. Em Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) tem tentado liderar a oposição de direita atacando o Nordeste e procurado formar uma aliança do Sul e Sudeste. E, junto com Bolsonaro, iniciou a privatização do Metrô-BH, concluída por Lula/Alckmin. Em São Paulo, o governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem ido mais longe nos ataques: privatiza a SABESP, o METRÔ, CPTM e Porto de Santos; se nega a reajustar os salários dos servidores, o que levou os professores e funcionários do Centro Paula Souza (FATEC/ETEC) a entrar em greve essa semana; manteve as escolas cívico-militares do estado; cortou os livros didáticos para deixar apenas os virtuais; retomou o controle ideológico nas escolas, obrigando os diretores a assistirem as aulas e fazerem relatório, uma forma de retomar o projeto “Escola sem Partido”; e promoveu a chacina pela polícia no Guarujá. No Rio de Janeiro, a situação não é melhor, o governo Castro tem avançado

com sua polícia assassina sobre os morros e favelas, o que levou a morte do estudante Thiago Menezes, de 13 anos, na Cidade de Deus.

No Paraná, o governo tenta privatizar a COPEL (energia elétrica) a qualquer custo, reduz os recursos para educação, restringe a substituição de professores e mantém as escolas militares. O governo do RS (PSDB), também tem avançado sobre os serviços públicos com as privatizações, como da CEEE e da Corsan, que já demonstra suas consequências nesse momento em que o estado atravessa desastres causados pelas mudanças climáticas; tem distribuído milhões em subsídios às multinacionais, enquanto retira direitos dos servidores públicos, como a destruição do IPE Saúde e a ameaça recente de demissão massiva de professores contratados do estado; também anunciou a manutenção das escolas cívico-militares e vem impondo a presença de "tutores pedagógicos" nas escolas para supervisão das aulas.

Em Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB) vem reprimido de forma policial e judicial as lutas que despontam, criminalizou a greve dos professores estaduais antes mesmo de começar, não paga o piso da enfermagem, sua polícia prendeu o presidente do sindicato dos rodoviários durante a greve. Na região metropolitana do Recife, os metroviários estão em luta pela retirada do metrô dos planos de privatização do governo Lula. Na Bahia, a juventude pobre e negra continua a ser exterminada pela polícia de Jerônimo Rodrigues (PT). Já no RN, a governadora Fátima Bezerra (PT) age acionando a justiça burguesa para reprimir as greves na Saúde e no DETRAN, ataca o magistério parcelando o repasse do piso e impondo as Escolas de Tempo Integral (ETIs) em mais da metade da rede de ensino, expulsando os jovens trabalhadores da escola.

Como se vê, os governos estaduais e federal estão sob uma mesma orientação política geral, apesar de seus traços diferentes, um mais reacionário, outro mais liberal, todos eles defendem os capitalistas, e se contrapõem às necessidades mais elementares dos trabalhadores e, em particular, às da juventude oprimida. É por isso que não podemos livrar a cara de nenhum deles nessa manifestação. É preciso denunciar suas ações e organizar os estudantes para responder de forma coletiva e organizada.

Retomar os métodos de ação direta: greves, bloqueios e ocupações

Em 2013, 2015 e 2016, os estudantes mostraram toda sua força nas ruas para combater as medidas dos governos. A onda de ocupações de escolas foi uma grande mobilização organizada, que enfrentou os governos por

todo o país. Em 2013, as manifestações massivas fizeram os governos recuarem nos aumentos das passagens. Em 2015, em São Paulo, nas ocupações de escola contra o governo do agora vice-presidente Alckmin, os estudantes conquistaram uma importante vitória ao derrubar o Secretário da Educação e barrar a reorganização escolar, que fecharia 94 escolas. É preciso retomar essa história recente de luta, e usar os métodos próprios da classe operária e demais trabalhadores, como as paralisações, ocupações, bloqueios, piquetes e manifestações massivas, que parem a produção social, que chamem a atenção da maioria explorada e imponham derrotas aos governos e aos capitalistas.

A tarefa das direções estudantis é organizar a luta desde as escolas e universidades. É preciso imediatamente convocar as assembleias gerais de estudantes, discutir os problemas nas instituições de ensino e formar os comitês de luta. Essa manifestação não pode ser só simbólica, por ser o Dia do Estudante, deve ser o ponto de partida do movimento estudantil para combater os governos e capitalistas que atacam explorados. Que cortam os recursos e retiram os direitos. Não se pode vencer conciliando com aqueles que nos atacam, é preciso lutar com independência de classe.

A política proletária e revolucionária para a juventude

A Corrente Proletária Estudantil defende a realização de assembleias nas escolas e universidades para formar uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula/Alckmin, que seja capaz de responder aos ataques do governo federal e dos governos estaduais. A oposição revolucionária não se confunde em nada com a oposição bolsonarista, ao contrário se choca com as posições da ultradireita, pois deve ter programa próprio de reivindicações dos trabalhadores e da juventude oprimida: emprego para todos; aumento geral dos salários e reajuste de acordo com o aumento do custo de vida; revogação das reformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio; fim das terceirizações e efetivação de todos os terceirizados; abaixo os cortes na saúde e educação; por um sistema de ensino único, público, gratuito, laico e vinculado à produção social. Contra as privatizações, pela reestatização, sem indenização, das empresas privatizadas e controle operário. Essas reivindicações só poderão ser conquistadas com a luta e organização dos estudantes junto à classe operária e demais trabalhadores, com seus métodos próprios.

Abaixo os cortes à educação e saúde!

Pôr em pé um movimento nacional de defesa da educação e da saúde públicas!



PARTICIPE DO GRUPO DE ESTUDOS DO MARXISMO DO POR

Reuniões nas terças-feiras, às 19h

Entre em contato para receber o link.

[massas.por](https://www.instagram.com/massas.por) | (11) 95446-2020

Informe-se também sobre as formações políticas presenciais da Corrente Proletária na Educação/POR, nos estados em que atuamos.



**SEM TEORIA
REVOLUCIONÁRIA
NÃO HÁ PRÁTICA
REVOLUCIONÁRIA**

São Paulo

Ato do dia do estudante mostra disposição de luta da juventude e governismo das direções

O ato do Dia do Estudante, em São Paulo, convocado pelas entidades estudantis (UBES, UNE, UMES etc.), foi marcado por dois elementos contraditórios: de um lado, a grande disposição de luta da juventude, que compareceu em alguns milhares para se manifestar; e de outro, as direções estudantis que blindavam a todo custo o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Em suas intervenções, reformistas e estalinistas se colocavam contra os ataques à educação. Porém, falavam dos cortes orçamentários, e mesmo do Arcabouço Fiscal, sem nunca falar do Lula (nome que apareceu somente em pouquíssimas falas de algumas organizações, como a da Corrente Proletária Estudantil/POR).

As direções burocráticas culpavam o grande capital pelos cortes, mas sempre com o cuidado para nunca dizer que a burguesia conta com seus lacaios do PT (a exemplo de Lula na presidência e Haddad no ministério da Fazenda) para aplicar essas medidas. Em vez disso, faziam e davam destaque aos ataques no âmbito

estadual. Denunciavam o governo Tarcísio e de seu Secretário da Educação, Renato Feder, chegando até mesmo a levantar as bandeiras de “Fora Tarcísio” e “Fora Feder”. O oportunismo saltava aos olhos da vanguarda com consciência de classe.

O POR interveio através de seu Boletim da Corrente Proletária Estudantil e de fala no carro de som, mostrando que é preciso seguir o caminho da luta contra os capitalistas e seus agentes, pondo abaixo os cortes à educação e saúde e o Novo Ensino Médio. Defendeu que é preciso ter independência de classe e levantar bem alto as reivindicações da juventude oprimida, da classe operária e dos demais trabalhadores; que é preciso constituir uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Colocou que a tarefa que está na ordem do dia é de convocar as assembleias nas escolas e universidades, para organizar a luta, e é preciso exigir das centrais sindicais que convoquem um Dia Nacional de Luta em defesa das reivindicações.

Ceará

Ato do 11 de agosto marcado pelo governismo e pela fraca mobilização

A manifestação convocada pela burocracia estudantil da UNE, UBES e ANPG, no dia do estudante, reuniu cerca de 500 pessoas (maioria estudantes secundaristas e universitários) e se concentrou na Praça da Gentilândia. A manifestação que teve como pauta a “revogação da reforma do ensino médio, defesa do orçamento da educação, por mais assistência estudantil e por direitos previdenciários de mestrandos e doutorandos” seguiu pelas Avenidas 13 de maio e Universidade até encerrar na ADUFC, onde estava programada uma calourada.

O dia nacional de luta esteve marcado pela pouca mobilização das entidades, o que se expressou no baixo número de manifestantes, e pela velha conciliação de classes. Para proteger o governo, a burocracia estudantil convocou os estudantes não a se chocar contra o corte de R\$ 332 milhões na educação (parte dos R\$ 3,2 bilhões contingenciados do orçamento), mas a defender a revogação do NEM e a defender melhores condições de assistência estudantil. Assim evitou o choque dos estudantes com o governo, em defesa da recomposição do orçamento.

Chamou atenção o cinismo das inúmeras correntes que na UNE foram contrárias à estatização do ensino (UP, Kizomba etc.), mas que na manifestação entoavam a palavra de ordem de “educação não é mercadoria”. A maioria delas procurou atacar o arcabouço fiscal, desvinculando-o, porém, do governo Lula/Alckmin e ao mesmo obscurecendo o significado do ataque à educação pelo recente contingenciamento.

O POR interveio com sua coluna de militantes e simpatizantes, distribuindo o boletim nacional da Corrente Proletária Estudantil, vendendo jornais, agitando suas bandeiras e palavras de ordem. Em sua fala no carro de som destacou que não é possível separar a luta pela revogação do NEM da luta contra as demais contrarreformas (trabalhista, previdenciária etc.), denunciou o ataque à educação pelo governo da Frente Ampla, defendeu o livre acesso à universidade, o passe livre para estudantes e desempregados nos transportes e concluiu defendendo a estatização do ensino privado, sem indenização e sob o controle dos que estudam e trabalham.

Ainda que a expectativa do mercado e Banco Central sejam de crescimento do PIB em 2023, a tendência fiscal é de piora, com pos-

sibilidade de não cumprimento das metas (déficit público entre 0,5% a 1,4% do PIB) que o governo da frente ampla estabeleceu no arcabouço fiscal. Se a alta da arrecadação não vier em socorro do governo, este terá de impor novos cortes sobre o orçamento e sacrificar a vida das massas, atingindo novamente saúde, educação, transportes etc.

A tarefa da juventude oprimida é a de impulsionar a luta em defesa do ensino e denunciar com firmeza os ataques à educação por parte dos governos. Tal tarefa deve ser cumprida com a reivindicação de que as centrais, sindicatos e entidades estudantis convoquem a luta unificada contra os cortes orçamentários. É parte inseparável desta tarefa a luta pela construção da Corrente Proletária Estudantil/POR no seio da juventude universitária e secundarista.



Rio Grande do Sul e Paraná

Atos esvaziados evitam denunciar governo Lula/Alckmin

Em Porto Alegre, o ato contra o Novo Ensino Médio e os cortes de R\$ 3,2 bilhões no orçamento foi esvaziado, nem mencionaram os cortes no orçamento da educação promovidos pelo governo Lula. Embora comparecessem representantes de várias correntes políticas, sequer foi aberto a palavra para estes se manifestarem. Foi uma passeata de uma hora e meia pela cidade, com palavras de ordem criticando o prefeito da capital gaúcha por ter cortado o passe escolar. Tampouco houve qualquer menção ou crítica ao governo burguês Lula/Alckmin, num claro alinhamento governista das entidades estudantis gaúchas, que utilizaram a convocação nacional para fazer a disputa eleitoral antecipada no município.

A Corrente Proletária na Educação participou da manifestação, distribuindo o manifesto nacional da Proletária Estudantil e discutindo com os escassos estudantes que participaram do ato.

Em Londrina, o ato foi mais esvaziado ainda e monopolizado pela UJC, embora se abriu a palavra para algumas correntes.

Tampouco teve uma clara denúncia do governo Lula/Alckmin, e, quando se mencionou a postura do MEC, a UJS/PCdoB logo saiu em defesa do governo.

Estudantes secundaristas e professores da rede estadual (APP-Sindicato) se referiram ao Novo Ensino Médio, mas ficaram criticando apenas do ponto de vista corporativo, por exemplo, que com o NEM professores de história perderiam empregos ou teriam de ensinar “como fazer brigadeiros”.

Ficou evidente a artificialidade da manifestação, descolada de qualquer esforço por parte das entidades e correntes, para organizar a resistência aos ataques contra a educação, e um claro alinhamento contra quem provoca esses ataques: o governo burguês Lula/Alckmin.

A Corrente Proletária Estudantil só pôde intervir panfletando o manifesto nacional e convidando para uma atividade de balanço do Congresso da UNE, a ser realizada na próxima semana.

Pernambuco

Ausência de estudantes nas ruas. Recife teve ato das direções das Entidades Estudantis

Em Recife, o ato do Dia dos Estudantes ocorreu esvaziado, com a presença predominante das direções da UESP (União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco), UEP (União dos Estudantes de Pernambuco), ARES (Associação Recifense de Estudantes Secundaristas) e FENET (Federação Nacional de Estudantes de Ensino Técnico). Apesar da presença de 4 entidades, que se propõem a dirigir o movimento estudantil, o ato ocorreu apenas com representações destas organizações. O ato teve início em frente a uma escola, mas sem a participação destes estudantes, com as aulas funcionando normalmente. Isso mostra que estas entidades não convocaram assembleias nas escolas ou plenárias para preparar o dia. O ato marchou até o Palácio do governo estadual, com falas das direções voltadas principalmente às denúncias dos ataques à governadora Raquel Lyra (PSDB). As falas direcionadas ao governo federal foram inevitáveis, por se tratar do ato convocado contra os cortes, mas sem esforço para escancarar os ataques do governo Lula/PT.

A Corrente Proletária/POR atuou com o Manifesto e falas, apontando a necessidade do dia dos Estudantes ser o marco da organização e manifestação dos estudantes, de forma independente dos governos e partidos da burguesia, com a necessidade do cha-

mado das assembleias nas escolas e universidades contra a política de cortes aos direitos e pela imediata revogação do Novo Ensino Médio (NEM). Denunciamos o ataque do governo Raquel Lyra ao direito de greve dos trabalhadores, com judicialização da greve dos professores e repressão à greve dos rodoviários com prisão do presidente do sindicato. Apontamos a necessidade da unidade dos explorados contra todas as contrarreformas (Trabalhista, Previdenciária, Lei de Terceirização, NEM) e contra a privatização dos serviços públicos, a exemplo do Metrô, pois estas medidas de ataque recaem principalmente sobre a juventude. O governo Lula/Alckmin já escancarou seu caráter burguês, com medidas que dão continuidade aos interesses do capital financeiro e da burguesia. É preciso que a classe operária e demais oprimidos construam uma oposição revolucionária. Por isso, as Centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos populares precisam convocar um Dia Nacional de Luta, que expresse a unidade dos explorados por um programa de reivindicações próprios, com greves, piquetes e atos massivos de rua. Para isso, é preciso o chamado de assembleias presenciais nos locais de trabalho e estudo, plenárias presenciais unificadas de trabalhadores, estudantes e desempregados, que organize o Dia Nacional de Luta de forma ativa nas bases, com a constituição de Comitês de Luta.

Formação

Grupo de Estudos do POR discute o Programa de Transição: a defesa da classe operária e dos demais oprimidos e a aliança operária-camponesa.

No mês de agosto, o Grupo de Estudos do Marxismo, do POR, retomou seus trabalhos com a discussão do Programa de Transição da IV Internacional. Os encontros acontecem todas às terças-feiras às 19h, tendo o último tratado dois pontos: “Os piquetes operários, os destacamentos de defesa, a milícia operária, o armamento do proletariado” e “A aliança entre operários e camponeses”.

Como de costume, a atividade começou com informes de atividades e discussões mais conjunturais sobre acontecimentos políticos. Um camarada de MG deu informe sobre as movimentações

do governo Zema, na tentativa de se colocar como representante da direita e extrema direita. Outro camarada deu informe sobre o ato contra a chacina do Guarujá, onde entrevistamos com manifesto, mas fomos impedidos de fazer uma fala, já que que a direção da manifestação (movimento negro) priorizou os discursos de parlamentares. Também foi dado informe sobre a manifestação que ocorreria no dia 11, dia dos estudantes.

Em seguida passamos à discussão do Programa de Transição. No primeiro, ponto foi dada muita atenção ao problema da ocupa-

ção de fábricas, como um método elevado de luta da classe operária. Discutimos aspectos de sua história, retomando a experiência da Revolução Russa, das greves de ocupação na Itália e França, além de sua expressão mais avançada na América Latina, as ocupações de minas na Bolívia, nas décadas de 40 e 50. Ressaltamos, no entanto, que não se pode confundir as greves de ocupação com o controle operário da produção. Usam-se as ocupações como forma de barrar a opressão capitalista sobre o trabalho, conquistar as reivindicações, manter os empregos diante da ameaça de fechamento etc. Como colocou o POR da Bolívia nas Teses de Pulacayo: “A ocupação não deve ser confundida com a socialização das minas, se trata somente de evitar que o boicote patronal prospere, evitar que os trabalhadores sejam condenados a morrer de fome”. Foi importante mostrar aos simpatizantes presentes que as ocupações de fábricas são uma forma elevada de luta, que em germe ultrapassa os limites da ordem capitalista, primeiro por colocar a questão de quem de fato é o dono da fábrica, e segundo, por ultrapassar a legalidade burguesa, o que vem acompanhado de uma repressão violenta. Neste sentido, discutimos o caso da ocupação da CSN em 1988, onde três operários foram assassinados pela repressão burguesa contra a ocupação.

Ainda neste ponto, discutiu-se que a formação de destacamentos armados e preparados do proletariado, comitês de autodefesa contra os bandos fascistas, que estão citados no texto, também ser-

vem para nossa experiência. Já que se tem falado muito em se defender dos grupos fascistas e bolsonaristas, mostramos que existe um pré-requisito para cumprir essa tarefa: as massas em luta. Trotsky deixa claro no Programa que tais destacamentos se apoiam na forma de milhares ou milhões de operários em luta. Aí está a defesa do POR de que para formar os comitês de defesa é necessário movimentar os explorados. Defender junto à classe operária e aos demais oprimidos um programa próprio de reivindicações, por empregos, salários e direitos, como forma de mobilizar os trabalhadores. É essa mobilização que será a força material de qualquer defesa contra os bandos reacionários. Eis uma lição básica do marxismo, nunca prescindir da ação coletiva e organizada das massas.

No ponto seguinte, destacamos a importância da caracterização precisa das classes sociais, como faz Trotsky na primeira parte do ponto, onde mostra a diferença entre o proletariado do campo e os camponeses, que são duas classes distintas, ainda que irmãs por seu ódio de classe à burguesia. Essa discussão chamou atenção dos simpatizantes, que intervieram na discussão colocando questões. Essa diferenciação foi uma novidade para alguns deles.

O estudo concluiu com a importância da aliança operário-camponesa no combate à burguesia e seus governos, que estrategicamente vai se materializar na ditadura do proletariado, que no Brasil deve tomar a forma de um governo operário e camponês.

Resolução da Corrente Proletária/POR ao Congresso da CUT

No jornal Massas anterior, publicamos as Resoluções para o Congresso da CSP-Conlutas, que será realizado no início de setembro. Publicamos também uma crítica ao Texto-Base da direção da CUT. Agora, divulgamos a Resolução para o Congresso da CUT, que, após os CECUTs, ocorrerá em outubro.

Conjuntura Internacional Resolução sobre a situação internacional

1. A guerra na Ucrânia e a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China determinam o caráter da crise mundial do capitalismo em decomposição. É visível que se trata de um dos maiores confrontos econômico-militares do pós Segunda Guerra Mundial. Há uma mudança qualitativa das guerras que se desenvolveram após 1945 e 1950. A possibilidade de um enfrentamento direto entre os Estados Unidos e a Rússia, envolvendo a aliança montada em torno à OTAN, colocou em discussão os perigos de uma Terceira Guerra. A recente cúpula da OTAN em Vilnius refletiu o risco de um confronto que arrastaria a Europa a uma conflagração generalizada. Nesse marco, o imperialismo norte-americano movimenta forças militares na Ásia. De forma que está clara a ligação e a interdependência da guerra na Ucrânia com a escalada militar no Indo-Pacífico, alimentada pela guerra comercial contra a China. Agregam-se a esses conflitos, a continuidade e o agravamento dos choques de forças que há muito se desenvolvem no Oriente Médio. Nesse mesmo sentido, crescem os desequilíbrios na África e potencializam-se as guerras civis impulsionadas pelo imperialis-

mo. De conjunto, as tendências das guerras comerciais e bélicas refletem o esgotamento da patilha do mundo, realizada pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos. O que significa que, depois de uma maciça destruição de riquezas e vidas humanas, as forças produtivas voltaram a se chocar com as relações capitalistas de produção. A humanidade está diante das forças destrutivas mais bárbaras do capitalismo.

2. As guerras travadas em torno à partilha do mundo, ao controle de países e regiões pelo capital imperialista e à conservação da hegemonia mundial dos Estados Unidos são de dominação. Não podem ser confundidas com as guerras revolucionárias de libertação. A história das guerras no capitalismo comprova a possibilidade de transformar as guerras de dominação em guerras de libertação. Os exemplos mais elucidativos se encontram na Revolução Russa de 1917 e na Revolução Chinesa de 1949. Toda guerra resulta em aprofundamento da crise econômica e destruição de forças produtivas. As guerras de dominação arrastam as massas para a barbárie e manutenção do capitalismo em decomposição. Se não forem transformadas em guerras de libertação, a consequência é catastrófica, impondo retrocessos civilizatórios. É o que demonstra a guerra na Ucrânia, que resulta do processo de restauração capitalista, que le-

vou à derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Derrocada essa que recolocou em um plano mais elevado a questão da opressão nacional exercida pela Rússia sobre as ex-repúblicas soviéticas, de um lado, e das potências imperialistas, de outro. Um movimento das massas pelo fim da guerra colocará na ordem do dia a luta anti-imperialista, pelo direito à autodeterminação das nações oprimidas e contra a restauração capitalista, que somente pode se erguer como força social contra as guerras de dominação, se retomar as raízes históricas das transformações socialistas e, portanto, se estiver assentado no programa da revolução social. A situação da crise mundial vem colocando para a classe operária e os demais explorados essa encruzilhada. Até o presente momento, a guerra na Ucrânia e as disputas comerciais no Indo-Pacífico têm resultado em destruição de riquezas e de vidas humanas, bem como o agravamento da miséria e fome em escala planetária. Está posta a tarefa de organizar um movimento de resistência massiva à guerra de dominação, que implica enfrentar em primeira ordem, por meio da luta de classes, a escalada militar impulsionada pelos Estados Unidos e aliados. Somente a classe operária organizada, unida e em luta pode conter o cerco da OTAN à Rússia e à China. Já há descontentamento entre os explorados com a guerra que se prolonga e que resulta no aumento da pobreza, miséria e fome. Os sindicatos e movimentos devem vincular o programa de reivindicações da maioria oprimida com o objetivo de pôr fim à guerra na Ucrânia e evitar a sua generalização.

3. É necessário ter claro que a guerra na Ucrânia e as dissenções dos Estados Unidos com a China são sintomas das contradições do capitalismo da época imperialista, em que as forças produtivas se acham altamente desenvolvidas e não podem mais seguir sua marcha ascendente, porque se encontram encarceradas nas relações monopolistas de produção e nas fronteiras nacionais. Eis por que as gigantescas forças produtivas não puderam e não podem ser dirigidas a acabar com o atraso econômico da maioria das nações e com a miséria que se prolifera desenfreadamente. Essa lei histórica do capitalismo, que indica a necessidade de sua transformação em socialismo, explica por que o avanço das inovações tecnológicas – automação, inteligência artificial, plataformas digitais – vem causando um grande desastre trabalhista em todo o mundo. O aumento do desemprego, a flexibilização capitalista do trabalho e a liquidação de antigas conquistas da classe operária comprovam que a alta tecnologia está em choque com o sistema de propriedade privada e os limites dos Estados nacionais. A luta internacional da classe operária e dos demais trabalhadores por seu programa de reivindicações, obrigatoriamente deve estar vinculada e determinada pela tarefa histórica de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, implantar um plano científico, que se inicia em escala nacional e se projeta em mundial. A situação mundial de abertura de uma guerra no coração da Europa e o cerco imperialista que se fecha no Indo-Pacífico põem à luz do dia que o caminho a ser percorrido pelos explorados é o da revolução proletária.

4. O fato de imensa maioria dos sindicatos e das centrais não terem realizado uma campanha internacional contra o cerco da OTAN à Rússia e, por sua vez, pelo fim da guerra na Ucrânia evidencia a profunda crise de direção. A inércia e mesmo a colaboração das direções sindicais com suas respectivas burguesias impedem que as organizações dos trabalhadores assumam a luta contra a escalada militar e as medidas dos governos que descarregam a crise econômica sobre a maioria oprimida. Importantes mobilizações ocorreram na Europa contra a alta do

custo de vida, o rebaixamento do valor da força de trabalho e as contrarreformas. Destacaram-se a greve geral na França, em resposta à imposição da reforma da previdência do governo Macron e a da saúde na Inglaterra. Esses movimentos indicam que se acumulam descontentamento entre os explorados e se potencializam as tendências grevistas. As direções sindicais pressionadas pelas bases se viram obrigadas a saírem de suas cômodas posições. Mas, se apoiaram nos limites econômicos das greves, de maneira a não vinculá-las à luta contra os governos que vêm impulsionando a escalada militar e auxiliando os Estados Unidos a prolongarem a guerra na Ucrânia. Via de regra, as direções sindicais expressam as variadas políticas dos partidos burgueses ou de partidos de esquerda adaptados ao capitalismo por meio da política reformista, que se contrapõe à luta revolucionária pela derrocada do capitalismo. A burocratização e estatização das organizações sindicais foram levadas ao extremo em décadas de domínio do colaboracionismo. Eliminou-se, em grande medida, a democracia operária e se esvaziaram os sindicatos dos métodos da ação direta, da unidade e da solidariedade de classe. Não existe hoje uma organização sindical mundial que represente a luta independente dos explorados sob a política e a estratégia do internacionalismo proletário. O que existe são aparatos burocráticos, amplamente susceptíveis à influência da burguesia e de governos imperialistas ou pró-imperialistas. A tarefa de independizar os sindicatos e libertá-los de suas castas burocráticas é parte da luta pela superação da crise de direção. Em toda a parte, vem se colocando o objetivo de constituir frações classistas no interior das organizações e do movimento operário nacional e mundial.

Sobre a base dessas posições, cabe ao Congresso da CUT tomar decisões de ordem estratégica.

- 1) Aprovar uma resolução como as seguintes orientações:
 - a) fim da guerra na Ucrânia, tendo por base a caracterização de que se trata de uma guerra de dominação e não de libertação;
 - b) organização de um movimento internacional em defesa de uma paz sem anexação e sem imposição do imperialismo;
 - c) interrupção da escalada militar, desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos em todo o mundo;
 - d) por uma Ucrânia livre e independente diante das potências imperialistas e da Rússia;
 - e) responder à guerra comercial dos Estados Unidos contra a China com a mobilização internacional dos trabalhadores em defesa de seu programa próprio de reivindicações e sob a estratégia do fim do capitalismo e das transformações socialistas.
- 2) Apoiar os movimentos grevistas e levantes das massas que se rebelam diante das contrarreformas capitalistas, do crescimento do desemprego, da potenciação da informalidade e avanço da pobreza, miséria e fome;
- 3) Combater a passividade e o divisionismo das direções burocráticas por meio dos métodos da ação direta e da democracia operária;
- 4) Organizar nos países semicoloniais e oprimidos a frente única anti-imperialista.

Conjuntura Nacional Resolução sobre a situação nacional

1. A eleição de Lula demarcou uma mudança na conjuntura nacional. Evidenciou o enfraquecimento do movimento político-burguês, que se fortaleceu diante do esgotamento do período governamental do PT, de 2003-2016, quando a crise econômica mundial, iniciada em 2008, arrastou o Brasil e potencializou a articulação golpista que derrubou a presidência de Dilma Rousseff. Os governos de Temer e Bolsonaro não conseguiram debelar a derrocada econômica. Ao contrário, a ampliou com medidas pró-imperialistas, antinacionais e antipopulares. Cumpriram o objetivo de impor as contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como avançar a regulamentação da terceirização. Nesse processo, ocorreram mudanças na legislação sindical, fortalecendo o intervencionismo estatal. As direções sindicais se mostraram adaptadas ao capitalismo. Foram incapazes de organizar o movimento nacional contra as reformas trabalhista e previdenciária. No período da pandemia, recrudescer o intervencionismo estatal mediante o recuo das direções sindicais que se prostraram diante da política burguesa do isolamento social. A onda de fechamento de fábricas tomou a classe operária desprevenida, desorganizada e atomizada. As inúmeras centrais sindicais contribuíram para que essa situação contrária às necessidades mais elementares da maioria oprimida fosse imposta sem a devida resistência. A classe operária, assim, não pôde se destacar como a força social voltada a derrotar a política dos governos golpistas, de direita e de ultradireita.

2. A remoção do governo fascista de Bolsonaro se deveu às divisões interburguesas. As massas carentes de uma direção proletária e revolucionária foram arrastadas para a polarização eleitoral. A ultradireita foi derrotada eleitoralmente, sem, contudo, ter deixado de se manter como um polo de oposição. O fracasso da aventura golpista de 8 de janeiro se deveu à reação das próprias instituições do Estado burguês, e não da parte dos explorados, que deveriam estar organizados para lutar contra os métodos ditatoriais da burguesia, de preservação de sua dominação de classe. O fato de Lula ter incluído em seu governo forças da direita e procurado inclusive trazer para seu lado elementos do bolsonarismo evidencia a sua forte dependência diante do Congresso Nacional oligárquico. No fundamental da política econômica, não há ruptura com as linhas traçadas pelos governos anteriores. Lula está comprometido em manter a gigantesca dívida pública e o enorme parasitismo financeiro. Eis por que se negou a revogar a reforma trabalhista e a lei da terceirização; se negou a reeditar a política de recuperação do valor real do salário mínimo; foi corresponsável com a aprovação do Marco Temporal; estabeleceu um acordo em torno ao Arcabouço Fiscal e levou a cabo a aprovação da Reforma Tributária, que vinha sendo pleiteada, há muito tempo, por uma parcela poderosa de capitalistas. Basta esse breve percurso para que o governo Lula seja caracterizado como serviço do grande capital.

3. O governo Lula, evidentemente, se diferencia do governo de ultradireita, quanto à defesa das instituições do Estado burguês e dos métodos de gerenciamento das divergências interburguesas. Nesse sentido, necessita se apoiar nas massas oprimidas por meio do assistencialismo. É do seu interesse político manter as direções sindicais subordinadas à sua política de negociação entre as várias frações da classe capitalista. A premissa de entendimento entre o capital e o trabalho se vol-

ta contra as necessidades e os interesses do proletariado, dos camponeses pobres e das camadas médias urbanas. As teses de “pacificação” que orientam o governo de centro-direita de Lula resultam em unidade da burguesia contra a maioria explorada, que vem arcando com o maior peso da crise econômica e da decomposição do capitalismo.

4. As direções sindicais e das centrais estão, em sua imensa maioria, comprometidas com a política de desvio da luta de classes e de imposição da colaboração de classes. A avaliação de que a derrota do governo de ultradireita abriu caminho para o progresso econômico, político e social é subjetiva e falsa. O governo Lula não tem como dar passos no sentido de promover um grande desenvolvimento das forças produtivas, reindustrializar o país, reduzir em grande escala o desemprego e o subemprego, retomar antigas conquistas trabalhistas, evitar a penetração maciça das atividades capitalistas na Amazônia, atender minimamente a almejada “reforma agrária”, conter as privatizações e reestatizar as empresas já privatizadas, bem como resolver o problema da fome e impor a soberania nacional diante das pressões do imperialismo.

Sobre a base dessas posições, o Congresso da CUT deve aprovar:

- 1) Rompimento das centrais e sindicatos com a política das direções burocráticas de colaboração de classes e de apoio ao governo burguês de Lula;
- 2) Constituição de um movimento de oposição revolucionária ao governo de frente ampla de Lula;
- 3) Estabelecimento da completa independência política, ideológica e organizativa dos explorados e oprimidos. Reconstituição da democracia sindical;
- 4) Organização de uma campanha local, regional e nacional pelos empregos, salários, direitos trabalhistas e revogação das contrarreformas;
- 5) Combate à flexibilização capitalista do trabalho e contra os acordos antioperários (layoff, banco de horas, PDV etc.);
- 6) Não pagamento da dívida pública e canalização dos recursos para a educação e saúde públicas e moradia;
- 7) Fim das privatizações e reestatização sob o controle operário, sem indenização;
- 8) União da classe operária e dos camponeses pobres pelo fim do domínio latifundiário e entrega das terras aos camponeses.

Estratégia da CUT

1. A estratégia do movimento operário e sindical é definida pelas relações capitalistas de produção, exploração do trabalho, acumulação de riquezas em mãos de uma minoria detentora da propriedade privada dos meios de produção, pobreza e miséria das massas e luta de classes. Eis por que se distingue e se opõe à estratégia dos partidos da burguesia, que têm por objetivo manter as relações capitalistas de produção e apropriação das riquezas socialmente criadas.

2. O controle da classe operária por meio das mais variadas formas pela classe capitalista corresponde à estratégia de

dominação e manutenção da propriedade privada dos meios de produção. Quanto maior for a dependência dos sindicatos e centrais ao Estado e aos governantes, mais segura está a estratégia da dominação da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Ao contrário, quanto maior for a independência ideológica, política e organizativa da classe operária e dos demais trabalhadores, maior será a debilidade da estratégia da classe dominante sobre as classes dominadas. As direções sindicais que trabalham a serviço da manutenção do capitalismo servem à estratégia burguesa e, portanto, contrapõem-se à estratégia revolucionária do proletariado. Não há forma intermediária: ou as direções sindicais se apoiam na estratégia de manutenção do capitalismo – via de regra por meio do reformismo –, ou encarnam a estratégia de transformação do capitalismo em socialismo – por meio da revolução social, que por seu conteúdo histórico é proletária.

3. O capitalismo da época imperialista não comporta reformas estruturais progressivas. Estão excessivamente desenvolvidas as condições objetivas para a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. A profunda crise de direção explica o atraso do movimento operário nacional e internacional em vincular suas lutas pelas reivindicações mais elementares com a estratégia da revolução social. A subserviência das direções sindicais ao reformismo burguês favorece a estratégia de dominação capitalista nas condições em que suas forças produtivas se desintegram e avançam todas as formas de barbárie social. A luta da vanguarda com consciência de classe no interior do movimento operário e sindical exige a defesa e o desenvolvimento da estratégia da revolução social.

4. A clareza sobre a distinção entre a estratégia da classe operária e da burguesia é fundamental para o desenvolvimento da tática e dos métodos de luta próprios dos explorados. Não se pode separar a tática da estratégia. Ao contrário, deve-se compreender a interdependência e o condicionamento da tática pela estratégia. O reformismo sindical tem por estratégia manter o capitalismo, esvaziando o conteúdo revolucionário do socialismo. A estratégia de defesa de democracia burguesa, ocultando o seu caráter de classe, implica a negação da luta de classes e do objetivo histórico da luta do proletariado pelo poder. Ao tomar como estratégia sindical a democracia regida pelos exploradores, tende-se a eliminar a democracia operária, e, portanto, a democracia sindical. Sujeita-se às leis discricionárias contra o direito de greve e de organização independente no interior das fábricas.

5. Em palavras, é comum afirmar que o socialismo seria alcançado com melhor distribuição de renda, diminuição das desigualdades, aperfeiçoamento da democracia e justiça social e garantia dos direitos humanos, evitando assim a violência da luta de classes e a necessidade histórica da revolução social. Essa estratégia condiciona a tática que as direções impõem aos sindicatos e ao movimento operário, camponês e popular.

6. O conteúdo da tática de colaboração de classes é o da negociação, dos acordos sem luta, da participação em organismos do Estado, da pressão parlamentar por meio das negociações legislativas entre os partidos da ordem capitalista, do engajamento eleitoral, do apoio a governos ditos progressistas (para isso esvaziam o conteúdo de classe dos governantes) etc. Em resumo, a estratégia e a tática da burocracia sindical reformista é a da harmonia entre o capital e trabalho. Essa política se acha implantada nos sindicatos e centrais, não só no Brasil, mas

em todo o mundo. Assenta-se no retrocesso histórico imposto pelas contrarrevoluções, que contaram com as traições dos partidos estalinizados e dos reformistas. É necessário em todas as circunstâncias da luta de classes e das elaborações políticas trabalhar pela retomada da estratégia e da tática revolucionárias, além de combater as contrarrevolucionárias.

7. O movimento operário e sindical, para alcançar a independência política, ideológica e organizativa, está obrigado a ter a estratégia e a tática próprias. O método da ação direta, a democracia das assembleias, a soberania das decisões coletivas, eleições sindicais diretas e controladas pela assembleia geral e a liberdade irrestrita de constituição das oposições sindicais são condizentes com a estratégia de luta do proletariado por sua emancipação da exploração e opressão capitalistas. Sob a estratégia, a tática, os métodos e a democracia sindical, a classe operária impossibilita a estatização dos sindicatos e combate as pressões da classe inimiga de torná-los canal da política de dominação. A burocratização dos sindicatos e a constituição de uma casta de dirigentes profissionais, que vivem às expensas da contribuição dos filiados, são fenômenos de controle da burguesia sobre o proletariado e os demais trabalhadores. O que significa a imposição da estratégia patronal de desvio e arrefecimento da luta de classes nas condições em que impera a democracia burguesa. E se a luta de classes ultrapassa as fronteiras “democráticas” determinadas pelo Estado - vigência da ditadura de classe da burguesia -, os exploradores se valem do regime ditatorial e fascizante. A burocracia sindical se apoia nas contradições políticas da própria classe dominante, para manejar a estratégia de defesa da democracia contra as forças fascizantes, como se não fossem variantes de regime político dos exploradores. A classe operária somente pode fazer frente às tendências totalitárias da burguesia com sua estratégia e métodos próprios da luta de classes. A defesa da democracia burguesa pelas direções sindicais sufoca as tendências instintivas de combate do proletariado, favorecendo assim a estratégia burguesa de dominação.

8. É parte da estratégia da classe operária o internacionalismo. A luta de classes se dá em nível mundial, embora se manifeste inicialmente nos marcos nacionais, impostos pelo próprio capitalismo. É necessário que a CUT rompa com a política das organizações mundiais, que servem de aparato para a imposição da política social-democrata de conciliação de classes. A Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), sobretudo, estão sujeitas às influências e determinações da burguesia e governos imperialistas. Basta ver a posição dessas organizações diante da guerra na Ucrânia e de suas consequências para a vida das massas. A CSI em sua declaração condena a invasão da Rússia à Ucrânia, mas apoiando a coligação imperialista liderada pelos Estados Unidos e apetrechada militarmente pela OTAN. Não pode haver menor dúvida que os Estados Unidos vêm se utilizando da Ucrânia como bucha de canhão, para avançar em seus objetivos econômicos e geopolíticos. A paz defendida pela CSI é a mesma aventada por Joe Biden, cuja diretriz é a de capitulação da Rússia. O auxílio dessa central mundial à Ucrânia, na realidade, resulta em apoio à OTAN. A classe operária no Brasil e no mundo deve condenar as direções que subordinam os sindicatos e as centrais à estratégia e aos interesses das potências imperialistas. Se a CSI e CSA tivessem um só traço de classismo organizariam os explorados para pôr fim à guerra na Ucrânia, iniciando a luta pelo desmantelamento da OTAN e sob a bandeira de paz sem anexação e sem

os imperativos do imperialismo, e pela autodeterminação da nação oprimida.

Sobre a base dessas posições, o Congresso decide:

1) Combater a política de conciliação de classes das direções sindicais, que serve de canal para a preservação da estratégia burguesa de dominação e de perpetuação da exploração da força de trabalho;

2) Estabelecer que a classe operária tem sua estratégia própria de poder, seus métodos de luta, suas táticas e sua democracia;

3) Vincular a defesa do programa de reivindicações dos explorados com o programa estratégico da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, portanto, da revolução social;

4) Lutar contra a estatização das organizações sindicais, libertando-as da casta burocrática profissional e autoritária;

5) Garantir a unidade dos trabalhadores, enfrentando o revisionismo e o corporativismo que expressam a presença da estratégia burguesa de dominação no seio do movimento sindical;

6) Rejeitar os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, que se materializam na forma de layoff, banco de horas, redução da jornada com redução de salários, PDV e outros. Lutar em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas;

7) Responder ao fechamento de fábricas com o método da ocupação, com o controle operário da produção, com a defesa da estatização sem indenização e com a mobilização nacional pelos empregos, salários e direitos;

8) Lutar contra as demissões, o desemprego, o subemprego, a informalidade e a terceirização com a luta pela redução da jornada sem redução de salários, efetivação de todos os trabalhadores;

9) Combater as contrarreformas trabalhista, previdenciária, sindical e a lei da terceirização por meio da defesa do programa de reivindicações que unifique a classe operária e os demais explorados em um movimento nacional. A bandeira de revogação das contrarreformas deve estar baseada na campanha pelo programa de reivindicações e no método da ação direta (greves, manifestações, bloqueios, ocupações);

10) Enfrentar as privatizações com a luta pela estatização e reestatização sem indenização e controle operário da produção. Organizar uma frente única anti-imperialista.

Plano de Luta

O Plano de Luta, a estratégia e a tática devem corresponder às condições objetivas da situação econômica, política e da luta de classes. Trata-se do Congresso CUT de aprovar resoluções, que possibilitem e obriguem as direções sindicais a aplicá-las no dia a dia. De forma que o próximo Congresso tenha como avaliar o seu cumprimento e o papel da direção eleita. Está claro que sem a luta da vanguarda com consciência de classe para

libertar os sindicatos da estratégia burguesa, do burocratismo e do corporativismo não é possível avançar na organização dos explorados e impor conquistas que fortaleçam a independência de classe.

A Corrente Proletária destaca no Plano de Luta os seguintes pontos:

1) Organizar uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula e de frente ampla. Reagir à ofensiva da ultradireita fascizante com o programa de reivindicações e os métodos de luta da classe operária;

2) Estruturar uma campanha nacional em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Lutar contra o fechamento de fábricas e as demissões. Por um salário mínimo vital, necessário para manter a família trabalhadora. Redução da jornada sem reduzir os salários, escala móvel das horas de trabalho. Reposição das perdas salariais, reajuste automático de acordo com a alta da inflação, escala móvel de reajuste;

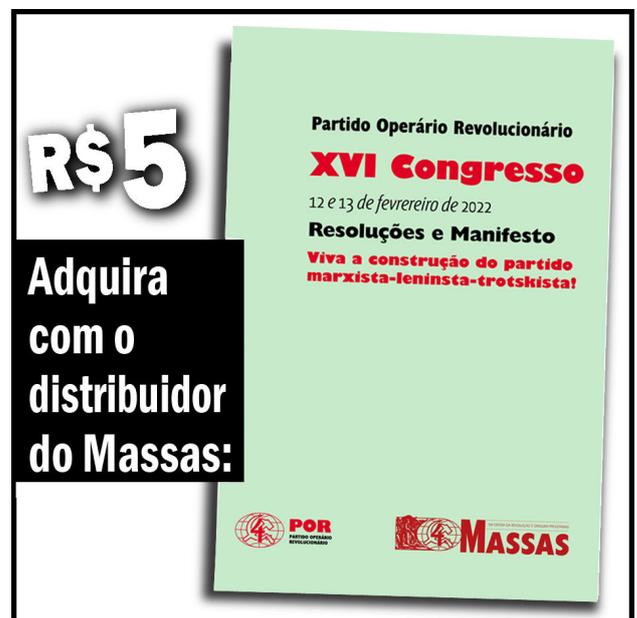
3) Revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro e combater as novas investidas do governo Lula;

4) Retomar as ocupações de terra e fortalecer o movimento camponês nacional, sob a bandeira de expropriação dos latifúndios e nacionalização das terras, como parte da revolução agrária. Denúncia e luta pelo fim imediato da CPI do MST. Revogação do Marco Temporal e direito à autodeterminação das nações indígenas;

5) Pelo fim das privatizações e reestatização sem indenização. Não ao pagamento à dívida pública. Ampliar os recursos para a saúde, educação e moradia popular;

6) Erradicar as discriminações e abolir todo tipo de violência sobre as mulheres, os negros, os indígenas e os LGBTQs. Lutar contra toda forma de opressão de classe, com as bandeiras de trabalho igual, salário igual; proteção à maternidade; fim da discriminação trabalhista e cultural;

7) Responder à guerra na Ucrânia e a escalada militar com a bandeira proletária de paz sem anexação, sem nenhuma imposição do imperialismo, autodeterminação e integridade territorial da Ucrânia, sob o programa da revolução proletária e do socialismo.



Nesta edição:

- **Bolívia:** Congresso do POR da Bolívia
- **CERQUI:** Reunião do Comitê de Enlace de 30 de julho
- **Argentina:** Transformar a raiva em voto contra o capitalismo esgotado, seus partidos e suas instituições
- **Níger:** Golpe no Níger é um desdobramento da profunda crise internacional
- **Trotsky:** A guerra contra o czarismo



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Bolívia

Viva o Congresso do POR da Bolívia

Por Atílio de Castro, membro da direção do CERQUI

Realizou-se, em 29 de julho, o 50º Congresso do POR boliviano. Iniciou-se com um informe de atividade do CC e sua aprovação. As seções do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) da Argentina, Brasil e Chile fizeram um pronunciamento saudando o Congresso. A seção chilena não pôde estar presente, mas enviou sua mensagem.

Estiveram em consideração as resoluções sobre a situação internacional e nacional, bem como um balanço de atividade. Observou-se que houve preparação em todo o partido, embora as considerações, tanto sobre a situação internacional quanto nacional, poderiam ser mais discutidas. As resoluções bem fundamentadas receberam poucas mudanças.

O momento de maior discussão se deu em torno à relação do partido com os sindicatos. A influência do POR nas lutas sindicais há muito alcançaram grande importância para o desenvolvimento da luta de classes. Cresce sua responsabilidade nos momentos de agudização da crise política, como a que atravessa o País com os impasses do governo do MAS, que se mostra incapaz de responder às travas que bloqueiam as forças produtivas e à situação de pobreza das massas. A luta sindical é uma contingência para o partido impulsionar as reivindicações, unir os explorados, combater as medidas do governo burguês e desenvolver a estratégia da revolução social. Foi uma rica discussão que mostrou a necessidade de uma compreensão coletiva de como reagir às pressões da burocracia e do aparato sindical no dia a dia da militância. A luta no interior dos sindicatos exige a rigorosa aplicação da linha partidária, que expressa a aplicação do programa da revolução e ditadura proletárias.

Os avanços nas formulações sobre a situação internacional e nacional, em relação ao 49º Congresso, são visíveis. A resolução apresenta uma unidade em suas formulações que expressam o processo de desintegração do capitalismo mundial e suas refrações na vida econômica, social e política da Bolívia.

A guerra na Ucrânia ocupa um importante lugar na resolução internacional, em que a seção boliviana aplica em boa medida as formulações do CERQUI. Os seus reflexos mundiais recaem particularmente sobre a América Latina. A luta de classes na Bolívia faz parte dos combates do proletariado, dos camponeses, das nacionalidades indígenas e da classe média arruinada que perpassa o continente.

A questão da crise de direção emerge da análise do desenvolvimento a crise mundial, que assumiu a forma de escalada militar com a guerra na Ucrânia e ofensiva do imperialismo no sentido de conter a projeção econômico-comercial da China. Nesse sen-

tido, destaca a formulação: “A cada passo se torna cada vez mais evidente a terrível crise de direção, a necessidade de conquistar a independência da classe operária, política e organizativa, recuperando as organizações sindicais, mas o mais importante está em recuperar a sua estratégia, construir o seu partido revolucionário marxista-leninista-trotskyista em cada país como parte da direção Internacional, reconstruindo a IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. Cabe ao CERQUI impulsionar essa tarefa. Não há nenhuma saída progressiva sob o capitalismo que somente oferece a barbárie em todas suas formas, estamos diante de uma situação de catástrofe social. Somente a revolução social dirigida pela classe operária, que instaure a ditadura do proletariado, poderá pôr fim à decomposição capitalista”.

Sobre a situação nacional, ressalta a importância da análise do governo do MAS que vem sendo afetado pela divisão em suas fileiras e pela desmoralização aos olhos da maioria oprimida, dado o entreguismo das riquezas naturais às forças econômicas externas e incapacidade de resolver as tarefas democráticas da nação oprimida. Cabe destacar a seguinte conclusão: “O desenvolvimento integral de nossa economia somente se materializará se rompermos com o imperialismo. Nacionalizando os meios de produção, que estão nas mãos do imperialismo, tarefa que somente pode ser realizada sob a direção política e física da classe operária. A Bolívia só pode ter futuro de desenvolvimento independente, se extirpar os sanguessugas do capital financeiro mundial de nossa economia. O que exige que todas as riquezas fundamentais estejam em mãos do Estado, onde os grandes meios de produção sejam propriedade social, do povo boliviano. O movimento operário e popular deve frear imediatamente o entreguismo do governo de Luis Arce Catacora”.

É importante a compreensão do conjunto da militância porista sobre a necessidade de vincular o trabalho do partido no seio dos explorados bolivianos com o internacionalismo e o objetivo de fortalecer o CERQUI. Por esse caminho, a riqueza de experiência e de formulação programática acumulada será posta na perspectiva de superar a crise de direção.

O Congresso concluiu com um pronunciamento das seções do CERQUI e de um dirigente do POR. De punhos cerrados, os delegados em pé deram um viva à luta revolucionária do POR.

Reunião da direção do CERQUI

No dia 30, os membros do CERQUI participaram de uma avaliação do Congresso com o CC reeleito. Em seguida, realizou sua reunião. Deu continuidade à avaliação do Congresso. Discutiu

a evolução da crise mundial, que tem por epicentro a guerra na Ucrânia e a escalada militar impulsionada pelos Estados Unidos e sua aliança imperialista. Aprovaram-se pontos para uma resolução, que publicamos neste número do Massas. Discutiu-se em seguida um pronunciamento sobre o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Um manifesto será publicado brevemente. Foi

discutido também os informes sobre a Argentina, Brasil e Chile. Estabeleceu-se a importância das reuniões regulares da direção do CERQUI e marcou-se uma data para a realização de sua Conferência, depois da realização dos Congressos do POR do Brasil e da Argentina. Uma ata para discussão interna foi redigida. Cabem à seções estudá-la e se pronunciarem.

Reunião CERQUI 30 julho de 2023

O debate sobre a situação internacional incorporou os acontecimentos dos últimos meses, que confirmam nossas análises e prognósticos anteriores: a crise de 2008 nunca se fechou, se espalhou e se aprofundou. Avança a decomposição e a desintegração do capitalismo, que se descarrega sobre a maioria oprimida, tanto nas semicolônias quanto nas metrópoles. A guerra comercial agrava-se, e agrava-se a sua transformação em aberto enfrentamento bélico, que continua em escalada. A tendência para o protecionismo nas potências é crescente. As forças produtivas se chocam com as relações de produção que as bloqueiam. O capital financeiro busca sua expansão tentando derrubar as fronteiras nacionais por todos os meios, pressionando para saquear os recursos das semicolônias ou impedir que outros setores se aproveitem desses recursos. Os EUA e a OTAN declararam explicitamente que seu objetivo é confrontar a Rússia e a China, para manter a hegemonia ocidental. O endividamento de países, empresas e famílias cresceu ao nível mais alto, tornando-se outro fator explosivo na economia. Todas as contradições desta etapa imperialista do capitalismo ainda estão presentes e tendem a se potencializar. Insistimos em afirmar que vivemos uma época de contrarreformas, de ataques a todos os direitos e conquistas da humanidade nas últimas décadas, que não há possibilidade de reforma do capitalismo, que a classe operária deve liderar os levantes dos oprimidos para acabar com sua dominação, através da revolução social e começar a construir uma nova sociedade sobre novas bases, socialistas, apoiada na expropriação dos grandes meios de produção.

1. A crise política mundial do capitalismo se acelera e se amplia

Crise essa devida à divisão da burguesia nos EUA, ao enorme déficit orçamentário e ao custo de seu financiamento. No início do ano, a dívida atingiu o limite legal de 31,4 trilhões de dólares e recentemente foi aumentada em mais 2,5 trilhões, em troca de mais ajustes nos gastos. Crise devida à intervenção na guerra na Ucrânia e ao custo de sustentar sua economia e armamentos, e às consequências no aumento dos preços de energia e alimentos. O aumento sustentado das taxas de juros visa forçar uma recessão, causar desemprego, a fim de reduzir as taxas de inflação.

Crise da democracia burguesa devida aos confrontos que ocorreram nas eleições presidenciais, à contestação de Trump do resultado eleitoral, ao assalto de seus apoiadores ao Capitólio com mortes e destruição. E a judicialização dos confrontos contra Trump e Biden.

Crise na França, lutas das massas cada vez mais radicalizadas com ações quase insurrecionais. Macron teve de recorrer a medidas ditatoriais para impor sua reforma da Previdência. Macron, com cada vez menos apoio, se depara com greves gerais massivas e rebelião nos bairros pobres durante semanas, e agora com a crise em suas colônias na África, cujo epicentro se encontra no golpe de Estado no Níger, nas manifestações de massa em apoio ao novo governo militar e nas ameaças de intervenção da França.

Greves e mobilizações estão crescendo na Inglaterra e em vários países europeus, também atingidos pelo aumento do custo de vida, guerra e recessão.

A lutas das massas em Israel contra a reforma judicial promovida por seu governo de ultradireita já duram vários meses, e o governo, por sua vez, reforça sua ofensiva contra o povo palestino a níveis insuportáveis.

O aprofundamento da crise política nas metrópoles abre caminho para a intervenção das massas.

O golpe de 26 de julho no Níger é o mais recente acontecimento que reflete o avanço da crise mundial, uma vez que envolve os interesses do imperialismo, principalmente os da França, e a presença crescente da China e a influência da Rússia. A previsão é de que a intervenção das potências, que controlam a Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO) e a União Africana (UA), aumentará a instabilidade em todo o Continente. O pronunciamento do Senegal em favor de uma ação militar por meio da CEDEAO, portanto, dos Estados Unidos e União Europeia, indica a dimensão militar que está tomando corpo na África. A França controla a extração do urânio e resiste perder o seu controle para o Estado nigerino. Os Estados Unidos, bem como a França, mantêm bases militares no Níger, de importância estratégica para a dominação imperialista. O apoio do povo ao golpe de Estado tem por conteúdo a luta pela independência nacional do país, cuja quebra do domínio colonial em 1960 não levou à real emancipação nacional do Níger, bem como de todos os países africanos. A realização das tarefas democráticas no continente africano depende das revoluções proletárias e da unidade anti-imperialista. É o que está objetivamente nas entranhas da revolta do povo contra o saque das riquezas naturais pela França e demais opressores. A classe operária internacional, e em particular a da França, deve apoiar o levante popular, defender a soberania do Níger e combater qualquer interferência externa das forças do imperialismo e dos seus serviços africanos que se encontram na CEDEAO. Os explorados africanos devem ser chamados à unidade anti-imperialista, para que a classe operária, os camponeses e os demais oprimidos do Níger tomem em suas mãos a condução do país e resolvam qual vai ser a forma de regime social e político, sem que haja qualquer interferência dos saqueadores. Esse é o caminho para se construir os partidos revolucionários na África, sem os quais não é possível às ex-colônias conquistarem a real independência nacional.

2. Fracasso da reunião da CELAC

Representantes da União Europeia (UE) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) se reuniram nos dias 17 e 18 de julho em Bruxelas. O objetivo declarado era o da abertura econômica nas relações, que há muito são discutidas, mas as posições sobre a guerra na Ucrânia acabaram atrapalhando as negociações. Pedro Sánchez, primeiro-ministro da Espanha, convidou Zelensky para a reunião mesmo sabendo que seria rejeitado pelos representantes dos outros países. A reivindicação de apoio às ações militares da OTAN é uma verdadeira provocação.

A verdadeira razão da provocação está na divergência sobre os termos do acordo comercial, uma vez que a Europa não conseguiu todas as condições que lhe permitissem tirar amplas vantagens, protegendo os seus interesses, especialmente na agricultura. Suas ofertas de investimentos para “compensar” suas vantagens não eram atraentes, portanto, também não deram em nada. Ao mesmo

tempo, havia resistência na América Latina em permitir a competição de capitais europeus para compras governamentais e licitações em igualdade de condições com as empresas locais.

O Mercosul não pôde aparecer como uma organização capaz de negociar com o capital imperialista, nem mesmo representar os interesses comuns das burguesias latino-americanas.

3. Tendência à Terceira Guerra Mundial

O prolongamento da guerra na Ucrânia, o avanço da OTAN incorporando Suécia e Finlândia (e Ucrânia em um Conselho); a recente reunião no Japão e a sua aproximação, o acordo AUKUS, o crescente militarismo e o aumento dos orçamentos militares dos países indicam a tendência para a Terceira Guerra Mundial, que se está preparando.

A OTAN definiu com precisão seu inimigo imediato, a Rússia, e a China como seu inimigo estratégico na luta para manter a hegemonia ocidental. Setores do próprio imperialismo alertam para o perigo de uma nova guerra mundial, como antes alertavam sobre o perigo de provocar a Rússia, mas é a decomposição imperialista, seu relativo recuo na economia mundial, que leva a acentuar a guerra comercial e o protecionismo, levando cegamente à conflagração mundial.

Estão conscientes de que hoje não estão em condições de lançar uma guerra generalizada, que precisam se preparar, estão também conscientes de que após as duas guerras anteriores ocorreram as duas revoluções sociais mais importantes do século passado, estão conscientes de que, uma vez generalizada, a guerra desenvolve uma dinâmica própria e as condições mudarão rapidamente, mas, a luta para preservar a hegemonia e impedir o avanço da China leva a esse embate bélico, que terá consequências catastróficas para a humanidade.

4. Impasse na guerra, o debate sobre a paz

A guerra na Ucrânia foi promovida pelos EUA e pela OTAN expandindo sua aliança na Europa, usando a Ucrânia como bucha de canhão, causando um verdadeiro desastre humano e material. É talvez o evento de guerra mais importante desde a Guerra da Coreia, por ser desenvolvido na Europa. O objetivo é desgastar a Rússia, encurralá-la economicamente e militarmente, derrubar seu regime, derrotar e subordinar suas forças armadas e fragmentá-la para melhor aproveitar seus recursos. A Ucrânia foi colocada sob o comando econômico do FMI e militar da OTAN, embora não tenha sido formalmente incorporada, subordinando completamente suas forças armadas.

Os EUA foram capazes de construir em torno da OTAN uma frente de imperialismo como nunca antes na história. Isso foi possível graças à queda da URSS e ao avanço do processo de restauração capitalista e pela submissão dos governos da França e da Alemanha que não concordavam em ampliar as bases da OTAN, nem provocar a Rússia na Geórgia e na Ucrânia. A Otan estava praticamente morta sob o governo Trump. Esta ofensiva dos EUA permitiu-lhe avançar sobre a Rússia e também subjugar a Europa.

Ao mesmo tempo em que as potências fornecem à Ucrânia armamentos cada vez mais sofisticados, testando e corrigindo as armas que já enviaram, começaram a procurar alguma forma de conter a guerra, porque seu prolongamento provoca maiores custos políticos. Alguns países e setores exigem intervir mais abertamente, incorporar formalmente a Ucrânia à Otan e dar um golpe final, já outros entendem que não há condições políticas e militares para desencadear essa ofensiva. A tão propalada contraofensiva não obteve os resultados prometidos, mal avançou alguns quilômetros com grande perda de armas.

A Rússia tampouco pode avançar, apenas mantém as posições conquistadas, suportando a crise do Grupo de mercenários Wag-

ner que teve ampla participação na frente e interveio militarmente dentro da Rússia buscando questionar a política militar do governo e outros objetivos que ainda não sabemos.

Agora, soma-se à crise da exportação de grãos da Ucrânia. A Rússia não renovou o acordo para embarcar a produção no Mar Negro e bombardeou instalações portuárias, denunciando que o grão exportado dessa forma, no ano passado, não estava destinado a alimentar os pobres da África, mas para os países da Europa. Diante da alternativa de exportá-lo por trem para a Europa, Polônia, República Tcheca e Hungria rejeitaram a passagem do grão por seus países, porque ele compete com sua própria produção e não pertence à União Europeia. A Polônia, que parecia ser o país mais agressivo na defesa da Ucrânia, é a que mais coloca obstáculos ao grão ucraniano.

Os EUA não podem dar impulso à paz, embora evitem se comprometer com uma guerra mais direta por parte da OTAN e dos seus parceiros. A crise política e econômica, as eleições presidenciais do ano que vem nos EUA, parecem exigir algum acordo, explícito ou não, para esfriar a guerra. A guerra devastou a Ucrânia, com milhares de mortos, feridos e milhões de emigrantes e uma destruição de suas estradas, barragens, pontes, fábricas, casas que levarão muitos anos para serem reconstruídas.

Os oprimidos estão cansados da guerra que parece não ter fim e que lhes traz todo tipo de dificuldades, desde as perdas relatadas ao aumento dos preços da energia e dos alimentos, à escassez e à recessão.

As propostas de paz que são discutidas pelos governos e pelo Vaticano são pura hipocrisia. A base da guerra e do militarismo está na decomposição do capitalismo. As potências imperialistas não renunciam ao seu objetivo de restaurar uma ordem mundial que se esgotou. Qualquer proposta de paz em suas mãos é apenas um intervalo para prosseguir a guerra mais tarde com mais força.

O fim da guerra na Ucrânia e uma paz duradoura sem condicionamentos anexionistas serão impostas pela classe operária e sua política. Desmantelando a OTAN e as bases militares norte-americanas na Europa. Acabando com o militarismo e todas as sanções econômicas dos países imperialistas. Derrotando o imperialismo. Esta será a base para conquistar a autodeterminação das nações e resolver a sua integração territorial, sem anexações, reconstruindo a ex-URSS ou a unidade que desejam, sem qualquer tipo de imposição, acabando com todas as formas de opressão. Nestas condições, a Rússia terá de retirar as suas tropas dos territórios ocupados. A única maneira de restaurar a unidade da classe operária e dos oprimidos da Rússia, da Ucrânia e de toda a Europa é reconstruindo as organizações soviéticas, reconstruindo os partidos bolcheviques, armando toda a população.

Este é o caminho para defender a Rússia contra a ofensiva imperialista e alcançar uma paz sem anexações. Não é disciplinando pela força militar ou pela dominação econômica que a Rússia e os países que fizeram parte da ex-URSS podem ser defendidos e evitar a ingerência do imperialismo em seus países, mas, através da ação das massas com seu próprio programa e estratégia, com sua própria organização.

É urgente que a classe operária mundial adote essa política para evitar uma grande tragédia, maior do que a que estamos vivendo hoje, vinculando-a à sua luta por salários, por empregos, contra a precarização, em defesa dos direitos trabalhistas.

5. A crise política do imperialismo abre caminho para a intervenção das massas

A classe operária está atrasada em sua luta

As condições objetivas e materiais para a revolução proletária estão mais do que presentes.

O que aparece o tempo todo em todas as lutas é a crise da di-

reção revolucionária, que expresse as tendências mais profundas das massas de acabar com a ordem capitalista com seus próprios métodos, com sua própria estratégia.

A maioria das lideranças sindicais e políticas da classe operária na Europa não rompe com a OTAN, essa falta de independência diante da intervenção imperialista condena as lutas dos oprimidos, que terão de ignorar essas lideranças. Também encontramos correntes reivindicando o trotskismo que abandonaram toda perspectiva de classe e exigem a intervenção mais ativa da OTAN para derrotar a Rússia.

Argentina - Editorial

Transformar a raiva em voto contra o capitalismo esgotado, seus partidos e suas instituições

VOTO NULO PROGRAMÁTICO!

Esta é uma das campanhas políticas mais repugnantes e despolitizadas da história. Os sinais da ignorância, da falta de ideias, é produto da decomposição irreversível da burguesia como classe, seus partidos, suas instituições, seus meios de comunicação.

Todos os dias, durante semanas e meses, só se debate como reprimir manifestações, bloqueios de estradas e ruas, piquetes, greves, como acabar com a assistência social estatal aos pobres e miseráveis. Uma vez colocado o protesto social como o principal problema a ser resolvido, eles chegam ao extremo da imbecilidade de propor dinamitar o prédio do Ministério do Desenvolvimento Social ou reprimir duramente os manifestantes e prendê-los, ou até meter balas neles. E, durante horas, ocupam as rádios, as televisões e os jornais, o tempo todo, com esse assunto. A lei suprema que querem santificar é a do direito à livre circulação, à ordem.

Os principais candidatos da oposição deixam claro que o programa do FMI deve ser respeitado. Que o ajuste mais profundo deve ser feito contra os oprimidos, que o trabalho deve se tornar mais precário, que os subsídios devem acabar e que para isso todas as tarifas devem ser pagas pelo que valem, que dezenas de milhares de trabalhadores no Estado devem ser demitidos e o preço do dólar liberado etc. Sequer fazem as promessas de 2015. Agora dizem sem rodeios o que vão aprontar contra os trabalhadores.

Mas o oficialismo tem o mesmo programa, de respeitar o FMI, de reconhecer a dívida fraudulenta, de avançar com o ajuste, e o estão fazendo! Mesmo que queiram parecer que são opositores, e não têm nada a ver com Fernández, eles são governo! A diferença é que não prometem repressão selvagem, mas a sua política não apresenta grandes diferenças. Massa agiu mais rápido com o ajuste de gastos do que o ministro que o antecedeu. O oficialismo quer assustar os explorados com o bicho-papão da direita, mas aplica o seu programa.

O peronismo abandonou todas as bandeiras da soberania, da justiça social, do fim dos monopólios e da oligarquia, porque ninguém mais acreditaria. Perdeu toda a vergonha, levanta a bandeira “vamos pagar ao FMI”, para que ele não volte. Um dos maiores atos de corrupção.

Os partidos da burguesia não têm nada a oferecer. Já os conhecemos. Tentaram todas as políticas, e falharam. O país está mais submetido que nunca. A pobreza, a indignação, a fome e a precariedade trabalhista estão nos níveis mais elevados. No país que produz alimentos para mais de 400 milhões de pessoas no mundo não há comida nem mesmo para os refeitórios populares, muitos dos quais têm de fechar porque não recebem e não podem comprar os alimentos.

A militância peronista, seus jornalistas e intelectuais gritam conosco: Não somos iguais a eles! Votem na gente porque, caso contrário, tempos piores virão. Sempre a mesma história, o “voto útil”, “vamos engolir esse sapo porque o outro é pior”. Tanto o mau quanto o pior submetem-se ao capital financeiro, aos seus ditames. E o oficialismo é mais perigoso, porque faz um grande esforço para iludir com suas mentiras, para desmobilizar, para usar

Essa falência das lideranças sindicais e políticas da classe operária é consequência da dissolução da III Internacional, a maior conquista da classe operária internacional na construção de seu centro político e da incapacidade das correntes que reivindicam o trotskismo de ocupar esse lugar devido ao seu revisionismo. O CERQUI trabalha para a reconstrução desse centro internacional a partir das conquistas políticas programáticas da classe operária, reivindicando o Programa de Transição da Quarta Internacional.

as direções sindicais a que fiquem paralisadas diante de suas políticas de ajuste, porque trabalham abertamente contra as lutas, contra a organização, porque dividem. É difícil escolher entre aqueles que prometem bater nos lutadores, e aqueles que amarram os pés dos oprimidos para que não reajam contra suas políticas.

Ninguém menciona na campanha eleitoral que o capitalismo está podre e decomposto, que destrói as forças produtivas, que mata de fome, que nos mergulha na barbárie. E que esta situação é irreversível, que não há possibilidade de melhorar este sistema, que tem de acabar antes que acabe com todos nós.

Medidas elementares, como cuidar das divisas e acabar com o contrabando, monopolizando o comércio exterior e o sistema financeiro, não são mencionadas. Nem a necessidade de expropriar todas as empresas monopolistas vitais na economia, a oligarquia latifundiária e as multinacionais de mineração e petróleo. Precisamos recuperar os rios, o oceano, os portos, os lagos. Medidas elementares para desbloquear as forças produtivas, para criar milhões de empregos genuínos.

Medidas que só podem ser tomadas por outra classe no poder, pela classe operária e pela maioria oprimida, através de uma revolução social protagonizada pelas massas.

A esquerda eleitoral não fala destas questões essenciais, gasta todo o seu esforço militante, os seus recursos económicos, toda a propaganda, em questões superficiais, que não dão respostas aos grandes problemas políticos e económicos. Por isso que não chamamos a votar neles, mesmo que existam lutadores valiosos em suas chapas, pois contribuem para gerar ilusões nas eleições e nas instituições, quando é preciso ajudar a politizar o processo de desilusão que se manifesta em milhões de pessoas.

Em sua propaganda, falam “salário de 500 mil”, “salário igual à cesta básica” e algumas outras consignas tão corretas quanto inócuas no campo eleitoral. Por acaso esse salário pode ser conquistado votando neles, ou mediante leis no Congresso? A consigna poderia ser útil se se dissesse que a burguesia não pode garantir o salário necessário à sobrevivência, que para conquistá-lo é imprescindível a greve geral, que para isso a classe operária tem de livrar os sindicatos de toda a burocracia vendida aos governos e patrões, chamando a confiar unicamente na ação direta de massas, na própria organização. Denunciando o papel colonial do Congresso que votou o acordo com o FMI para pagar uma dívida fraudulenta. Ao menos é o que deveriam dizer em sua propaganda. Estão cada vez mais longe de expressar o descontentamento das bases na campanha eleitoral.

Intervimos na campanha com todas as forças possíveis com estas ideias. E, se tivéssemos candidatos, diríamos a mesma coisa. O objetivo é que a raiva, a desilusão e o cansaço sejam politizados, a fim de pôr fim ao capitalismo apodrecido, seus partidos e instituições. O voto nulo programático é uma expressão destas ideias.

(Extraído do Jornal Massas 439, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Golpe no Níger é um desdobramento da profunda crise internacional

O golpe militar no Níger, de caráter nacionalista, despontou internacionalmente e é mais um desdobramento da crise internacional estabelecida no mundo, capitaneada pela guerra na Ucrânia, pela guerra comercial dos EUA com a China e pela escalada bélica em toda parte.

O golpe, que caminha para a terceira semana, se deu num país com a terceira pior economia do mundo, segundo a ONU, submetido historicamente aos interesses imperialistas da Europa, em especial da França, que foi sua colonizadora até 1960. Neste ano, o Níger conquistou sua independência formal, apesar de se manter submetido aos interesses econômicos franceses, o que caracteriza o país como uma semicolônia. Apesar de sua pobreza e da miséria que vive a maioria da população, o Níger é um dos países com maior reserva de urânio do mundo, que além de ser um recurso para as usinas nucleares (70% da energia francesa vêm dessa modalidade), serve para a produção de armas atômicas. Fica claro o interesse do imperialismo no país, principalmente neste período de escalada das tensões e do armamento, além da própria guerra que se desenvolve na Europa.

(...) o Níger é um dos países com maior reserva de urânio do mundo, que além de ser um recurso para as usinas nucleares (70% da energia francesa vêm dessa modalidade), serve para a produção de armas atômicas. Fica claro o interesse do imperialismo no país, principalmente neste período de escalada das tensões e do armamento, além da própria guerra que se desenvolve na Europa.

O franco centro-africano (FCA), uma moeda adotada por 14 nações da África Ocidental e Central, incluindo o Níger, tem sido alvo de intensa polêmica. Os países que utilizam essa moeda são obrigados a reservar 50% de suas reservas no Banco da França, enquanto a moeda permanece vinculada ao Euro. Paris defende que esse sistema promove a estabilidade econômica, mas, na verdade, ele concede à França o controle sobre a economia dos países envolvidos.

O bloco regional da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) deu aos militares nigerenses um prazo de até o dia 6 para libertar e restabelecer o presidente deposto do país, Mohamed Bazoum. O grupo já realizou uma intervenção militar na Gâmbia, em 2017, quando um presidente derrotado nas eleições se recusou a deixar o poder. Além disso, o grupo fez um bloqueio econômico e interrompeu o fornecimento de energia. França e União Europeia também realizaram bloqueios econômicos e os EUA ameaçaram fazer o mesmo. No fim do prazo estabelecido, o espaço aéreo nigerino foi fechado em resposta ao ultimato dos países vizinhos e aumentando as tensões na região. Esse grupo econômico serve de canal aos interesses do imperialismo europeu e estadunidense na África.

Tal conflito é também um reflexo do esgotamento da partilha do mundo nos pós Segunda Guerra, o que tem levado a diversos realinhamentos e conflitos por todo o mundo. A própria guerra na Ucrânia é um reflexo desse esgotamento, que só pode ser explicada pelo processo de restauração capitalista e destruição da URSS, que levou a Rússia a exercer um controle regional sobre as ex-repúblicas soviéticas. O avanço da OTAN e o cerco à Rússia estão na

base desse conflito. Essa definição tem importância para entender o porquê as forças militares do Níger e parte considerável da população têm se apoiado na Rússia, definindo um novo alinhamento político e econômico para o país. Em um protesto na capital, foram vistos e ouvidos diversos cartazes e gritos de “Viva Putin” e “Viva a Rússia”. Tal apoio deve ser compreendido como um traço anti-imperialista do golpe, que está claramente rechaçando a intervenção e o saque realizados pela França e Europa na região. Mas não se pode alimentar ilusões de que sob a tutela russa os problemas de independência nacional e de miséria da população e do país serão resolvidos.

Pesa sobre essa profunda crise internacional, a crise de direção revolucionária do proletariado. Não se vê no conflito no Níger uma fração dos explorados defendendo uma saída própria, sem a tutela do imperialismo europeu e estadunidense e sem a tutela da Rússia, que se apoia na opressão nacional para defender seus interesses econômicos, seja na região das ex-repúblicas da URSS, seja na África. Todo apoio que auxilie no combate às ações contrarrevolucionárias dos Estados Unidos, França e dos seus serviços do CEDEO deve servir à luta anti-imperialista, e não para substituir um amo por outro.

O proletariado precisa superar essa crise para dar uma saída progressiva ao conflito. Só os explorados do próprio Níger podem dar essa resposta. Para isso, é preciso constituir a Frente Única Anti-imperialista, que tenha por orientação impor a autodeterminação e a real soberania da nação oprimida. Somente assim, é possível organizar e armar as massas para pôr fim às bases militares europeias e dos EUA na África e no mundo.

O golpe militar e a constituição de um governo nacionalista não têm como cumprir essa tarefa. A derrota do imperialismo depende de a classe operária, os camponeses e a maioria oprimida se colocarem no campo da revolução social. A independência nacional do Níger é uma tarefa democrática a ser cumprida por meio da revolução e ditaduras proletárias. É parte de uma revolta e transformação geral o Continente saqueado e oprimido, em um movimento pelos Estados Unidos Socialistas da África.

No Brasil, a vanguarda com consciência de classe trabalha para que se organize uma campanha contra qualquer tipo de intervencionismo externo. Que os sindicatos e os movimentos camponês, estudantil e popular levantem a bandeira do direito democrático à autodeterminação e soberania nacional do Níger. Somente a classe operária mundial tem interesse e pode defender a nação oprimida contra a reação intervencionista do imperialismo.

Viva o levante popular pela independência do Níger!

Por uma campanha internacional contra o intervencionismo das potências!

Armar as massas para enfrentar a contrarrevolução!

Organizar a frente única anti-imperialista!

Superar os limites do golpe nacionalista, lutando pela revolução proletária, por um governo operário e camponês!

Pelos Estados Unidos Socialistas da África!

No jornal Massas 690, iniciamos a publicação do folheto A Guerra e a Internacional, escrito em outubro de 1914, por Leon Trotsky. Consta neste número do Massas o prefácio do autor. No jornal Massas 693, publicamos o primeiro capítulo, “A Questão dos Balcãs”. No Massas 694, traduzimos o segundo capítulo, “Áustria-Hungria”. Agora, damos sequência com o terceiro capítulo “A Guerra contra o Czarismo”.

Como temos justificado em publicações anteriores, o objetivo de apresentar documentos históricos dessa natureza corresponde à crise mundial do capitalismo e a guerra na Ucrânia. O Partido Operário Revolucionário tem feito o máximo esforço por expressar e fundamentar a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, que somente será resolvida por meio da luta do proletariado europeu e mundial. As posições do CERQUI têm exigido a fundamentação marxista do caráter da guerra e da questão da autodeterminação das nações oprimidas. As formulações programáticas de Lênin e Trotsky são a fonte que recorreremos por sua justeza teórica e pela comprovação prática da revolução proletária de 1917 na Rússia. Nos Massas 691 e 692, publicamos o folheto “O Programa para a Paz”, de maio de 1917, portanto, poucos meses antes da revolução de Outubro. Os dois folhetos se completam como documentos programáticos do marxismo-leninismo-trotskismo.

A guerra contra o czarismo (Capítulo 3)



Mas, e o czarismo? Uma vitória austro-alemã não significaria a derrota do czarismo? Os resultados benéficos de uma derrota do czarismo não seriam muito maiores do que a dissolução da Áustria-Hungria?

Os social-democratas alemães e austríacos ponderam muito esta questão em suas discussões sobre a guerra. O esmagamento de um pequeno país neutro, a ruína da França ..., tudo isso se justifica pela necessidade de combater o czarismo. Haase¹ argui a necessidade de “defesa contra o perigo do despotismo russo”, para votar pelos créditos de guerra. Bernstein usa Marx e Engels e cita textos antigos para seu grito de guerra: “Ajustemos as contas com a Rússia!”

Südekum,² insatisfeito com o resultado de sua missão italiana, diz que o defeito dos italianos é não entenderem o czarismo. E, quando os social-democratas de Viena e Budapeste se alinhavam sob a bandeira dos Habsburgos em sua “guerra santa” contra os sérvios que lutam por sua unidade nacional, sacrificavam sua honra socialista pela necessidade de combater o czarismo.

E os social-democratas não estão sozinhos nisso. Toda a imprensa burguesa alemã não deseja outra coisa, no momento, senão a aniquilação da autocracia russa, que oprime os povos da Rússia e ameaça a liberdade da Europa. O chanceler imperial denuncia a França e a Inglaterra como vassalos do despotismo russo. Até mesmo o general alemão von Morgen, certamente um fiel e comprovado “amigo da liberdade e da independência”, conclama os poloneses a se rebelarem contra o despotismo do czar. Mas, para nós, que passamos pela escola do materialismo histórico, seria uma vergonha se não percebêssemos as reais relações de interesses, apesar dessas frases, dessas mentiras e bravatas estúpidas. Ninguém pode acreditar genuinamente que os reacionários alemães realmente acalentem tal ódio ao czarismo, e queiram destruí-lo. Pelo contrário,

após a guerra, o czarismo será o mesmo para os governantes da Alemanha como era antes da guerra – a forma de governo mais parecida à deles. O czarismo é indispensável à Alemanha dos Hohenzollern, por duas razões. Em primeiro lugar, enfraquece a Rússia econômica, cultural e militarmente, impedindo assim o seu desenvolvimento como rival imperialista. Em segundo lugar, a existência do czarismo fortalece a Monarquia Hohenzollern e a oligarquia Junker, pois, se não houvesse o czarismo, o absolutismo alemão enfrentaria a Europa como a última amostra da barbárie feudal.

O absolutismo alemão nunca escondeu o interesse consanguíneo que tem na manutenção do czarismo, pelo seu parentesco com ele, porque representa a mesma forma social, ainda que numa forma mais escancarada. Interesses, tradição, simpatias, de conjunto, coloca os reacionários alemães do lado do czarismo. “As desgraças da Rússia são as desgraças da Alemanha”. Ao mesmo tempo, os Hohenzollern, pelas costas do czarismo, podem fazer uma exibição de ser o baluarte da cultura “contra a barbárie”, e podem conseguir enganar seu próprio povo, ainda que não o consigam com o resto da Europa Ocidental.

“Com profunda tristeza vejo rompida a amizade que a Alemanha sempre manteve”, disse Guilherme II³ em seu discurso sobre a declaração de guerra, não se referindo nem à França nem à Inglaterra, mas à Rússia, ou melhor, à dinastia russa, de acordo com a religião russa dos Hohenzollern, como diria Marx. Dizem-nos que o plano político da Alemanha é criar, por um lado, uma base de reaproximação com a França e a Inglaterra mediante uma vitória sobre esses países e, por outro lado, utilizar uma vitória estratégica sobre a França para esmagar o despotismo russo. Os social-democratas alemães devem ter sugerido este plano a Guilherme e a seu chanceler, ou então atribuído o plano a ambos. Entretanto, os planos políticos dos reacionários alemães são, necessariamente tem que ser, de uma natureza completamente oposta.

Por ora, deixaremos de lado a questão de saber se o golpe

destrutivo contra França foi ditado por considerações estratégicas, ou se a “estratégia” prescrevia táticas defensivas na frente ocidental. Mas, não enxergar que a política dos Junkers exigia a ruína da França é reconhecer que há razões para manter os olhos fechados. França A França é o inimigo!

Eduard Bernstein, que sinceramente tenta justificar a posição política tomada pela social-democracia alemã, tira as seguintes conclusões: se a Alemanha estivesse sob um regime democrático, não haveria dúvidas sobre como acertar as contas com o czarismo. Uma Alemanha democrática conduziria uma guerra revolucionária no Leste, convocaria as nações oprimidas pela Rússia a resistir ao tirano e daria a elas os meios para travar uma poderosa luta pela sua liberdade. (Muito bom!). No entanto, a Alemanha não é uma democracia e, portanto, é um sonho utópico (exatamente!) esperar tal política com todas as suas consequências da Alemanha como ela é. (Vorwärts, 28 de agosto.) Muito bem então! Mas, ao chegar aqui, Bernstein interrompe repentinamente sua análise da atual política alemã “com todas as suas consequências”. Depois de mostrar a flagrante contradição na posição da social-democracia alemã, ele acaba depositando uma inaudita esperança de que uma Alemanha reacionária possa realizar o que somente uma Alemanha revolucionária, poderia realizar. Credo quia absurdum.⁴

No entanto, se pode dizer em contraposição a isso que, embora a classe dominante na Alemanha não tenha nenhum interesse em lutar contra o czarismo, mesmo que a Rússia agora seja inimiga da Alemanha e, independentemente da vontade dos Hohenzollern, a vitória da Alemanha sobre a Rússia pode resultar no grande enfraquecimento, se não na derrubada completa do czarismo. Viva Hindenburg, o grande instrumento inconsciente da Revolução Russa! podemos gritar junto com a Volksstimme do Chemnitz.⁵ Viva o príncipe herdeiro!⁶, também um instrumento inconsciente. Viva o Sultão da Turquia! que também serve à causa da Revolução, bombardeando as cidades russas ao redor do Mar Negro. Gloriosa Revolução Russa! Com que rapidez as fileiras de seu exército estão crescendo! No entanto, vejamos se há realmente algo de verdade sobre este aspecto da questão. É possível que a derrota do czarismo possa realmente ajudar a causa da Revolução? Não se pode descartar esta possibilidade. O Mikado e seus Samurais não estavam nem um pouco interessados em libertar a Rússia, mas a Guerra Russo-Japonesa deu um poderoso impulso aos acontecimentos revolucionários que se seguiram. Conseqüentemente, resultados semelhantes podem ser esperados da guerra germano-russa. Mas, para avaliar corretamente estas possibilidades históricas, devemos levar em consideração as seguintes circunstâncias.

Aqueles que acreditam que a Guerra Russo-Japonesa provocou a Revolução não conhecem nem entendem os eventos históricos e suas relações. A guerra apenas acelerou a eclosão da Revolução; mas por isso mesmo também a enfraqueceu. Pois, se a Revolução tivesse se desenvolvido como resultado do crescimento orgânico das forças internas, teria vindo mais tarde, mas teria sido muito mais forte e sistemática. Portanto, a revolução não tem o menor interesse na guerra. Esta é a primeira consideração. E a segunda é que, enquanto a Guerra Russo-Japonesa enfraquecia o czarismo, fortalecia o militarismo japonês. A mesma consideração se aplica, em grau ainda maior, à atual guerra germano-russa.

Entre 1912-1914, o enorme desenvolvimento industrial da Rússia arrancou o país, para sempre, do seu estado de pros-

tração contrarrevolucionária. O crescimento do movimento revolucionário com base na condição econômica e política das massas trabalhadoras - o crescimento da oposição em amplos estratos da população - levou a um novo período de agitações e tensões. Mas, em contraste com os anos de 1902-1905, esse movimento se desenvolveu de maneira muito mais consciente e sistemática e, além disso, se assentou em uma base social muito mais ampla. A Revolução precisava de tempo para amadurecer, mas não precisava das lanças dos samurais prussianos. Pelo contrário, o samurai prussiano deu ao Czar a oportunidade de desempenhar o papel de defensor dos sérvios, dos belgas e dos franceses.

Se raciocinarmos a partir de uma derrota catastrófica russa, a guerra pode trazer uma eclosão mais rápida da Revolução, mas à custa de sua fraqueza interior. E se a Revolução chegasse a prosperar em tais circunstâncias, então as baionetas dos exércitos Hohenzollern seriam voltadas contra a Revolução. Tal perspectiva pode paralisar as forças revolucionárias da Rússia, pois é impossível negar que o partido do proletariado alemão esteja por trás das baionetas dos Hohenzollern. Mas este é apenas um lado da questão. A derrota da Rússia pressupõe necessariamente vitórias decisivas da Alemanha e da Áustria nos outros campos de batalha, e isso significaria a preservação forçada do caos político-nacional na Europa Central e do Sul oriental, e o domínio ilimitado do militarismo alemão em toda a Europa.

Um desarmamento forçado da França, bilhões em indenizações, barreiras alfandegarias impostas em torno das nações conquistadas e tratados comerciais obrigatórios com a Rússia; tudo isso tornaria o imperialismo alemão em dono da situação por muitas décadas.

A nova política da Alemanha, que começou com a capitulação do partido do proletariado diante do militarismo nacionalista, seria fortalecida nos próximos anos. A classe operária alemã se alimentaria, material e espiritualmente, das migalhas na mesa do imperialismo vitorioso, enquanto a causa da Revolução Social receberia um golpe mortal.

Não precisa de mais provas de que, em tais circunstâncias, uma revolução russa, mesmo que temporariamente bem-sucedida, seria um aborto histórico. Conseqüentemente, a luta atual das nações sob o jugo do militarismo imposto pelas classes capitalistas contém em si mesmo contradições monstruosas que nem a própria guerra nem os governos que a dirigem podem resolver de forma alguma no interesse do desenvolvimento histórico futuro.

A social-democracia não podia, e não pode agora, combinar seus objetivos com nenhuma das possibilidades históricas desta guerra, ou seja, nem com a vitória da Tríplice Aliança nem com a vitória da Entente.⁷ A social-democracia alemã conhecia bem esta situação. O Vorwärts, em sua edição de 28 de julho, discutindo a própria questão da guerra contra o czarismo, disse:

“O que ocorreria, se a guerra não se mantivesse como um conflito localizado e a Rússia tivesse de participar dela? Qual deve ser então a nossa atitude para com o czarismo? Aqui reside a grande dificuldade da situação. Não chegou o momento de desferir um golpe mortal no czarismo? Se as tropas alemãs cruzarem a fronteira russa, isso não significará a vitória da Revolução Russa?”

E o Vorwärts chega à seguinte conclusão:

“Temos tanta certeza de que significará a vitória da Revolução Russa, se as tropas alemãs cruzarem a fronteira russa? Isso pode facilmente trazer o colapso do czarismo, mas o exército alemão não lutará contra uma Rússia revolucionária ainda com mais energia, com um desejo mais intenso de vitória do que contra uma a Rússia absolutista?”

Mais do que isso. Em 3 de agosto, em véspera da sessão histórica do Reichstag, o Vorwärts escreveu num artigo intitulado “A guerra contra o czarismo”:

Enquanto a imprensa conservadora, para júbilo de outros países, acusa de alta traição o partido mais forte do Império, há outros elementos empenhados em provar à social-democracia que a guerra iminente é, na verdade, uma velha reivindicação da social-democracia. Guerra contra a Rússia, guerra contra o czarismo sangrento e infiel – esta última é uma frase recente da imprensa que um dia abençoou o chicote – não é isso que a social-democracia pedia desde o início?

Estes são literalmente os argumentos usados por uma parte da imprensa burguesa, na verdade a parte mais inteligente, e serve para mostrar a importância que se atribui à opinião daquela parte do povo alemão que está por trás da social-democracia. Já não se ouvem mais aquilo de que “as desgraças da Rússia são as desgraças da Alemanha”. Agora só se ouve: Abaixo o czarismo! Mas desde os tempos em que os dirigentes da social-democracia mencionados (Bebel⁸, Lassalle, Engels, Marx) exigiam uma guerra democrática contra a Rússia, esta deixou de ser o coração da reação. A Rússia também é a forja da revolução. A derrubada do czarismo é agora a tarefa de todo o povo russo, especialmente do proletariado, e foram precisamente nas últimas semanas que mostraram com que vigor essa mesma classe operária se empenha nesta tarefa que a história lhe impôs... E fracassaram todas as tentativas dos “verdadeiros russos” para afastar o ódio das massas do czarismo e despertar um ódio reacionário contra países estrangeiros, particularmente a Alemanha. O proletariado russo sabe muito bem que seu inimigo não está além da fronteira, mas dentro de sua própria terra. Nada foi mais desagradável para esses agitadores nacionalistas, os verdadeiros russos e pan-eslavistas, do que a notícia da grande manifestação pela paz da social-democracia alemã. E como teriam se refestelado se houvesse ocorrido o contrário, se fosse possível dizer ao proletariado russo: vejam como os social-democratas alemães enfrentam aqueles que incitam a guerra contra a Rússia. E o Paizinho⁹ em São Petersburgo teria dado um suspiro de alívio e dito: “Essa é a notícia que eu queria ouvir. Agora, a espinha dorsal do meu inimigo mais perigoso, a Revolução Russa está quebrada. A solidariedade

internacional do proletariado está dilacerada. Agora, eu solto a besta do nacionalismo. Estou salvo!”

Isto escrevia o Vorwärts depois que a Alemanha já havia declarado guerra à Rússia.

Estas palavras caracterizam a posição valorosa e honesta do proletariado contra o chauvinismo beligerante. O Vorwärts entendeu claramente e castigou inteligentemente a hipocrisia vil da classe dominante da Alemanha, que de repente se tornou consciente de sua missão de libertar a Rússia do czarismo. A imprensa burguesa tentava extorquir a consciência revolucionária da classe operária. “Não acrediteis nestes amigos do chicote”, disse ao proletariado alemão. “Eles estão famintos por suas almas e escondem seus desígnios imperialistas por trás de frases profundamente liberais. Eles estão enganando vocês, porque sois a bucha de canhão de que precisam. Se eles conseguirem conquistá-los, estarão apenas ajudando o czarismo, desferindo um terrível golpe moral à Revolução Russa. E se, apesar disso, a Revolução Russa levantar a cabeça, essas mesmas pessoas ajudarão o czarismo a esmagá-la”.

Esse é o sentido do que o Vorwärts pregava à classe trabalhadora até 4 de agosto.

E exatamente três semanas depois, o mesmo Vorwärts escreveu: “Libertação do moscovitismo(?), liberdade e independência para a Polônia e a Finlândia, livre desenvolvimento para o grande povo russo, dissolução da aliança antinatural entre as duas nações cultas e o czarismo bárbaro – estes eram os desejos que inspiraram o povo alemão e o prepararam para qualquer sacrifício”, e inspiraram também a social-democracia alemã e seu órgão principal.

O que aconteceu nessas três semanas para fazer com que o Vorwärts repudiasse seu ponto de vista original?

O que aconteceu? Nada de importância. O exército alemão estrangulou a neutra Bélgica, incendiou várias cidades belgas, destruiu Louvain¹⁰, cujos habitantes haviam sido tão criminosamente audaciosos a ponto de atirar nos invasores armados, quando eles próprios não usavam capacetes e agitavam penas.¹¹ Naquelas três semanas, os exércitos alemães levaram morte e destruição para o território francês, e as tropas de seu aliado, a Áustria-Hungria, martelaram o amor da monarquia dos Habsburgos sobre os sérvios no Save e na Drina. Estes são fatos que aparentemente convenceram o Vorwärts de que os Hohenzollerns estavam travando a guerra de libertação das nações.

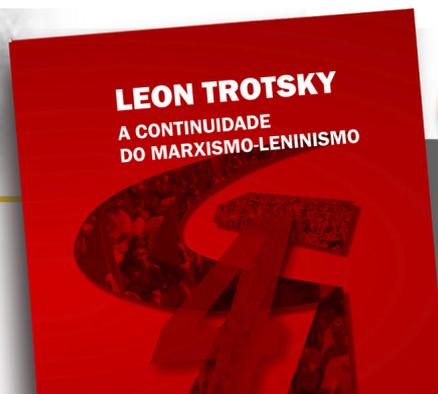
A neutra Bélgica foi esmagada e os social-democratas permaneceram em silêncio. E Richard Fischer¹² foi à Suíça como enviado especial do Partido para explicar ao povo de um país

Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**



“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

neutro que a violação da neutralidade belga e a ruína de uma pequena nação eram um fenômeno perfeitamente natural. Por que tanto escândalo? Qualquer outro governo europeu, no lugar da Alemanha, teria agido da mesma forma. Foi justamente nessa época que a social-democracia alemã não apenas se reconciliou com a guerra como uma obra de defesa nacional real ou suposta, mas também coroou os exércitos Hohenzollern-Habsburgos com a auréola de lutadores pela liberdade. Que catástrofe sem precedentes para um partido que por cinquenta anos ensinou à classe operária alemã a enxergar o governo alemão como inimigo da liberdade e da democracia!

Todos os dias fica mais evidente um perigo que os marxistas deveriam ter previsto. Os principais golpes do governo alemão não visavam ao Oriente, mas ao Ocidente, à Bélgica, à França e à Inglaterra. Mesmo que aceitemos a improvável premissa de que nada além da necessidade estratégica determinou esse plano de campanha, o resultado político dessa estratégia, com todas suas consequências, continua sendo a necessidade de uma derrota definitiva da Bélgica, França e as forças terrestres inglesas, para que Alemanha tenha as mãos livres para enfrentar-se com a Rússia. Não estava perfeitamente claro que o que a princípio foi apresentado como uma medida estratégica para

consolidar a social-democracia alemã se tornaria, pela força dos acontecimentos, num objetivo independente? Quanto mais teimosa a resistência da França, cujo dever realmente se tornou defender seu território e sua independência contra o ataque alemão, mais certamente os exércitos alemães se estancarão na frente ocidental; e quanto mais exausta a Alemanha estiver na frente ocidental, menos força e inclinação restarão para sua suposta tarefa principal, a tarefa que a social-democracia lhe atribuiu, o “acerto de contas com a Rússia”. E então a história testemunhará uma paz “honrosa” entre as duas potências mais reacionárias da Europa, entre Nicolau, a quem o destino concedeu fáceis vitórias sobre a Monarquia dos Habsburgos¹³, e Guilherme que “acertou as contas...” mas, não com a Rússia, senão com a Bélgica. A aliança entre Hohenzollern e Romanov – após o esgotamento e degradação das nações ocidentais – representaria um período de reação mais sombria na Europa e no mundo inteiro.

A social-democracia alemã, com sua política atual, facilita o caminho para esse terrível perigo. E o perigo se tornará uma realidade, a menos que o proletariado europeu interfira como fator revolucionário desbaratando os planos das dinastias e dos governos capitalistas.

¹ Hugo Haase (1863-1919): Deputado do Reichstag entre 1897 e 1918. Substituiu Bebel como líder do SD, fração parlamentar de 1913. Fundador e dirigente do Partido Socialdemocrata Independente (USPD). Foi Ministro de Assuntos Estrangeiros e das Colônias no governo de Friedrich Ebert, renunciando pouco depois. Foi assassinado por um oficial monarquista na escadaria do Reichstag.

² Albert Südekum (1871-1944): Socialdemocrata alemão de direita. Membro do Reichstag entre 1900 e 1918. Visitou Itália e Romênia numa tentativa de ganhar os socialistas para o bando imperialista alemão. Foi Ministro da Fazenda da Prússia entre 1918-20.³ Pacto dos Nibelungos: Um pacto de fidelidade entre o herói e quem o trai, do poema clássico alemão e Canto dos Nibelungos (em torno do ano 1.200).

³ Guilherme II (1859-1941): Imperador da Alemanha entre 1888 e 1918. Membro da dinastia Hohenzollern. Foi derrubado pela revolução de novembro de 1918 que estabeleceu a República.

⁴ “Acredito naquilo que é absurdo”

⁵ Volksstimme (A voz do Povo), jornal regional socialdemocrata de Chemnitz, saxônia, leste da Alemanha.

⁶ Refere-se à Guilherme da Prússia (1882-1951), filho do Kaiser Guilherme II que chegou a sucedê-lo no trono. Com o estouro da revolução alemã de novembro de 1918, ele e seu pai abdicaram, dando nascimento à República do Weimar.

⁷ Tríplice Aliança: à aliança dual de 1879 entre Alemanha e Áustria-Hungria se uniu a Itália em 1883. Itália se separou dela em 1906 na Conferência de Algeiras e se juntou às nações da “Entente” (Grã Bretanha, França e Rússia) em 1915.

⁸ August Bebel (1840-1913): dirigente operário socialista, foi cofundador com Wilhelm Liebknecht da socialdemocracia alemã. Membro do Reichstag desde 1867. Foi condenado com Liebknecht a dois anos de prisão por “traição à pátria” (oposição à guerra franco-alemã) em 1872. Líder da socialdemocracia alemã e da Segunda Internacional nos anos prévios à guerra.

⁹ O Czar.

¹⁰ Louvain, sede do Estado Maior da Bélgica em 1914, foi incendiada pelo exército alemão a partir de 25 de agosto de 1914. A universidade e a prefeitura medievais e a biblioteca (fundada em 1426) foram perdidas para a posteridade. Civis foram sumariamente executados. O saque durou seis dias.

¹¹ “Quão caracteristicamente prussiano (escreveu Marx e Engels), a de que nenhum homem pode defender sua ‘pátria’ a não que ser que vista uniforme!” – [LT].

¹² Fischer, Richard (1855–1926): social-democrata alemão, secretário do partido desde 1899. A partir de 1902 gerente da Vorwärts. Durante a guerra se alinhou à maioria de centro-direita com Ebert e Scheidemann. Expulsou membros da esquerda (antiguerra) da equipe do Vorwärts.

¹³ Em 1890 Engels escreveu que “À diplomacia russa só lhe interessa aquelas guerras que obrigam seus aliados a suportar o fardo principal de reunir tropas e sofrer invasões, e deixar para as tropas russas apenas o trabalho de reserva. O czarismo só faz a guerra contra as nações que são decididamente mais fracas, como Suécia, Turquia e Pérsia”. Agora há que acrescentar a esta lista a Áustria-Hungria, apodrecia até a medula. [LT].

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**